

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019	8
DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	9
Demonstração do Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	15
Demonstração do Resultado Abrangente	16
Demonstração do Fluxo de Caixa	17

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019	19
DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	20
Demonstração do Valor Adicionado	21

Comentário do Desempenho	22
Notas Explicativas	30

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	143
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	144
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	145

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	556.405.096
Preferenciais	0
Total	556.405.096
Em Tesouraria	
Ordinárias	13.390.149
Preferenciais	0
Total	13.390.149

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	20/02/2019	Dividendo	13/03/2019	Ordinária		0,70000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	11.427.796	11.641.720
1.01	Ativo Circulante	746.213	1.041.922
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	174.372	172.315
1.01.02	Aplicações Financeiras	532.947	565.930
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	532.947	565.930
1.01.03	Contas a Receber	4.399	262.010
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	4.399	262.010
1.01.03.02.01	Demais Contas a Receber	3.509	1.527
1.01.03.02.02	Dividendos a Receber	890	260.483
1.01.06	Tributos a Recuperar	32.264	39.705
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	32.264	39.705
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.231	1.962
1.02	Ativo Não Circulante	10.681.583	10.599.798
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	821.725	824.037
1.02.01.07	Tributos Diferidos	9.545	14.034
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9.545	14.034
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	28	30
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	772.588	761.288
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	772.588	761.288
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	39.564	48.685
1.02.01.10.03	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	39.564	48.685
1.02.02	Investimentos	9.613.695	9.529.598
1.02.02.01	Participações Societárias	9.613.695	9.529.598
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	9.594.217	9.509.480
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	19.478	20.118
1.02.04	Intangível	246.163	246.163

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	11.427.796	11.641.720
2.01	Passivo Circulante	21.002	342.114
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	228	228
2.01.02	Fornecedores	214	272
2.01.03	Obrigações Fiscais	413	20.801
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	6.903	34.504
2.01.04.02	Debêntures	6.903	34.504
2.01.05	Outras Obrigações	13.244	286.309
2.01.05.02	Outros	13.244	286.309
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	13.244	282.334
2.01.05.02.04	Demais Contas a Pagar	0	3.975
2.02	Passivo Não Circulante	1.834.471	1.851.501
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.722.634	1.722.450
2.02.01.02	Debêntures	1.722.634	1.722.450
2.02.02	Outras Obrigações	5.414	5.158
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	5.414	5.158
2.02.04	Provisões	106.423	123.893
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	398	798
2.02.04.02	Outras Provisões	106.025	123.095
2.02.04.02.04	Bônus de Subscrição - Indenização	106.025	123.095
2.03	Patrimônio Líquido	9.572.323	9.448.105
2.03.01	Capital Social Realizado	5.171.752	5.171.752
2.03.02	Reservas de Capital	547.711	546.709
2.03.02.07	Reservas de Capital	542.400	542.400
2.03.02.08	Instrumento Patrimonial Outorgado	5.311	4.309
2.03.03	Reservas de Reavaliação	4.663	4.712
2.03.04	Reservas de Lucros	3.613.709	3.723.064
2.03.04.01	Reserva Legal	686.665	686.665
2.03.04.02	Reserva Estatutária	3.412.427	3.412.427
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	109.355
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-485.383	-485.383
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	233.713	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-69.625	-63.989
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	70.400	65.857

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	226.128	74.522
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	431	32
3.04.04.01	Outros Resultados Operacionais, Líquidos	431	32
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	225.697	74.490
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	226.128	74.522
3.06	Resultado Financeiro	12.022	-900
3.06.01	Receitas Financeiras	41.167	19.613
3.06.02	Despesas Financeiras	-29.145	-20.513
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	238.150	73.622
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-4.489	233
3.08.01	Corrente	0	-89
3.08.02	Diferido	-4.489	322
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	233.661	73.855
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	233.661	73.855
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,22080	0,06810
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,21940	0,06770

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	233.661	73.855
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-1.093	-30.981
4.02.01	Ajustes de avaliação de instrum financ de controladas, líquido	-5.920	-11.972
4.02.02	Ajustes de avaliação de instrum financ de empreend controlados em conjunto, líquido	46	686
4.02.03	Ajustes acumulados de conversão de controladas, líquidos	4.543	-19.396
4.02.04	Ganhos (perdas) atuariais de benefícios pós-emprego de controladas, líquido	238	-299
4.03	Resultado Abrangente do Período	232.568	42.874

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	400.910	473.064
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	10.063	13.857
6.01.01.01	Lucro líquido do período	233.661	73.855
6.01.01.02	Equivalência patrimonial	-225.697	-74.490
6.01.01.03	Juros, variações monetárias e cambiais	-2.390	14.814
6.01.01.04	Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.489	-322
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	381.868	459.090
6.01.02.01	Impostos a recuperar (AC)	7.441	-2.203
6.01.02.02	Dividendos recebidos de controladas e empreend controlados em conjunto (AC)	401.098	468.743
6.01.02.03	Demais contas a receber (AC)	-1.982	187
6.01.02.04	Despesas antecipadas (AC)	-269	28
6.01.02.05	Fornecedores (PC)	-58	-352
6.01.02.07	Obrigações tributárias (PC)	-11.150	126
6.01.02.08	Imposto de renda e contribuição social (PC)	-9.238	0
6.01.02.09	Demais contas a pagar (PC)	-3.974	-7.439
6.01.03	Outros	8.979	117
6.01.03.01	Impostos a recuperar (ANC)	9.121	0
6.01.03.02	Depósitos judiciais (ANC)	0	148
6.01.03.03	Despesas antecipadas (ANC)	2	-38
6.01.03.04	Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (PNC)	-400	7
6.01.03.05	Demais contas a pagar (PNC)	256	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	32.983	-279.515
6.02.01	Aplicações financeiras, liquidas de resgates	32.983	-279.515
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-431.836	394.678
6.03.01	Financiamentos e debêntures - Captação	0	1.721.596
6.03.02	Financiamentos e debêntures - Amortização	0	-800.000
6.03.03	Financiamentos e debêntures - Juros pagos	-55.385	-29.811
6.03.04	Dividendos pagos	-378.445	-486.573
6.03.06	Sociedades relacionadas	1.994	-10.534
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.057	588.227
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	172.315	93.174
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	174.372	681.401

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.171.752	175.393	4.099.092	0	1.868	9.448.105
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.171.752	175.393	4.099.092	0	1.868	9.448.105
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-108.353	0	0	0	-108.353
5.04.08	Instrumento patrimonial outorgado	0	1.002	0	0	0	1.002
5.04.09	Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos dividendos adicionais	0	-109.355	0	0	0	-109.355
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	233.661	-1.093	232.568
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	233.661	0	233.661
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.093	-1.093
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-5.874	-5.874
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	4.543	4.543
5.05.02.06	Ganhos Atuariais em Benefício Pós-Emprego, líquidas	0	0	0	0	238	238
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-49	0	52	0	3
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-49	0	49	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	3	0	0
5.07	Saldos Finais	5.171.752	66.991	4.099.092	233.713	775	9.572.323

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.171.752	236.726	3.629.851	0	212.704	9.251.033
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	-4.819	-4.819
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.171.752	236.726	3.629.851	0	207.885	9.246.214
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-163.129	0	0	0	-163.129
5.04.08	Instrumento patrimonial outorgado	0	613	0	0	0	613
5.04.09	Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos dividendos adicionais	0	-163.742	0	0	0	-163.742
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	73.855	-30.981	42.874
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	73.855	0	73.855
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-30.981	-30.981
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-11.286	-11.286
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-19.396	-19.396
5.05.02.06	Perdas Atuariais em Benefício Pós-Emprego, líquidas	0	0	0	0	-299	-299
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-62	0	61	0	-1
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-62	0	62	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-1	0	-1
5.07	Saldos Finais	5.171.752	73.535	3.629.851	73.916	176.904	9.125.958

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	2.234	1.955
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	2.234	1.955
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.234	1.955
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.234	1.955
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	266.864	94.103
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	225.697	74.490
7.06.02	Receitas Financeiras	41.167	19.613
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	269.098	96.058
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	269.098	96.058
7.08.01	Pessoal	1.505	1.604
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	5.791	569
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	28.141	20.030
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	233.661	73.855
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	233.661	73.855

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	31.186.865	30.499.395
1.01	Ativo Circulante	15.347.815	16.211.707
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.446.318	3.938.951
1.01.02	Aplicações Financeiras	2.791.050	2.853.106
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	2.612.547	2.696.087
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	178.503	157.019
1.01.03	Contas a Receber	4.255.737	4.496.194
1.01.03.01	Clientes	4.183.771	4.436.569
1.01.03.01.01	Contas a Receber de Clientes	3.819.034	4.069.307
1.01.03.01.02	Financiamentos a Clientes	364.737	367.262
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	71.966	59.625
1.01.03.02.01	Demais Contas a Receber	70.932	58.561
1.01.03.02.02	Dividendos a Receber	1.034	1.064
1.01.04	Estoques	3.243.383	3.354.532
1.01.06	Tributos a Recuperar	958.534	896.881
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	958.534	896.881
1.01.07	Despesas Antecipadas	163.159	187.570
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	489.634	484.473
1.01.08.03	Outros	489.634	484.473
1.01.08.03.01	Ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	489.634	484.473
1.02	Ativo Não Circulante	15.839.050	14.287.688
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.179.230	4.510.381
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	180.634	129.260
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	73.976	73.089
1.02.01.04	Contas a Receber	385.538	431.248
1.02.01.04.01	Clientes	31.554	81.569
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	353.984	349.679
1.02.01.07	Tributos Diferidos	500.845	514.187
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	500.845	514.187
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	112.587	399.095
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	490	490
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	490	490
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.925.160	2.963.012
1.02.01.10.03	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	829.605	852.782
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	892.940	881.507
1.02.01.10.05	Ativo de indenização - combinação de negócios	194.772	194.719
1.02.01.10.06	Ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	1.007.843	1.034.004
1.02.02	Investimentos	122.194	129.087
1.02.02.01	Participações Societárias	122.194	129.087
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	24.773	24.338
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	97.421	104.749
1.02.03	Imobilizado	9.216.612	7.278.865
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	7.295.285	7.278.865
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	1.921.327	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1.02.04	Intangível	2.321.014	2.369.355

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	31.186.865	30.499.395
2.01	Passivo Circulante	5.561.490	6.336.798
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	326.531	428.192
2.01.02	Fornecedores	2.083.409	2.731.677
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.740.465	2.152.179
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	1.291.813	2.079.010
2.01.02.01.02	Fornecedores Nacionais - convênio	448.652	73.169
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	342.944	579.498
2.01.02.02.01	Fornecedores Estrangeiros	229.185	472.597
2.01.02.02.02	Fornecedores Estrangeiros - convênio	113.759	106.901
2.01.03	Obrigações Fiscais	363.777	323.482
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.472.459	2.273.997
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.937.301	2.007.430
2.01.04.02	Debêntures	308.474	263.718
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	226.684	2.849
2.01.05	Outras Obrigações	180.825	451.591
2.01.05.02	Outros	180.825	451.591
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	14.500	284.024
2.01.05.02.04	Demais Contas a Pagar	129.329	137.494
2.01.05.02.05	Receita Diferida	33.495	26.572
2.01.05.02.06	Contas a Pagar - Indenização de Seguradoras	3.501	3.501
2.01.06	Provisões	134.489	127.859
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	84.880	77.822
2.01.06.02	Outras Provisões	49.609	50.037
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	3.954	4.382
2.01.06.02.04	Benefícios Pós-Emprego	45.655	45.655
2.02	Passivo Não Circulante	15.695.446	14.362.568
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	14.261.744	12.932.152
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	6.453.336	6.487.400
2.02.01.02	Debêntures	6.412.897	6.401.535
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	1.395.511	43.217
2.02.01.03.01	Arrendamentos a pagar	1.395.511	43.217
2.02.02	Outras Obrigações	192.377	178.330
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	4.047	4.071
2.02.02.02	Outros	188.330	174.259
2.02.02.02.03	Demais Contas a Pagar	177.300	162.409
2.02.02.02.04	Receita Diferida	11.030	11.850
2.02.03	Tributos Diferidos	19.933	9.297
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	19.933	9.297
2.02.04	Provisões	1.221.392	1.242.789
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	864.027	865.249
2.02.04.02	Outras Provisões	357.365	377.540
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	51.160	50.285
2.02.04.02.04	Benefício Pós-Emprego	200.180	204.160
2.02.04.02.05	Bônus de Subscrição - Indenização	106.025	123.095
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	9.929.929	9.800.029

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2.03.01	Capital Social Realizado	5.171.752	5.171.752
2.03.02	Reservas de Capital	547.711	546.709
2.03.02.07	Reservas de Capital	542.400	542.400
2.03.02.08	Instrumento Patrimonial Outorgado	5.311	4.309
2.03.03	Reservas de Reavaliação	4.663	4.712
2.03.04	Reservas de Lucros	3.613.709	3.723.064
2.03.04.01	Reserva Legal	686.665	686.665
2.03.04.02	Reserva Estatutária	3.412.427	3.412.427
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	109.355
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-485.383	-485.383
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	233.713	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-69.625	-63.989
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	70.400	65.857
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	357.606	351.924

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	20.739.253	20.751.122
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-19.294.673	-19.229.825
3.03	Resultado Bruto	1.444.580	1.521.297
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.034.686	-1.311.949
3.04.01	Despesas com Vendas	-678.502	-671.447
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-383.845	-372.568
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	34.631	-264.953
3.04.05.01	Resultado na venda de bens	-2.082	-2.230
3.04.05.02	Outros resultados operacionais, líquidos	36.713	-262.723
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-6.970	-2.981
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	409.894	209.348
3.06	Resultado Financeiro	828	-106.965
3.06.01	Receitas Financeiras	144.149	112.444
3.06.02	Despesas Financeiras	-143.321	-219.409
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	410.722	102.383
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-168.169	-29.532
3.08.01	Corrente	-139.387	-122.063
3.08.02	Diferido	-28.782	92.531
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	242.553	72.851
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	242.553	72.851
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	233.661	73.855
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	8.892	-1.004
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,22080	0,06810
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,21940	0,06770

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	242.553	72.851
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-1.072	-30.981
4.02.01	Ajustes de avaliação de instrum financ de controladas, líquido	-5.899	-11.972
4.02.02	Ajustes de avaliação de instrum financ de empreend controlados em conjunto, líquido	46	686
4.02.03	Ajustes acumulados de conversão de controladas, líquidos	4.543	-19.396
4.02.04	Ganhos (perdas) atuariais de benefícios pós-emprego de controladas, líquido	238	-299
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	241.481	41.870
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	232.568	42.874
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	8.913	-1.004

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	462.403	-113.088
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	917.784	543.628
6.01.01.01	Lucro líquido do período	242.553	72.851
6.01.01.02	Equivalência patrimonial	6.970	2.981
6.01.01.03	Amortiz. de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	83.608	104.513
6.01.01.04	Amortização de ativos de direito de uso	78.149	0
6.01.01.05	Depreciações e amortizações	210.644	194.243
6.01.01.06	Créditos de PIS e COFINS sobre depreciação	3.640	4.338
6.01.01.07	Juros, variações monetárias e cambiais	236.124	223.191
6.01.01.08	Imposto de renda e contribuição social diferidos	28.782	-92.531
6.01.01.09	Resultado na venda de bens	2.082	2.230
6.01.01.10	Perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa	28.193	27.507
6.01.01.11	Provisão para perda em estoques	2.115	-117
6.01.01.12	Provisão para benefício pós-emprego	-3.868	5.680
6.01.01.13	Demais provisões e ajustes	-1.208	-1.258
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-418.748	-503.744
6.01.02.01	Contas a receber e financiamentos a clientes (AC)	226.052	-230.867
6.01.02.02	Estoques (AC)	107.086	175.579
6.01.02.03	Impostos a recuperar (AC)	-61.653	-13.640
6.01.02.04	Seguro e demais contas a receber (AC)	-12.371	-25.177
6.01.02.05	Despesas antecipadas (AC)	-14.655	3.470
6.01.02.06	Ativos de contratos com clientes - direitos de exclusiv (AC)	0	-598
6.01.02.07	Fornecedores (PC)	-648.268	-295.708
6.01.02.08	Salários e encargos sociais (PC)	-101.661	-83.641
6.01.02.09	Obrigações tributárias (PC)	-28.207	168
6.01.02.10	Imposto de renda e contribuição social (PC)	109.292	6.016
6.01.02.12	Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (PC)	7.058	-7.113
6.01.02.13	Seguro e demais contas a pagar (PC)	-8.344	-32.599
6.01.02.14	Receita diferida (PC)	6.923	366
6.01.03	Outros	-36.633	-152.972
6.01.03.01	Contas a receber e financiamentos a clientes (ANC)	45.512	-17.584
6.01.03.02	Impostos a recuperar (ANC)	23.177	-12.251
6.01.03.03	Depósitos judiciais (ANC)	-11.433	-7.657
6.01.03.04	Demais contas a receber (ANC)	105	5.568
6.01.03.05	Despesas antecipadas (ANC)	-2.121	-30.109
6.01.03.06	Ativos de contratos com clientes - direitos de exclusiv (ANC)	0	385
6.01.03.07	Benefícios pós-emprego (PNC)	127	263
6.01.03.08	Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (PNC)	-1.222	4.721
6.01.03.09	Demais contas a pagar (PNC)	14.888	33.432
6.01.03.10	Receita diferida (PNC)	-820	474
6.01.03.11	Pagtos de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	-64.056	-95.866
6.01.03.12	Imposto de renda e contribuição social pagos	-40.790	-34.348
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-197.383	-658.257
6.02.01	Aplicações financeiras, liquidas de resgates	7.739	-203.458

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
6.02.02	Caixa e equivalentes de caixa de controlada adquirida	0	3.662
6.02.03	Aquisição de imobilizado	-199.220	-284.453
6.02.04	Aquisição de intangível	-14.885	-70.909
6.02.05	Aquisição de empresas	0	-100.000
6.02.06	Aporte de capital em empreendimentos controlados em conjunto	0	-8.000
6.02.07	Receita com a venda de bens	8.983	4.901
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-758.607	433.390
6.03.01	Financiamentos e debêntures - Captação	60.067	2.081.068
6.03.02	Financiamentos e debêntures - Amortização	-247.405	-1.074.003
6.03.03	Financiamentos e debêntures - Juros pagos	-113.813	-84.273
6.03.04	Contraprestação de arrendamento mercantil financeiro	-76.845	-1.278
6.03.05	Dividendos pagos	-380.587	-488.115
6.03.06	Sociedades relacionadas	-24	-9
6.04	Varição Cambial s/ Caixa e Equivalentes	954	3.580
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-492.633	-334.375
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.938.951	5.002.004
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.446.318	4.667.629

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	5.171.752	175.393	4.099.092	0	1.868	9.448.105	351.924	9.800.029
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.171.752	175.393	4.099.092	0	1.868	9.448.105	351.924	9.800.029
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-108.353	0	0	0	-108.353	-3.231	-111.584
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-3.231	-3.231
5.04.08	Instrumento Patrimonial Outorgado	0	1.002	0	0	0	1.002	0	1.002
5.04.09	Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos dividendos adicionais	0	-109.355	0	0	0	-109.355	0	-109.355
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	233.661	-1.093	232.568	8.913	241.481
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	233.661	0	233.661	8.892	242.553
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.093	-1.093	21	-1.072
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-5.874	-5.874	21	-5.853
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	4.543	4.543	0	4.543
5.05.02.06	Ganhos Atuariais em Benefício Pós-Emprego, Líquidas	0	0	0	0	238	238	0	238
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-49	0	52	0	3	0	3
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-49	0	49	0	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	3	0	3	0	3
5.07	Saldos Finais	5.171.752	66.991	4.099.092	233.713	775	9.572.323	357.606	9.929.929

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	5.171.752	236.726	3.629.851	0	212.704	9.251.033	339.288	9.590.321
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	-4.819	-4.819	38.536	33.717
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.171.752	236.726	3.629.851	0	207.885	9.246.214	377.824	9.624.038
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-163.129	0	0	0	-163.129	-3.602	-166.731
5.04.08	Instrumento patrimonial outorgado	0	613	0	0	0	613	0	613
5.04.09	Dividendos adicionais atribuíveis a acionistas não controladores	0	0	0	0	0	0	-3.602	-3.602
5.04.10	Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos dividendos adicionais	0	-163.742	0	0	0	-163.742	0	-163.742
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	73.855	-30.981	42.874	-1.004	41.870
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	73.855	0	73.855	-1.004	72.851
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-19.695	-19.695	0	-19.695
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-19.396	-19.396	0	-19.396
5.05.02.06	Perdas Atuariais em Benefício Pós-Emprego, Líquidas	0	0	0	0	-299	-299	0	-299
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	0	-11.286	-11.286	0	-11.286
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-11.286	-11.286	0	-11.286
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-62	0	61	0	-1	0	-1
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-62	0	62	0	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-1	0	-1	0	-1
5.07	Saldos Finais	5.171.752	73.535	3.629.851	73.916	176.904	9.125.958	373.218	9.499.176

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
7.01	Receitas	21.613.593	20.969.366
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	21.690.815	21.368.628
7.01.02	Outras Receitas	-48.977	-369.466
7.01.02.01	Resultado na venda de bens e outros resultados operacionais, líquidos	34.631	-264.953
7.01.02.02	Amortização de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	-83.608	-104.513
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-28.245	-29.796
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-19.956.146	-19.485.390
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-17.883.890	-17.664.330
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-622.277	-282.012
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-5.084	-5.806
7.02.04	Outros	-1.444.895	-1.533.242
7.02.04.01	Materias-primas consumidas	-1.444.895	-1.533.242
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.657.447	1.483.976
7.04	Retenções	-292.433	-198.581
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-288.793	-194.243
7.04.02	Outras	-3.640	-4.338
7.04.02.01	Créditos de PIS e COFINS sobre depreciação	-3.640	-4.338
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.365.014	1.285.395
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	174.952	146.542
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-6.970	-2.981
7.06.02	Receitas Financeiras	144.149	112.444
7.06.03	Outros	37.773	37.079
7.06.03.01	Aluguéis e Royalties	37.773	37.079
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.539.966	1.431.937
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.539.966	1.431.937
7.08.01	Pessoal	514.257	526.352
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	637.401	560.963
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	145.755	271.771
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	242.553	72.851
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	242.553	72.851

Comentário do Desempenho**MD&A – ANÁLISE DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS****Primeiro trimestre de 2019**

(R\$ milhões)	1T19 Pós-ajustes¹	1T19	1T18	4T18	Δ 1T19 x 1T18	Δ 1T19 x 1T18
Receita líquida de vendas e serviços	20.739,3	20.739,3	20.751,1	23.467,0	0%	-12%
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(19.294,7)	(19.295,2)	(19.229,8)	(21.911,9)	0%	-12%
Lucro bruto	1.444,6	1.444,0	1.521,3	1.555,2	-5%	-7%
Despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais	(1.062,3)	(1.069,4)	(1.044,0)	(1.102,2)	2%	-3%
Outros resultados operacionais, líquidos	36,7	36,7	(262,7)	261,0	-114%	-86%
Resultado na venda de bens	(2,1)	(2,1)	(2,2)	(15,0)	-7%	-86%
Lucro operacional	416,9	409,3	212,3	699,0	93%	-41%
Despesa financeira, líquida	0,8	21,3	(107,0)	116,7	-120%	-82%
Equivalência patrimonial	(7,0)	(7,0)	(3,0)	(5,6)	134%	25%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	410,7	423,7	102,4	810,1	314%	-48%
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	(181,7)	(186,1)	(46,0)	(346,1)	305%	-46%
Imposto de renda e contribuição social - incentivos fiscais	13,5	13,5	16,5	31,6	-18%	-57%
Lucro líquido	242,6	251,1	72,9	495,6	245%	-49%
Lucro atribuível a acionistas da Ultrapar	233,7	242,2	73,9	507,6	228%	-52%
Lucro atribuível a acionistas não controladores de controladas	8,9	8,9	(1,0)	(12,1)	-985%	-174%
EBITDA Ajustado	782,3	697,9	508,1	993,0	37%	-30%
GLP vendido (mil toneladas)	395,1	395,1	410,1	421,1	-4%	-6%
Combustível vendido (mil m³)	5.587,1	5.587,1	5.461,0	6.159,7	2%	-9%
Químicos vendidos (mil toneladas)	180,1	180,1	180,0	189,9	0%	-5%

¹ Com adoção a norma IFRS 16 e segregação de despesas corporativas

Considerações sobre as informações financeiras e operacionais

Comentário do Desempenho

As informações financeiras apresentadas nesse documento foram preparadas de acordo com as normas IFRS (*International Financial Reporting Standards*). As informações financeiras referentes à Ultrapar correspondem às informações consolidadas da Companhia. As informações da Ipiranga, Oxiteno, Ultragas, Ultracargo, Extrafarma e Corporativo (novo segmento explicado abaixo) são apresentadas sem eliminação de transações realizadas entre segmentos. Portanto, a soma de tais informações pode não corresponder às informações consolidadas da Ultrapar. Adicionalmente, as informações financeiras e operacionais são sujeitas a arredondamentos e, como consequência, os valores totais apresentados nas tabelas e gráficos podem diferir da agregação numérica direta dos valores que os precedem.

A partir de 2019, foram introduzidas duas alterações na apresentação das informações financeiras da Ultrapar: (i) adoção à norma IFRS 16 emitida pelo IASB – *International Accounting Standards Board* prospectivamente e (ii) segregação de certas despesas corporativas, anteriormente distribuídas entre os negócios da Ultrapar, em um novo segmento gerencial denominado “Corporativo”. **Com a finalidade de manter a comparabilidade com o 1T18 e o 4T18, as discussões de resultado são apresentadas sem os ajustes relacionados ao IFRS 16 e ao Corporativo e referências a “1T19” seguem esse critério.** Menções a informações que contemplem tais alterações estarão identificadas como “1T19 Pós-ajustes”. Para permitir melhor compreensão acerca dessas alterações, o item “Resumo das alterações decorrentes do IFRS 16 e do Corporativo” contém os demonstrativos dos principais efeitos dos ajustes neste trimestre.

As informações denominadas LAJIDA (EBITDA) – (LAJIDA – Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre a Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização); EBITDA Ajustado – ajustado pela amortização de ativos de contratos com clientes – direitos de exclusividade; e LAJIR (EBIT) – (LAJIR – Lucro Antes dos Juros e Impostos sobre a Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) estão apresentadas de acordo com a Instrução nº 527 emitida pela CVM em 04 de outubro de 2012. Segue o cálculo do EBITDA a partir do lucro líquido:

R\$ milhões	1T19 Pós-ajustes	1T19	1T18	4T18
Lucro líquido	242,6	251,1	72,9	495,6
(+) IR e contribuição social	168,2	172,6	29,5	314,5
(+) Despesa (receita) financeira líquida	(0,8)	(21,3)	107,0	(116,7)
(+) Depreciação e amortização	288,8	211,9	194,2	210,2
EBITDA	698,7	614,3	403,6	903,6
Ajuste				
(+) Amortização de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade (Ipiranga)	83,6	83,6	104,5	89,4
EBITDA Ajustado	782,3	697,9	508,1	993,0

Ultrapar Comentário do Desempenho

Valores em R\$ milhões	1T19	1T18	4T18	Δ (%)	
				1T19 v 1T18	1T19 v 4T18
Receita líquida	20.748	20.751	23.467	0%	(12%)
Lucro líquido ¹	251	73	496	245%	(49%)
Lucro líquido Pós-ajustes	243				
Lucro por ação atribuível aos acionistas ² (R\$)	0,22	0,07	0,47	214%	(53%)
EBITDA Ajustado	698	508	993	37%	(30%)
EBITDA Ajustado ex-não recorrentes ³	698	794	807	(12%)	(14%)
EBITDA Ajustado Pós-ajustes	782				
Investimentos	268	604	548	(56%)	(51%)

¹ No padrão contábil IFRS, o lucro líquido consolidado inclui o lucro líquido atribuível à participação de acionistas não controladores das controladas

² Calculado em reais a partir da média ponderada do número de ações ao longo do período, líquido das ações em tesouraria. Estes valores consideram o desdobramento de ações ocorrido em abril.

³ Não considera a multa de R\$ 286 milhões decorrente da não aquisição da Liquigás no 1T18 e o efeito de créditos tributários devido à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins no valor líquido de R\$ 186 milhões no 4T18

Receita líquida – Total de R\$ 20.739 milhões (0%), estável sobre o 1T18. Em relação ao 4T18, a receita líquida diminuiu 12%, em consequência da redução nas receitas da Ipiranga, Oxiteno e Ultragaz.

EBITDA Ajustado – Total de R\$ 698 milhões (+37%), em função da multa pela não aprovação da aquisição da Liquigás no 1T18. Excluindo a multa, o EBITDA Ajustado diminuiu 12%, reflexo do menor EBITDA da Ipiranga, Oxiteno, Ultragaz e Extrafarma. O EBITDA Ajustado diminuiu 30% na comparação com o 4T18, devido ao menor EBITDA da Ipiranga, Oxiteno, Ultragaz e Extrafarma, e da sazonalidade entre períodos. Considerando os ajustes do IFRS 16, o EBITDA Ajustado Pós-ajustes da Ultrapar foi de R\$ 782 milhões.

Depreciação e amortização⁴ – Total de R\$ 296 milhões (-1%), em função da menor amortização de ativos de contrato com clientes na Ipiranga, parcialmente compensada pela depreciação dos investimentos realizados ao longo dos últimos 12 meses. Na comparação com o 4T18, o total de custos e despesas com depreciação e amortização foi 1% menor.

Resultado financeiro – A Ultrapar encerrou 1T19 com dívida líquida de R\$ 8,7 bilhões (2,65x EBITDA LTM Ajustado) em comparação a R\$ 8,2 bilhões em 31 de dezembro de 2018 (2,68x EBITDA LTM Ajustado), principalmente em função do pagamento de dividendos no período. A Ultrapar apresentou receita financeira líquida de R\$ 21 milhões no 1T19 em comparação a uma despesa financeira líquida de R\$ 107 milhões no 1T18, devido (i) ao resultado dos *hedges* cambiais em função da marcação a mercado no período e (ii) à melhora na rentabilidade do caixa, aliado à redução no custo da dívida, fruto das iniciativas de gestão de passivo da Companhia. Na comparação trimestral, a receita financeira líquida reduziu R\$ 95 milhões, em função, principalmente, da apropriação de juros de créditos tributários referentes à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS no 4T18.

Lucro líquido – Total de R\$ 251 milhões (+245%), principalmente em função da multa mencionada anteriormente que impactou o 1T18 e do melhor resultado financeiro. Em relação ao 4T18, o lucro líquido diminuiu 49%, devido à redução no EBITDA e no resultado financeiro no período. Considerando os ajustes do IFRS 16, o lucro líquido Pós-ajustes da Ultrapar foi de R\$ 243 milhões.

Fluxo de caixa das atividades operacionais – Geração de R\$ 462 milhões no 1T19, comparado a um consumo de R\$ 113 milhões no 1T18, em função do pagamento da multa contratual pela não aquisição da Liquigás no 1T18, e iniciativas de otimização do capital de giro no 1T19.

⁴ Inclui amortização de ativos de contratos com clientes – direitos de exclusividade

Ipiranga

Comentário do Desempenho

	1T19	1T18	4T18	Δ (%) 1T19 v 1T18	Δ (%) 1T19 v 4T18
Volume total (mil m³)	5.587	5.461	6.160	2%	(9%)
Diesel	2.674	2.626	2.971	2%	(10%)
Ciclo Otto	2.810	2.723	3.087	3%	(9%)
Outros ¹	102	112	101	(8%)	2%
EBITDA Ajustado (R\$ milhões)	538	585	569	(8%)	(5%)
EBITDA Ajustado Pós-ajustes (R\$ milhões)	594				

¹ Óleos combustíveis, arla 32, querosene, lubrificantes e graxas

Desempenho operacional – O volume de ciclo Otto aumentou 3% em relação ao 1T18, com maior participação do etanol no mix de vendas, enquanto o volume de diesel cresceu 2%. Em relação ao 4T18, o volume diminuiu 9%, com redução de 10% no diesel e 9% no ciclo Otto, explicados, principalmente, pela sazonalidade entre os períodos.

Receita líquida – Total de R\$ 17.428 milhões (-1%), em função da queda no preço unitário do etanol, compensando o aumento nos preços de combustíveis derivados de petróleo. Este efeito foi atenuado pelo maior volume de vendas. Em relação ao 4T18, a receita líquida foi 12% menor, consequência do volume de vendas sazonalmente menor e das movimentações nos custos de combustíveis.

Custo dos produtos vendidos – Total de R\$ 16.566 milhões (0%), em função do menor custo unitário de etanol, combinado com a maior participação do produto no mix de vendas, neutralizado pelo maior volume vendido no período. Em relação ao 4T18, o custo dos produtos vendidos diminuiu 13%, decorrente do menor volume vendido, além do efeito negativo no estoque do 4T18, decorrente das movimentações nos custos de combustíveis no período.

Despesas gerais, administrativas e de vendas – Total de R\$ 505 milhões (-8%), devido às menores despesas da ICONIC, que no 1T18 incluiu despesas adicionais para a integração dos negócios, e às iniciativas de redução de despesas na Ipiranga, como menores gastos com programas de marketing, além da menor provisão para créditos de liquidação duvidosa, fruto da melhora nos índices de crédito de sua carteira de clientes. Em relação ao 4T18, as despesas gerais, administrativas e de vendas diminuíram 2%, devido às menores despesas com frete, reflexo do volume sazonalmente menor, e das iniciativas de redução de despesa.

EBITDA Ajustado – Total de R\$ 538 milhões (-8%), influenciado, principalmente, pela redução da margem bruta no ciclo Otto, parcialmente atenuada pelo maior volume de vendas e pela redução das despesas no período. Em relação ao 4T18, o EBITDA Ajustado foi 5% menor, em função do volume sazonalmente menor e da concentração de receitas com merchandising típicas do quarto trimestre. Considerando os ajustes do IFRS 16 e com a segregação das despesas corporativas mencionados anteriormente, o EBITDA Ajustado Pós-ajustes da Ipiranga foi de R\$ 594 milhões.

Investimentos – Foram investidos R\$ 123 milhões, direcionados à manutenção e ampliação das redes de postos e franquias, e à expansão da infraestrutura logística da Ipiranga. Do total dos investimentos, R\$ 61 milhões referem-se a imobilizações e adições ao intangível, R\$ 64 milhões a ativos de contratos com clientes (direitos de exclusividade) e R\$ 1 milhão negativo a liberações de financiamento a clientes e antecipação de aluguel, líquidos de repagamentos. A Ipiranga encerrou o 1T19 com 7.218 postos (+2%), adição líquida de 138 postos nos últimos 12 meses, e estável em relação ao 4T18.

Oxiteno

Comentário do Desempenho

	1T19	1T18	4T18	Δ (%) 1T19 v 1T18	Δ (%) 1T19 v 4T18
Dólar médio (R\$/US\$)	3,77	3,24	3,81	16%	(1%)
Volume total (mil tons)	180	180	190	0%	(5%)
Especialidades	148	152	148	(2%)	0%
<i>Commodities</i>	32	28	42	12%	(24%)
Vendas no Brasil	124	126	141	(2%)	(12%)
Vendas no mercado externo	56	54	49	4%	15%
EBITDA (R\$ milhões)	34	51	280	(33%)	(88%)
EBITDA Pós-ajustes (R\$ milhões)	39				

¹ No 4T18, considera o efeito de créditos tributários devido à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins no valor líquido de R\$ 186 milhões. Excluindo esse efeito, o EBITDA foi de R\$ 94 milhões.

Desempenho operacional – O volume vendido de *commodities* cresceu 12% na comparação anual, refletindo novas oportunidades de vendas. Já o volume de especialidades químicas diminuiu 2%, com redução de 6% no mercado interno, reflexo principalmente da desaceleração da economia brasileira. No mercado externo, o volume de especialidades aumentou 4%, devido ao maior volume vendido nos Estados Unidos, após a inauguração da planta de Pasadena, apesar da redução das exportações para os países do Mercosul, especialmente para a Argentina. Quando comparado ao 4T18, o volume total de vendas diminuiu 5%, com redução de 24% no volume de *commodities* e estabilidade em especialidades.

Receita líquida – Total de R\$ 1.056 milhões (+6%), principalmente em função do Real 16% mais depreciado em relação ao dólar (equivalente a R\$ 0,53/US\$), atenuado pela redução de 9% dos preços médios em dólar dos produtos vendidos, fruto da queda nos preços de *commodities* no mercado internacional e da maior participação de *commodities* na composição de vendas. Em relação ao 4T18, a receita líquida diminuiu 12%, fruto (i) do menor volume de vendas, (ii) da valorização de 1% do Real frente ao dólar e (iii) da queda nos preços de *commodities* no mercado internacional.

Custo dos produtos vendidos – Total de R\$ 899 milhões (+9%), em consequência do Real 16% mais depreciado em relação ao dólar e da partida da nova unidade de Pasadena em setembro/18. Esses efeitos foram atenuados pela redução nos custos em dólares de suas principais matérias-primas, em particular o eteno e o óleo de palmiste. Na comparação com o 4T18, o custo dos produtos vendidos foi 8% menor, reflexo (i) do menor volume de vendas, (ii) do Real 1% mais apreciado em relação ao dólar e (iii) da queda nos custos das matérias-primas citadas acima.

Despesas gerais, administrativas e de vendas – Total de R\$ 175 milhões (+5%), em função de maiores despesas com pessoal e do Real 16% mais depreciado em relação ao dólar sobre as despesas das operações internacionais. Em relação ao 4T18, as despesas gerais, administrativas e de vendas diminuiriam 11%.

EBITDA – O EBITDA da Oxiteno totalizou R\$ 34 milhões (-33%), em função (i) do menor patamar de margens unitárias em dólar no período, fruto da queda dos preços de *commodities* petroquímicas no mercado internacional, (ii) do maior volume de *commodities* no mix de vendas e (iii) dos maiores custos com a nova planta dos EUA, parcialmente compensados pela desvalorização do Real frente ao dólar. A queda em relação ao 4T18, deu-se em função do menor volume de vendas no período e do menor patamar de margens unitárias em dólar, reflexo da queda de preços de *commodities* petroquímicas no mercado internacional. Considerando os ajustes do IFRS 16 e com a segregação das despesas corporativas mencionados anteriormente, o EBITDA Pós-ajustes da Oxiteno foi de R\$ 39 milhões.

Investimentos – Os investimentos no período foram de R\$ 60 milhões, direcionados, principalmente, aos investimentos na nova planta de especialidades químicas nos Estados Unidos e à manutenção de suas unidades produtivas.

Ultragaz

Comentário do Desempenho

	1T19	1T18	4T18	Δ (%) 1T19 v 1T18	Δ (%) 1T19 v 4T18
Volume total (mil tons)	395	410	421	(4%)	(6%)
Envasado	270	281	297	(4%)	(9%)
Granel	126	129	124	(3%)	1%
EBITDA (R\$ milhões)	97	(170)¹	121	na	(20%)
EBITDA Pós-ajustes (R\$ milhões)	108				

¹ No 1T18, considera a multa de R\$ 286 milhões decorrente da não aquisição da Liquigás. Excluindo esse efeito, o EBITDA foi de R\$ 116 milhões.

Desempenho operacional – No segmento envasado, o volume diminuiu 4% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, em função da retração do mercado e da interrupção temporária no fornecimento de GLP em algumas refinarias, impactando pontualmente o abastecimento do produto. No segmento granel, o volume foi 3% menor, principalmente devido à menor atividade industrial. Em relação ao 4T18, o volume vendido reduziu 6%, explicado pela sazonalidade entre os períodos e pelo impacto pontual no abastecimento de GLP citado anteriormente no segmento envasado.

Receita líquida – Total de R\$ 1.640 milhões (+1%), em função dos reajustes nos custos do GLP, parcialmente compensados pelo menor volume de vendas. Em relação ao 4T18, a receita líquida diminuiu 8%, principalmente em função do menor volume de vendas no período.

Custo dos produtos vendidos – Total de R\$ 1.432 milhões (0%), principalmente em função dos reajustes nos custos de GLP em 2018, neutralizados pelo menor volume vendido e por menores custos com depreciação. Em relação ao 4T18, o custo dos produtos vendidos reduziu 8%, refletindo, principalmente, o volume de vendas sazonalmente menor.

Despesas gerais, administrativas e de vendas – Total de R\$ 165 milhões (+25%), devido (i) às maiores despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa, (ii) às maiores despesas com pessoal (principalmente indenizações, fruto de reorganizações na estrutura) e (iii) às despesas pontuais com processos judiciais nesse trimestre. Em relação ao 4T18, as despesas gerais, administrativas e de vendas permaneceram estáveis, devido às menores despesas com assessoria jurídica e consultoria estratégica, neutralizadas por despesas pontuais com processos judiciais no trimestre e por maiores provisões para créditos de liquidação duvidosa.

EBITDA – Total de R\$ 97 milhões (em comparação aos R\$ 170 milhões negativos no 1T18), principalmente em função da multa no 1T18 pela não aprovação da aquisição da Liquigás. Excluindo o efeito da multa, o EBITDA da Ultragaz diminuiu 17%, devido ao menor volume de vendas e às maiores despesas neste trimestre. Em relação ao 4T18, o EBITDA da Ultragaz foi 20% menor, principalmente devido ao menor volume de vendas. Considerando os ajustes do IFRS 16 e com a segregação das despesas corporativas mencionados anteriormente, o EBITDA Pós-ajustes da Ultragaz foi de R\$ 108 milhões.

Investimentos – Foram investidos R\$ 29 milhões, direcionados a clientes do segmento granel, reposição e aquisição de vasilhames e tecnologia da informação, com foco na estratégia de diferenciação e inovação da Ultragaz.

Ultracargo

Comentário do Desempenho

	1T19	1T18	4T18	Δ (%) 1T19 v 1T18	Δ (%) 1T19 v 4T18
Armazenagem efetiva ¹ (mil m ³)	758	722	756	5%	0%
EBITDA (R\$ milhões)	52	41	40	27%	32%
EBITDA Pós-ajustes (milhões)	59				

¹ Média mensal

Desempenho operacional - A armazenagem média da Ultracargo cresceu 5% em relação ao 1T18, devido à maior movimentação em Santos, além da maior movimentação de etanol nos terminais, compensando a redução de combustíveis. Em relação ao 4T18, a armazenagem média nos terminais permaneceu estável, com maior movimentação em combustíveis em Aratu e Santos e químicos em Suape, neutralizadas por menor movimentação de etanol em Santos.

Receita líquida - Total de R\$ 127 milhões no 1T19 (+9%), impulsionada pela maior armazenagem média e reajustes contratuais. Em relação ao 4T18, a receita líquida manteve-se estável, acompanhando a armazenagem média.

Custo dos serviços prestados - Total de R\$ 59 milhões (0%), devido aos maiores gastos relacionados à maior movimentação nos terminais (principalmente tarifas portuárias e serviços de terceiros), neutralizado por despesa pontual de pagamento de IPTU retroativo no 1T18. Em relação ao 4T18, o custo dos serviços prestados diminuiu 7%, principalmente por menores gastos com serviços de terceiros e com pessoal.

Despesas gerais, administrativas e de vendas - Total de R\$ 29 milhões (+3%), devido às maiores despesas com pessoal, parcialmente compensadas por menores despesas com consultorias. Em relação ao 4T18, as despesas gerais, administrativas e de vendas diminuíram 13%, principalmente devido às menores despesas com assessoria jurídica e às menores despesas com pessoal.

EBITDA - Total de R\$ 52 milhões (+27%), em função da maior armazenagem média e dos reajustes contratuais. Em relação ao 4T18, o EBITDA aumentou 32%, devido aos menores custos e despesas. Considerando os ajustes do IFRS 16 e com a segregação das despesas corporativas mencionados anteriormente, o EBITDA Pós-ajustes da Ultracargo foi de R\$ 59 milhões.

Investimentos - Na Ultracargo, os investimentos no período foram de R\$ 37 milhões, direcionados à expansão dos terminais de Itaqui e Santos, manutenção e modernização dos terminais e em segurança operacional.

Termo de Ajustamento de Conduta ("TAC") - Em 15 de maio de 2019 a Ultracargo firmou um TAC com o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Estado de São Paulo para a implementação de ações com o objetivo de compensar os impactos causados ao estuário de Santos pelo incêndio ocorrido no terminal da Ultracargo em abril de 2015. O valor total do acordo foi de R\$ 67,5 milhões, que serão integralmente desembolsados até setembro de 2020. Em 31 de março de 2019, a Companhia possuía provisão de R\$ 15 milhões para essa finalidade e, no 2T19, complementar a provisão no valor remanescente.

Extrafarma

Comentário do Desempenho

	1T19	1T18	4T18	Δ (%) 1T19 v 1T18	Δ (%) 1T19 v 4T18
Número de lojas (final do período)	440	401	433	10%	2%
% de lojas maduras (+3 anos)	46%	46%	45%	0,0 p.p.	0,9 p.p.
Receita bruta (R\$ milhões)	546	542	526	1%	4%
EBITDA (R\$ milhões)	(21)	0	(15)	na	(37%)
EBITDA Pós-ajustes (R\$ milhões)	1				

Desempenho operacional – A Extrafarma encerrou o 1T19 com 440 lojas, sendo 65 aberturas e 26 fechamentos nos últimos 12 meses, equivalente a um aumento de 10% em sua base. Ao final do 1T19, as lojas em maturação (até três anos de operação) representavam 54% da rede, reflexo do ritmo de expansão da rede nos últimos anos. Em relação ao 4T18, a Extrafarma abriu 9 novas lojas e fechou 2.

Receita bruta – Total de R\$ 546 milhões (+1%), devido ao crescimento de 3% no faturamento do varejo, em função do maior número de lojas e do reajuste anual nos preços dos medicamentos. Esses efeitos foram atenuados pelo ambiente competitivo mais acirrado e pelo maior fechamento de lojas de baixa performance no período. Em relação ao 4T18, a receita bruta aumentou 4%, em decorrência do maior número de lojas e da recuperação do segmento atacado.

Custo dos produtos vendidos e lucro bruto – Custo dos produtos vendidos totalizou R\$ 375 milhões (+5%), em decorrência do crescimento das vendas e do reajuste anual nos preços de medicamentos. O lucro bruto atingiu R\$ 141 milhões (-8%), em função do ambiente competitivo mais acirrado e da expansão da rede em novos estados, pressionando as margens no trimestre. Em relação ao 4T18, o custo dos produtos vendidos aumentou 8% e o lucro bruto diminuiu 6%, em função da maior competição do mercado, parcialmente compensado pelo maior faturamento.

Despesas gerais, administrativas e de vendas – Total de R\$ 189 milhões (+11%), reflexo do maior número de lojas. Excluindo o efeito de novas lojas, as despesas gerais, administrativas e de vendas ficaram estáveis na comparação anual, principalmente em função das iniciativas para ganho de produtividade, com destaque para as despesas com pessoal e logísticas. Em relação ao 4T18, as despesas gerais, administrativas e de vendas aumentaram 2%, reflexo do maior número médio de lojas e da convenção anual de vendas da Extrafarma no período, parcialmente atenuados por menores gastos com pessoal.

Outros resultados operacionais – Total de R\$ 9 milhões no 1T19, resultado da constituição de créditos tributários de anos anteriores relacionados à decisão judicial sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins.

EBITDA – Total de R\$ 21 milhões negativo em comparação ao reportado próximo de zero no 1T18, em função do ambiente competitivo mais pressionado e do efeito das lojas novas em maturação, atenuados pela constituição de créditos tributários no 1T19. Em relação ao 4T18, o EBITDA diminuiu R\$ 6 milhões, principalmente devido ao ambiente competitivo ainda mais pressionado e à baixa de investimentos no período fruto do maior número de lojas a depurar, atenuados pela constituição de créditos tributários no 1T19. Considerando os ajustes do IFRS 16 e com a segregação das despesas corporativas mencionados anteriormente, o EBITDA Pós-ajustes da Extrafarma foi de R\$ 1 milhão.

Investimentos – No 1T19, foram investidos R\$ 16 milhões, direcionados à abertura de novas lojas e tecnologia da informação, com foco na melhoria da experiência de compra e excelência operacional.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1 Contexto operacional

A Ultrapar Participações S.A. (“Ultrapar” ou “Sociedade”) é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, 1.343 em São Paulo – SP, com ações negociadas no segmento Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), sob o código UGPA3, e na Bolsa de Nova Iorque (“NYSE”) por meio de *American Depositary Receipts* (“ADRs”) nível III sob o código UGP.

A Sociedade tem por atividade a aplicação de capitais próprios no comércio, na indústria e na prestação de serviços, mediante a subscrição ou aquisição de ações e cotas de outras sociedades. Por meio de suas controladas, atua no segmento de distribuição de gás liquefeito de petróleo - GLP (“Ultragaz”), na distribuição de combustíveis e atividades relacionadas (“Ipiranga”), na produção e comercialização de produtos químicos (“Oxiten”), na prestação de serviços de armazenagem de granéis líquidos (“Ultracargo”) e no comércio de medicamentos, produtos de higiene, beleza e cosméticos (“Extrafarma”). As informações sobre os segmentos estão apresentadas na nota explicativa nº 33.

2 Apresentação das informações trimestrais e resumo das principais práticas contábeis

As informações trimestrais da controladora e consolidadas (“informações trimestrais”) foram elaboradas de acordo com o *International Accounting Standard* (“IAS”) 34 - *Interim Financial Reporting* emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), e de acordo com o pronunciamento CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e apenas essas informações, foram evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da administração da Sociedade e suas controladas.

As informações trimestrais são apresentadas em Reais (“R\$”), que é a moeda funcional da Sociedade.

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas pela Sociedade e suas controladas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nessas informações trimestrais, exceto pela adoção do *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) 16/CPC 06 (R2) conforme descrito na nota explicativa nº 2.h e y.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

a. Apuração do resultado

A receita de vendas e serviços prestados é mensurada pelo valor da contrapartida à qual as controladas da Sociedade esperam ter direito, deduzida de devoluções, descontos, abatimentos, amortização de ativos de contratos com clientes e outras deduções, se aplicáveis, sendo reconhecida à medida que a entidade satisfaça sua obrigação de desempenho. Na Ipiranga, a receita de vendas de combustíveis e lubrificantes é reconhecida quando os produtos são entregues aos postos de serviços e aos grandes consumidores. Na Ultragaz, a receita de vendas de GLP é reconhecida quando os produtos são entregues aos clientes em domicílio, aos revendedores autônomos e aos clientes industriais e comerciais. Na Extrafarma, a receita de vendas de medicamentos é reconhecida quando os produtos são entregues aos consumidores finais nas drogarias próprias e quando são entregues aos revendedores independentes. Na Oxiteno, a receita de vendas de produtos químicos é reconhecida quando os produtos são entregues aos consumidores industriais, levando-se em consideração a modalidade de frete da entrega. Na Ultracargo, a receita de serviços prestados de armazenagem é reconhecida em função da realização dos serviços. As aberturas das receitas de vendas e serviços prestados estão demonstradas nas notas explicativas nº 27 e 33.

As amortizações dos ativos de contratos com clientes referentes aos direitos de exclusividade com clientes da Ipiranga e às bonificações postecipadas são reconhecidas no resultado como redutoras da receita de vendas, conforme as condições estabelecidas nos contratos e são revistas à medida que ocorrem mudanças nos termos contratuais (vide notas explicativas nº 2.f e 11).

A taxa inicial de franquia da *am/pm* recebida pela Ipiranga é diferida e apropriada ao resultado linearmente ao longo do período dos contratos com os franqueados. Para maiores informações vide nota explicativa nº 24.a.

A receita diferida de programa de fidelidade é reconhecida no resultado quando os pontos são resgatados, momento no qual os custos incorridos também são reconhecidos no resultado, ou no momento em que os pontos expiram. Para maiores informações vide nota explicativa nº 24.b.

Os custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados incluem os custos de mercadorias (principalmente combustíveis, lubrificantes, GLP e medicamentos), custos de matérias-primas (produtos químicos e petroquímicos) e os custos de produção, distribuição, armazenamento e envasamento.

As variações cambiais e os resultados de instrumentos de proteção são apresentados na demonstração do resultado na rubrica de despesa financeira.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são reconhecidos no resultado e totalizaram R\$ 15.454 no período de três meses findo em 31 de março de 2019 (R\$ 12.422 no período de três meses findo em 31 de março de 2018).

b. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se a caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Para maiores informações do caixa e equivalentes de caixa, vide nota explicativa nº 4.a.

c. Ativos financeiros

A Sociedade e suas controladas avaliaram a classificação e mensuração dos ativos financeiros de acordo com o seu modelo de gerenciamento de ativos financeiros conforme abaixo:

- **Custo amortizado:** ativos financeiros mantidos com o objetivo de receber os fluxos contratuais, exclusivamente principal e juros. Os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado e os saldos são demonstrados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. As aplicações financeiras dadas em garantia de empréstimos são classificadas como custo amortizado.
- **Mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** ativos financeiros que são adquiridos ou originados com a finalidade de recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou venda dos ativos. Os saldos são demonstrados ao valor justo e os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado. As diferenças entre o valor justo e o valor inicial da aplicação acrescido dos rendimentos auferidos e as variações cambiais são reconhecidas no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no momento da sua liquidação. Substancialmente as aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário (“CDB”) e operações compromissadas são classificadas como mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.
- **Mensurado ao valor justo por meio do resultado:** ativos financeiros que não foram classificados como custo amortizado ou mensurado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os saldos são demonstrados ao valor justo e tanto os rendimentos auferidos e as variações cambiais como as variações de valor justo são contabilizados no resultado. Os fundos de investimentos e os instrumentos derivativos de proteção são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos financeiros para fins de proteção, aplicando os conceitos descritos a seguir:

- Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de valor justo: instrumento financeiro utilizado para a proteção da exposição às mudanças no valor justo de um item, atribuível a um risco em particular e que possa afetar o resultado da entidade. No momento da designação inicial do *hedge* de valor justo, o relacionamento entre o instrumento de proteção e o item objeto de *hedge* é documentado, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos, a estratégia na condução da transação e os métodos que serão utilizados para avaliar sua efetividade. Uma vez que o *hedge* de valor justo tenha sido qualificado como efetivo, também o item objeto de *hedge* é mensurado a valor justo. Os ganhos e perdas do instrumento de proteção e dos itens objeto de *hedge* são reconhecidos no resultado. A contabilidade de proteção deve ser descontinuada quando o *hedge* se tornar inefetivo.
- Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de fluxo de caixa: instrumento financeiro utilizado para mitigar a exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco associado a um ativo ou passivo ou transação altamente provável ou compromissos firmes que possam afetar o resultado. A parcela do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* eficaz referente aos efeitos de variação cambial é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”, enquanto a parcela ineficaz é reconhecida no resultado. O ganho ou a perda resultante do instrumento de *hedge* relacionado com a parte eficaz do *hedge* que foi reconhecido diretamente em outros resultados abrangentes acumulados deve ser reclassificado para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado ou como custo inicial do ativo não financeiro, na mesma rubrica da demonstração em que o item objeto de *hedge* é reconhecido. A contabilidade de proteção deve ser descontinuada quando (i) é cancelada a relação de *hedge*; (ii) o instrumento de *hedge* vence; e (iii) o instrumento de *hedge* não se qualifica mais como contabilidade de proteção. Quando a contabilidade de proteção é descontinuada, os ganhos e perdas reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado. Caso a transação prevista como item objeto de *hedge* seja cancelada ou não se espera que ela ocorra, os ganhos e perdas acumulados no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos imediatamente no resultado.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior: instrumento financeiro utilizado para a proteção da exposição dos investimentos líquidos em controladas no exterior em decorrência da conversão da demonstração financeira em moeda funcional local para a moeda funcional da Sociedade. A parcela do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* eficaz referente aos efeitos de variação cambial é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes acumulados de conversão”, enquanto a parcela ineficaz e o custo da operação são reconhecidos no resultado. O ganho ou a perda resultante do instrumento de *hedge* relacionado com a parte eficaz do *hedge* que foi reconhecida diretamente em outros resultados abrangentes acumulados deve ser reconhecido no resultado quando ocorrer a alienação da controlada no exterior.

Para maiores informações dos instrumentos financeiros, vide nota explicativa nº 34.

d. Contas a receber e financiamentos a clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado da contrapartida à qual as controladas da Sociedade esperam ter direito (vide notas explicativas nº 5 e 34.d.3). As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa consideram, (i) no reconhecimento inicial do contrato, a expectativa de perdas para os próximos 12 meses ou (ii) para a duração do contrato, quando da deterioração ou melhora da qualidade de crédito dos clientes levando-se em consideração as características dos clientes de cada segmento de negócios. O montante da provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é considerado suficiente pela administração para cobrir as eventuais perdas na realização das contas a receber.

e. Estoques

Os estoques são demonstrados pelo valor de custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor (vide nota explicativa nº 6). No valor de custo dos estoques, calculado pelo custo médio ponderado, estão incluídos os custos de aquisição e de transformação diretamente e indiretamente relacionados com as unidades produzidas baseados na capacidade normal de produção. As estimativas do valor realizável líquido baseiam-se nos preços gerais de venda em vigor no final do período de apuração, líquidos das despesas diretas de venda. São considerados nessas estimativas, eventos subsequentes relacionados à flutuação de preços e custos, se relevantes. Caso o valor realizável líquido seja inferior ao valor do custo, uma provisão correspondente a essa diferença é contabilizada. A obsolescência de materiais mantidos para uso na produção também é revisada periodicamente e inclui produtos, materiais ou bens que (i) não atendem à especificação das controladas, (ii) tenham expirado a data de validade ou (iii) possuam baixa rotatividade. Esta classificação é feita pela administração com o apoio da equipe industrial e de operações.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

f. Ativos de contratos com clientes – direitos de exclusividade

Os desembolsos de direitos de exclusividade previstos nos contratos da Ipiranga com postos revendedores e grandes consumidores são registrados como ativos de contratos no momento de sua ocorrência e são amortizados conforme as condições estabelecidas nos contratos (vide notas explicativas nº 2.a e 11).

g. Investimentos

As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas informações trimestrais da controladora (vide notas explicativas nº 3.b e 12.a). Uma controlada é uma investida na qual o acionista tem direito aos seus retornos variáveis e tem a capacidade de interferir nas suas atividades financeiras e operacionais. Normalmente, a participação societária em uma sociedade controlada é superior a 50%.

Os investimentos em sociedades coligadas e empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas informações trimestrais (vide nota explicativa nº 12 itens b e c). Uma coligada é uma investida na qual um acionista tem influência significativa, ou seja, tem o poder de participar nas decisões financeiras e operacionais da investida, porém sem exercer o controle. Um empreendimento controlado em conjunto é uma investida na qual os acionistas têm o direito aos ativos líquidos por conta de um controle em conjunto. Controle em conjunto é um acordo que estabelece que as decisões sobre as atividades relevantes da investida exigem o consentimento das partes que compartilham o controle.

Os outros investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas, caso estas não sejam consideradas temporárias.

h. Ativos de direito de uso e arrendamento

As controladas da Sociedade reconhecem no balanço patrimonial, um ativo de direito de uso e o respectivo arrendamento a pagar, calculado pelo valor presente das parcelas futuras, acrescidos dos custos diretos associados ao contrato de arrendamento (vide nota explicativa nº 13). A amortização do ativo de direito de uso é reconhecida no resultado ao longo da vigência estimada do contrato. O passivo é acrescido de juros e líquido dos pagamentos. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva. A remensuração do ativo e do passivo com base no índice de reajuste contratual é reconhecida no balanço patrimonial, não tendo efeito no resultado. Em caso de cancelamento do contrato, o ativo e respectivo passivo são baixados para o resultado.

As controladas da Sociedade aplicam as isenções de reconhecimento para arrendamentos com prazo contratual inferior a 12 meses e contratos de baixo valor. Nesses casos, a despesa com o arrendamento é reconhecida no resultado ao longo do prazo do arrendamento conforme incorrida.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

i. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo encargos financeiros incorridos sobre imobilizações em andamento, bem como custos com manutenções relevantes de bens decorrentes de paradas de fábrica programadas e custos estimados para retirada por desativação ou restauração (vide notas explicativas nº 2.n e 21), deduzido da depreciação acumulada e, quando aplicável, da provisão para perda por redução ao valor recuperável (vide nota explicativa nº 14).

As depreciações são calculadas pelo método linear, pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 14, que levam em consideração a vida útil dos bens e são revisados anualmente.

As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas pelo menor prazo entre a vigência do contrato ou a vida útil dos bens.

j. Intangível

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, seguindo os critérios abaixo (vide nota explicativa nº 15):

- Ágios por expectativa de rentabilidade futura (“ágio”) são demonstrados como ativo intangível pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar ao vendedor e o valor justo dos ativos identificados e passivos assumidos da entidade adquirida. Os ágios são testados anualmente para verificar a existência de eventuais reduções de valores recuperáveis. Os ágios são alocados aos segmentos de negócios, os quais representam o nível mais baixo em que o ágio é monitorado para fins de teste de recuperabilidade (vide nota explicativa nº 15.a).
- Outros ativos intangíveis adquiridos de terceiros, tais como *software*, tecnologia e direitos, são mensurados pelo valor pago na aquisição e são amortizados linearmente pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 15, que levam em consideração sua vida útil e são revisados anualmente.

A Sociedade e suas controladas não têm contabilizados ativos intangíveis que tenham sido gerados internamente. A Sociedade e suas controladas possuem ágios e marcas adquiridas em combinação de negócios, que são avaliados como ativos intangíveis com vida útil indefinida (vide nota explicativa nº 15 itens a e e).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

k. Demais ativos

Os demais ativos são demonstrados aos valores de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias e cambiais incorridas ou deduzidos de provisão para perda e, se aplicável, ajuste a valor presente.

l. Passivos financeiros

Os passivos financeiros incluem contas a pagar a fornecedores e demais contas a pagar, financiamentos, debêntures, arrendamentos a pagar e instrumentos financeiros derivativos utilizados como instrumentos de proteção. Os passivos financeiros são classificados como “passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado” ou “passivos financeiros mensurados ao custo amortizado”. Os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado referem-se a instrumentos financeiros derivativos, bônus de subscrição - indenização e passivos financeiros designados como itens objeto de *hedge* de valor justo no reconhecimento inicial (vide nota explicativa nº 2.c – *hedge* de valor justo). Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são demonstrados pelo valor inicial da transação acrescidos dos juros e líquidos das amortizações e custos de transação. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva de juros.

Os custos de transação, incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente à consecução das transações de captação de recursos por meio da contratação de financiamentos ou pela emissão de títulos de dívidas, bem como os prêmios na emissão de debêntures e outros instrumentos de dívida, são apropriados ao respectivo instrumento e amortizados no resultado levando em consideração o seu prazo, pelo método da taxa efetiva de juros (vide nota explicativa nº 16.j).

m. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

O imposto de renda (“IRPJ”) e a contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”), correntes e diferidos, são calculados com base nas suas alíquotas vigentes. Para o cálculo do IRPJ corrente é considerado também a parcela de incentivo fiscal. Os tributos são reconhecidos com base nas taxas de IRPJ e CSLL previstas na legislação vigente na data de encerramento das informações trimestrais. As alíquotas vigentes no Brasil são de 25% para o IRPJ e de 9% para a CSLL. Para maiores informações sobre o reconhecimento e realização de IRPJ e CSLL, vide nota explicativa nº 9.

Para fins de divulgação, o ativo fiscal diferido foi compensado contra o passivo fiscal diferido, de IRPJ e CSLL da mesma entidade tributável e da mesma autoridade tributária.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

n. Provisão para retirada de tanques

Corresponde à obrigação de retirar os tanques subterrâneos de combustíveis da Ipiranga localizados nos postos de sua marca após determinado prazo de utilização. O custo estimado da obrigação de retirada desses ativos é registrado como um passivo no momento em que os tanques são instalados. O custo estimado de retirada é acrescido ao valor do bem e depreciado durante a respectiva vida útil desses tanques. Os montantes reconhecidos como passivo são atualizados monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”) até que o tanque seja retirado (vide nota explicativa nº 21). O custo de retirada estimado é revisado anualmente ou quando ocorre mudança significativa no seu valor, sendo que as mudanças em relação ao custo estimado são reconhecidas no resultado quando se tornam conhecidas. Um aumento no custo estimado de retirada dos tanques pode impactar negativamente os resultados futuros.

o. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são constituídas para os riscos que possuam valores estimáveis, nos quais a probabilidade de que uma obrigação exista é considerada mais provável do que não, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, e os montantes são registrados com base nas estimativas dos resultados dos desfechos dos processos (vide nota explicativa nº 22).

p. Benefícios pós-emprego

Os benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a empregados, aposentados e pensionistas são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado por atuário independente e revisado pela administração, de acordo com o método do crédito unitário projetado (vide nota explicativa nº 20.b). Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”.

q. Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados por montantes conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridas. Quando aplicável, os demais passivos são registrados a valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

r. Transações em moeda estrangeira

As transações da Sociedade e de suas controladas realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a sua respectiva moeda funcional pela taxa de câmbio vigente na data de cada transação. Os ativos e passivos monetários em aberto são convertidos pela taxa de câmbio da data-base das informações trimestrais. O efeito da diferença entre essas taxas de câmbio é reconhecido no resultado financeiro até a conclusão de cada transação.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

s. Base para conversão das informações trimestrais de controladas sediadas no exterior

s.1 Controladas com autonomia administrativa

Os ativos e passivos das controladas sediadas no exterior, cuja moeda funcional é diferente do Real, e que possuem autonomia administrativa, são convertidos pela taxa de câmbio da data-base das informações trimestrais. As receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média de cada período e o patrimônio líquido é convertido pela taxa de câmbio histórica de cada movimentação do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas decorrentes das variações desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes acumulados de conversão” e serão reconhecidos no resultado se esses investimentos forem alienados. O saldo registrado em outros resultados abrangentes acumulados em 31 de março de 2019 totalizou R\$ 70.400 de ganho cambial (R\$ 65.857 de ganho cambial em 31 de dezembro de 2018), vide nota explicativa nº 26.g.2.

As controladas sediadas no exterior, com moeda funcional diferente da Sociedade e que possuem autonomia administrativa, estão relacionadas abaixo:

<u>Controlada</u>	<u>Moeda funcional</u>	<u>País</u>
Oxiten México S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxiten Servicios Corporativos S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxiten Servicios Industriales S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxiten USA LLC	Dólar norte-americano	Estados Unidos
Oxiten Uruguay S.A. (i)	Dólar norte-americano	Uruguai
Oxiten Andina, C.A. (ii)	Bolívar Soberano	Venezuela

(i) A controlada Oxiten Uruguay S.A. (“Oxiten Uruguay”) determinou sua moeda funcional em dólar norte-americano (“US\$”), considerando que suas vendas de estoques e compras de insumos, bem como suas atividades de financiamento, são realizadas substancialmente nesta moeda.

(ii) De acordo com a definição e orientação geral do IAS 29 (CPC 42), as características do ambiente econômico da Venezuela indicam que este país possui uma economia hiperinflacionária. Consequentemente, as informações financeiras da Oxiten Andina, C.A. (“Oxiten Andina”) estão sendo corrigidas monetariamente conforme o Índice de Preços ao Consumidor da Venezuela. O Bolívar Soberano (“VES”) era negociado em 31 de março de 2019 à taxa de 3.294,48 VES/US\$ para venda e 3.286,24 VES/US\$ para compra.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

s.2 Controladas sem autonomia administrativa

Os ativos e passivos das demais controladas no exterior, que não possuem autonomia administrativa, são considerados como atividades da sua investidora, sendo convertidos pela taxa de câmbio da data-base das informações trimestrais. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no resultado financeiro. O ganho reconhecido no resultado no período de três meses findo em 31 março de 2019 totalizou R\$ 1.520 (perda de R\$ 334 no período de três meses findo em 31 março de 2018).

t. *Uso de estimativas, premissas e julgamentos*

Na preparação das informações trimestrais é necessário utilizar estimativas, premissas e julgamentos para a contabilização e divulgação de certos ativos, passivos e resultados. Para isso, a administração da Sociedade e de suas controladas utilizam as melhores informações disponíveis na data-base da preparação das informações trimestrais, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente.

t.1 Julgamentos

As informações sobre os julgamentos realizados estão incluídas na: determinação de controle de sociedades controladas (notas explicativas nº 2.g, 2.s.1, 3 e 12.a), determinação de controle conjunto de empreendimentos controlados em conjunto (notas explicativas nº 2.g, 12.a e 12.b) e determinação de influência significativa sobre sociedades coligadas (notas explicativas nº 2.g e 12.c).

t.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas estão incluídas na: determinação do valor justo de instrumentos financeiros (notas explicativas nº 2.c, 2.l, 4, 16 e 34), determinação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (notas explicativas nº 2.d, 5 e 34.d.3), determinação da provisão para perda em estoques (notas explicativas nº 2.e e 6), determinação dos valores de IRPJ e CSLL diferidos (notas explicativas nº 2.m e 9.a), determinação da taxa de câmbio utilizada para a tradução das informações da Oxiteno Andina (nota explicativa nº 2.s.1.ii), vida útil e taxa de desconto de ativos de direitos de uso (notas explicativas nº 2.h e 13), vida útil do ativo imobilizado (notas explicativas nº 2.i e 14), vida útil do ativo intangível e valor de recuperação do ágio (notas explicativas nº 2.j e 15.a), provisão para retirada de tanques (notas explicativas nº 2.n e 21), provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (notas explicativas nº 2.o e 22), estimativas para elaboração de laudo atuarial (notas explicativas nº 2.p e 20.b) e determinação do valor justo do bônus de subscrição – indenização (notas explicativas nº 25 e 34.j). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das suas estimativas.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

u. Redução ao valor recuperável de ativos

A Sociedade e suas controladas revisam, trimestralmente, a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização e anualmente para ativos intangíveis com vida útil indefinida. Se houver alguma indicação, a Sociedade e suas controladas estimam o valor recuperável do ativo. Os ativos que não podem ser avaliados individualmente, são agrupados no menor grupo de ativos que geram entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos (unidades geradoras de caixa “UGC”). O valor recuperável desses ativos ou UGCs corresponde ao maior valor entre o seu valor justo líquido de despesas diretas de venda e o seu valor em uso.

O valor justo líquido de despesas diretas de venda é determinado pelo preço que seria recebido pela venda de um ativo em uma transação não forçada entre participantes do mercado, deduzidas das despesas com a remoção do ativo, gastos diretos incrementais para deixar o ativo em condição de venda, despesas legais e tributos.

Para avaliar o valor em uso foram consideradas as projeções de fluxos de caixa futuros, tendências e perspectivas, assim como os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. Tais fluxos são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC avaliados. Nos casos em que o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados é menor que o seu valor contábil, a perda por irrecuperabilidade é reconhecida pelo montante em que o valor contábil excede o valor justo desses ativos. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos são reconhecidas no resultado. Na existência de ágio alocado na UGC à qual os ativos pertencem, as perdas reconhecidas referentes às UGCs são primeiramente alocadas na redução do correspondente ágio. Se o ágio não for suficiente para absorver tais perdas, o excedente será alocado aos demais ativos de forma pró-rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não pode ser revertida. Para outros ativos, as perdas de valor recuperável podem ser revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Sociedade e suas controladas não registraram redução ao valor recuperável em 31 de março de 2019.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

v. Combinação de negócios

Uma combinação de negócio é contabilizada utilizando-se o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela contraprestação transferida e a transferir, avaliada pelo valor justo na data de aquisição. Na aquisição de um negócio são avaliados os ativos adquiridos e os passivos assumidos, com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. A participação de não controladores na adquirida é mensurado com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. O ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida e a transferir em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos assumidos, líquidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio é alocado ao segmento de negócios da Sociedade. Quando o custo de uma aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, o ganho é reconhecido diretamente na demonstração do resultado do exercício. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício quando incorridos.

w. Demonstrações de valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado são apresentadas como parte integrante das informações trimestrais aplicáveis às companhias abertas, enquanto que para IFRS representam informação financeira suplementar.

x. Demonstrações dos fluxos de caixa

A Sociedade e suas controladas apresentam os juros pagos sobre financiamentos, debêntures e arrendamentos a pagar nas atividades de financiamentos. A Sociedade e suas controladas apresentam nas atividades de investimentos, as aplicações financeiras em bases líquidas dos resgates e rendimentos.

y. Adoção dos pronunciamentos emitidos pelo CPC e IASB

As seguintes normas, emendas às normas e interpretações aos IFRS emitidos pelo IASB entraram em vigor em 1 de janeiro de 2019:

(i) IFRS 16/CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil:

Com a adoção do IFRS 16/ CPC 06 (R2), os contratos de arrendamentos das controladas da Sociedade, identificados e vigentes na data de transição e com prazos superiores a 12 meses, foram contabilizados da seguinte forma nas informações trimestrais:

- reconhecimento de ativos de direito de uso e de passivos de arrendamentos a pagar no balanço patrimonial, inicialmente mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamentos; e

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- reconhecimento de despesas de amortização de ativos de direito de uso e despesas de juros no resultado financeiro sobre os passivos de arrendamentos na demonstração de resultado.

A Sociedade selecionou como método de transição a abordagem retrospectiva modificada, com o efeito cumulativo da aplicação inicial desse novo pronunciamento registrado como ajuste ao saldo de abertura do patrimônio líquido e sem a reapresentação de períodos comparativos.

No diagnóstico da adoção, a administração da Sociedade, com o auxílio de consultoria especializada, efetuou o inventário dos contratos, avaliando se o contrato contém ou não, arrendamento de acordo com o IFRS 16/CPC 06 (R2). Esta análise identificou impactos, principalmente, relacionados às operações de arrendamento de imóveis locados de terceiros, áreas portuárias e valores menos representativos advindos de outras operações onde foram identificados a existência de ativos arrendados individualmente ou combinados em contratos de serviços.

Conforme permitido na norma, arrendamentos de curto prazo com locação de 12 meses ou menos, valores variáveis, prazos indeterminados e arrendamentos de ativos de baixo valor, como computadores pessoais e móveis de escritório, são reconhecidos como despesas de arrendamento em bases lineares no resultado.

Adicionalmente, os seguintes expedientes práticos foram utilizados para a transição aos novos requerimentos de contabilização de arrendamentos:

- aplicação do IFRS 16/ CPC 06 (R2) a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o IAS 7/ CPC 06 (R1) e a IFRIC 4/ ICPC 03;
- utilização de taxa de desconto de acordo com o prazo de contrato e características similares;
- não foi realizado o reconhecimento dos contratos com prazo de encerramento dentro do período de 12 meses a partir da data da adoção inicial da norma ou com prazos indeterminados;
- exclusão dos custos diretos iniciais da mensuração do saldo inicial dos ativos de direito de uso; e
- foram consideradas as opções de prorrogação de prazo ou rescisão, quando aplicável.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O quadro a seguir sumariza os efeitos da adoção inicial do IFRS 16/CPC 06 (R2):

	01/01/2019
Ativo circulante	
Despesa antecipada	(39.066)
Ativo não circulante	
Despesa antecipada	(288.630)
Ativos de direito de uso	1.972.512
Intangível	(39.928)
Total do ativo	<u><u>1.604.888</u></u>
Passivo circulante	
Arrendamentos a pagar	216.765
Passivo não circulante	
Arrendamentos a pagar	1.388.123
Total do passivo	<u><u>1.604.888</u></u>

As análises associadas a mensuração e contabilização dos contratos de arrendamento mercantil estão substancialmente concluídas, estando pendentes de definição os seguintes pontos:

- taxa de desconto nominal ou real;
- estimativa dos fluxos de pagamentos dos contratos de arrendamento mercantil pela parcela líquida ou bruta de impostos.

Para fins de mensuração do 1º trimestre de 2019, a Sociedade utilizou uma taxa de desconto real, bem como estimou os fluxos de pagamentos pela parcela bruta de impostos.

(ii) IFRIC 23 (ICPC 22) - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro:

O IFRIC 23/ICPC 22 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incertezas no tratamento de tributos sobre o lucro, ou seja, há dúvidas sobre aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do IAS 12/CPC 32.

Na avaliação da administração da Sociedade, não foram identificados impactos significativos em decorrência da adoção do IFRIC23/ICPC22, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

z. Autorização para a emissão das informações trimestrais

A autorização para a emissão destas informações trimestrais foi dada pelo Conselho de Administração (“CA”) da Sociedade em 15 de maio de 2019.

3 Princípios de consolidação e participações societárias

a. Princípios de consolidação

Na elaboração das informações trimestrais consolidadas foram eliminadas as participações de uma sociedade em outra, os saldos das contas ativas e passivas, as transações de receitas, custos e despesas, bem como os efeitos decorrentes das operações realizadas entre as sociedades. A participação dos acionistas não controladores das controladas é apresentada como parte do patrimônio líquido e lucro líquido consolidados.

A consolidação de uma controlada se inicia quando a Sociedade obtém o controle direto ou indireto de uma companhia e se encerra quando deixa de ter este controle. As receitas e despesas de uma controlada adquirida estão incluídas na demonstração de resultado e do resultado abrangente consolidado, a partir da data que a Sociedade obtém o seu controle. As receitas e despesas de uma controlada em que sua controladora deixa de ter o controle estão incluídas na demonstração do resultado e do resultado abrangente consolidado até a data que ocorre a perda de controle.

Quando necessário, são efetuados ajustes às informações trimestrais das controladas para adequação das mesmas às práticas contábeis da Sociedade.

b. Participações societárias

As informações trimestrais consolidadas incluem as controladas diretas e indiretas, compreendendo:

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	Localidade	Segmento	% participação no capital social			
			31/03/2019		31/12/2018	
			Controle		Controle	
			Direto	Indireto	Direto	Indireto
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Brasil	Ipiranga	100	-	100	-
am/pm Comestíveis Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Centro de Conveniências Millennium Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Icorban - Correspondente Bancário Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
	Ilhas Virgens					
Ipiranga Trading Limited	Britânicas	Ipiranga	-	100	-	100
Tropical Transportes Ipiranga Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Ipiranga Imobiliária Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Ipiranga Logística Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Oil Trading Importadora e Exportadora Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Iconic Lubrificantes S.A.	Brasil	Ipiranga	-	56	-	56
Integra Frotas Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Companhia Ultragaz S.A.	Brasil	Ultragaz	-	99	-	99
Ultragaz Comercial Ltda.	Brasil	Ultragaz	-	100	-	100
Nova Paraná Distribuidora de Gás Ltda. ⁽¹⁾	Brasil	Ultragaz	-	100	-	100
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.	Brasil	Ultragaz	-	100	-	100
Utingás Armazenadora S.A.	Brasil	Ultragaz	-	57	-	57
LPG International Inc.	Ilhas Cayman	Ultragaz	-	100	-	100
Imaven Imóveis Ltda.	Brasil	Outros	-	100	-	100
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.	Brasil	Extrafarma	-	100	-	100
Oxiten S.A. Indústria e Comércio	Brasil	Oxiten	100	-	100	-
Oxiten Nordeste S.A. Indústria e Comércio	Brasil	Oxiten	-	99	-	99
Oxiten Argentina Sociedad de Responsabilidad Ltda.	Argentina	Oxiten	-	100	-	100
Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.	Brasil	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Uruguay S.A.	Uruguai	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten México S.A. de C.V.	México	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Servicios Corporativos S.A. de C.V.	México	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Servicios Industriales S.A. de C.V.	México	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten USA LLC	Estados Unidos	Oxiten	-	100	-	100
	Ilhas Virgens					
Global Petroleum Products Trading Corp.	Britânicas	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Andina, C.A.	Venezuela	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Europe SPRL	Bélgica	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Colombia S.A.S.	Colômbia	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Shanghai LTD.	China	Oxiten	-	100	-	100
Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A.	Brasil	Oxiten	-	100	-	100
Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Brasil	Ultracargo	100	-	100	-
Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar	Brasil	Ultracargo	-	99	-	99
TEAS – Terminal Exportador de Álcool de Santos Ltda.	Brasil	Ultracargo	-	100	-	100
Ultrapar International S.A.	Luxemburgo	Outros	100	-	100	-
SERMA - Ass. dos usuários equip. proc. de dados	Brasil	Outros	-	100	-	100

Os percentuais da tabela acima estão arredondados.

⁽¹⁾ Empresa não operacional em fase de extinção.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Aquisição do TEAS Terminal Exportador de Álcool de Santos Ltda.

A Sociedade, por meio da controlada Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar (“Tequimar”), adquiriu a totalidade das quotas do TEAS Terminal Exportador de Álcool de Santos Ltda. (“TEAS”). Em 29 de março de 2018, a aquisição foi concluída por meio do fechamento da operação. Para maiores detalhes da combinação de negócios do TEAS, vide nota explicativa nº 3.d das demonstrações financeiras arquivadas na CVM em 20 de fevereiro de 2019.

4 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras, exceto caixa e bancos, estão representados, substancialmente, por recursos aplicados: (i) no Brasil, em títulos privados de instituições financeiras vinculados à taxa de juros dos Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”), operações compromissadas e em fundos de investimentos de curto prazo, de carteira composta por títulos públicos federais do governo brasileiro e títulos privados de instituições financeiras; (ii) no exterior, em títulos privados de instituições financeiras e em fundos de investimento de curto prazo, de carteira composta por títulos públicos federais; e (iii) em instrumentos de proteção cambial e de juros.

Os ativos financeiros foram classificados na nota explicativa nº 34.j conforme o modelo de gerenciamento de ativos financeiros da Sociedade e suas controladas.

Os saldos de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (consolidado) totalizaram R\$ 6.491.978 em 31 de março de 2019 (R\$ 6.994.406 em 31 de dezembro de 2018) e estão distribuídos conforme abaixo:

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

a. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa estão apresentados conforme abaixo:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Caixa e bancos				
Em moeda nacional	342	381	114.556	117.231
Em moeda estrangeira	-	-	68.853	88.251
Aplicações financeiras consideradas equivalentes de caixa				
Em moeda nacional				
Títulos de renda fixa	174.030	171.934	3.233.581	3.722.308
Em moeda estrangeira				
Títulos de renda fixa	-	-	29.328	11.161
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>174.372</u>	<u>172.315</u>	<u>3.446.318</u>	<u>3.938.951</u>

b. Aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos de proteção

As aplicações financeiras, que não são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, estão apresentadas conforme abaixo:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Aplicações financeiras				
Em moeda nacional				
Títulos e fundos de renda fixa	532.947	565.930	2.399.252	2.537.315
Em moeda estrangeira				
Títulos e fundos de renda fixa	-	-	176.217	154.811
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros (a)	-	-	470.191	363.329
Total de aplicações financeiras	<u>532.947</u>	<u>565.930</u>	<u>3.045.660</u>	<u>3.055.455</u>
Circulante	532.947	565.930	2.791.050	2.853.106
Não circulante	-	-	254.610	202.349

(a) Ganhos acumulados, líquidos de imposto de renda (vide nota explicativa nº 34.j).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

5 Contas a receber e financiamentos a clientes (Consolidado)

a. Contas a receber de clientes

A composição das contas a receber de clientes é demonstrada conforme a seguir:

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Clientes nacionais	3.992.200	4.290.996
Clientes estrangeiros	259.728	244.960
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	<u>(401.340)</u>	<u>(385.080)</u>
	<u>3.850.588</u>	<u>4.150.876</u>
Circulante	3.819.034	4.069.307
Não circulante	31.554	81.569

A composição dos saldos de contas a receber de clientes, bruto de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é demonstrada abaixo:

	Total	A vencer	Vencidos				
			< 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	> 180 dias
31/03/2019	4.251.928	3.417.252	152.005	47.396	33.079	76.299	525.897
31/12/2018	4.535.956	3.739.601	121.622	53.864	49.629	84.920	486.320

A composição das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é demonstrada abaixo:

	Total	A vencer	Vencidos				
			< 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	> 180 dias
31/03/2019	401.340	30.908	5.730	4.086	3.110	38.342	319.164
31/12/2018	385.080	39.226	4.094	3.754	5.533	46.783	285.690

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A movimentação da provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	385.080
Adições	17.615
Baixas	(1.355)
Saldo em 31 de março de 2019	<u>401.340</u>

Para maiores informações sobre a provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa vide nota explicativa nº 34.d.3.

b. Financiamentos a clientes

A composição dos financiamentos a clientes é demonstrada conforme a seguir:

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Financiamentos a clientes – Ipiranga	870.467	855.229
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	<u>(152.958)</u>	<u>(139.699)</u>
	<u>717.509</u>	<u>715.530</u>
Circulante	364.737	367.262
Não circulante	352.772	348.268

Financiamentos a clientes são concedidos para reforma e modernização de postos, aquisição de produtos e desenvolvimento do mercado de distribuição de combustíveis e lubrificantes. Os prazos dos financiamentos a clientes variam substancialmente de 12 meses a 60 meses, sendo o prazo médio da carteira de 40 meses. As taxas mínimas e máximas são de 0% a.m. e 1% a.m., respectivamente.

A composição dos saldos de financiamentos a clientes, bruto de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é demonstrada abaixo:

	Total	A vencer	Vencidos				
			< 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	> 180 dias
31/03/2019	870.467	629.961	9.507	9.689	9.407	32.625	179.278
31/12/2018	855.229	633.183	11.262	14.869	9.377	20.783	165.755

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A composição das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é demonstrada abaixo:

	Total	A vencer	Vencidos				
			< 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	> 180 dias
31/03/2019	152.958	27.379	951	918	782	18.925	104.003
31/12/2018	139.699	26.982	1.250	1.642	1.131	12.176	96.518

A movimentação da provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	139.699
Adições	13.259
Saldo em 31 de março de 2019	<u>152.958</u>

Para maiores informações sobre a provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa vide nota explicativa nº 34.d.3.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

6 Estoques (Consolidado)

A composição dos estoques é demonstrada conforme a seguir:

	31/03/2019			31/12/2018		
	Custo	Provisão para perdas	Saldo líquido	Custo	Provisão para perdas	Saldo líquido
Combustíveis, lubrificantes e graxas	1.418.359	(1.743)	1.416.616	1.367.015	(1.804)	1.365.211
Produtos acabados	555.092	(22.811)	532.281	581.504	(20.923)	560.581
Produtos em elaboração	2.796	-	2.796	1.412	-	1.412
Matérias-primas	343.276	(1.496)	341.780	383.161	(1.894)	381.267
Gás liquefeito de petróleo - GLP	77.929	(5.761)	72.168	109.362	(5.761)	103.601
Materiais de consumo e outros itens para revenda	146.112	(2.760)	143.352	150.188	(3.770)	146.418
Medicamentos, produtos de higiene, beleza e cosméticos	567.378	(5.963)	561.415	583.060	(5.364)	577.696
Compra para entrega futura ⁽¹⁾	148.557	(2.965)	145.592	193.928	(2.964)	190.964
Imóveis para revenda	27.490	(107)	27.383	27.489	(107)	27.382
	3.286.989	(43.606)	3.243.383	3.397.119	(42.587)	3.354.532

⁽¹⁾ Refere-se substancialmente a etanol e biodiesel e adiantamento de combustíveis.

A movimentação da provisão para perdas em estoques é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	42.587
Reversão de provisão para ajuste ao valor de realização	(3.027)
Adição de provisão para obsolescência e outras perdas	4.046
Saldo em 31 de março de 2019	<u>43.606</u>

A composição da provisão para perdas em estoques é demonstrada abaixo:

	31/03/2019	31/12/2018
Ajuste ao valor de realização	18.376	21.402
Obsolescência e outras perdas	<u>25.230</u>	<u>21.185</u>
Total	<u>43.606</u>	<u>42.587</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

7 Tributos a recuperar

a. Impostos a recuperar (Consolidado)

Estão representados, substancialmente, por saldos credores do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e do Programa de Integração Social - PIS.

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
ICMS (a.1)	716.882	710.669
Provisão para perdas de ICMS	(101.039)	(99.187)
PIS e COFINS (a.2)	762.038	720.731
Imposto sobre Valor Adicionado - IVA das controladas no exterior	29.480	31.678
Outros	<u>25.310</u>	<u>22.988</u>
Total	<u>1.432.671</u>	<u>1.386.879</u>
Circulante	693.390	639.699
Não circulante	739.281	747.180

A provisão para perdas de ICMS refere-se aos saldos credores que as controladas estimam não poder compensar futuramente.

a.1 O ICMS a recuperar está substancialmente relacionado às seguintes controladas e operações:

- (i) A controlada Oxiteno Nordeste S.A. Indústria e Comércio (“Oxiteno Nordeste”) realiza preponderantemente operações de exportação, de saída interestadual ou com diferimento de ICMS para produtos adquiridos dentro do Estado da Bahia;
- (ii) A controlada Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. (“IPP”) possui créditos decorrentes de saídas interestaduais de produtos derivados de petróleo, cujo ICMS foi antecipado pelo fornecedor (Petróleo Brasileiro S.A. (“Petrobras”)), bem como saldo credor constituído pela diferença entre transações de entradas e saídas de produtos sujeitos à tributação do ICMS próprio (notadamente etanol);
- (iii) A controlada Extrafarma possui créditos oriundos das antecipações de ICMS e ICMS-ST (substituição tributária) em operações de entrada e saída de mercadorias realizadas pelos seus centros de distribuição, majoritariamente no Norte e Nordeste.

A administração estima a realização desses créditos no prazo de até 10 anos.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

a.2 Refere-se, majoritariamente, aos créditos de PIS e COFINS apropriados nos termos das Leis nºs 10.637/2002 e 10.833/2003 pelas controladas IPP e Cia. Ultragas, cujo consumo ocorrerá por meio da compensação com débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (“SRF”) em um prazo estimado pela administração de 2 anos. A controlada Oxiteno S.A. Indústria e Comércio (“Oxiteno S.A.”) possui créditos decorrentes de restituição de valores pagos indevidamente a título de PIS-Semestralidade. As controladas Oxiteno S.A. e Extrafarma possuem créditos oriundos de decisão definitiva favorável sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS. As controladas Oxiteno S.A., Oxiteno Nordeste, Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. (“Oleoquímica”) e Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A. (“EMCA”) possuem créditos oriundos de decisão definitiva favorável sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS – Importação. A realização dos créditos da Oxiteno S.A. se dará por reestruturação societária com a Oxiteno Nordeste. Para esses casos, a administração estima a realização desses créditos no prazo de até 5 anos.

b. Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Estão representados por IRPJ e CSLL a recuperar.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
IRPJ e CSLL	71.828	88.390	355.468	362.784
Total	<u>71.828</u>	<u>88.390</u>	<u>355.468</u>	<u>362.784</u>
Circulante	32.264	39.705	265.144	257.182
Não circulante	39.564	48.685	90.324	105.602

Trata-se de IRPJ e CSLL a ser recuperado pela Sociedade e suas controladas, decorrente das antecipações realizadas a maior em exercícios anteriores, sendo que a administração estima a realização desses créditos no prazo de até 5 anos para as controladas Oxiteno S.A. e Oxiteno Nordeste e em até 2 anos para as demais.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

8 Partes relacionadas

a. Sociedades relacionadas

a.1 Controladora

	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Resultado financeiro ⁽¹⁾</u>
	Debêntures ⁽¹⁾	Contas a pagar	
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	772.588	-	13.295
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.	-	5.414	-
Total em 31 de março 2019	<u>772.588</u>	<u>5.414</u>	<u>13.295</u>

	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>		<u>Resultado financeiro ⁽¹⁾</u>
	Debêntures ⁽¹⁾	Demais contas a pagar ⁽²⁾	Contas a pagar	
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	761.288	-	-	14.009
Companhia Ultragaz S.A.	-	3.975	-	-
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.	-	-	5.158	-
Total em 31 de dezembro 2018	<u>761.288</u>	<u>3.975</u>	<u>5.158</u>	
Total em 31 de março de 2018				<u>14.009</u>

⁽¹⁾ Em março de 2016, a controlada IPP efetuou sua segunda emissão privada de debêntures, em série única de 75 debêntures simples ao valor nominal de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de Reais) cada, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, sendo que sua totalidade foi subscrita pela Ultrapar com vencimento final em 31 de março de 2021 e remuneração semestral vinculada ao CDI.

⁽²⁾ Refere-se a plano de ações (vide nota explicativa nº 8.c).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

a.2 Consolidado

Os saldos e as transações entre a Sociedade e suas controladas e entre controladas foram eliminados na consolidação e não são divulgados nesta nota explicativa. Os saldos e as transações entre a Sociedade e suas controladas com outras partes relacionadas são divulgados abaixo:

	Mútuos	
	Ativo	Passivo
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	-	2.925
Outros	490	1.122
Total em 31 de março de 2019	<u>490</u>	<u>4.047</u>

	Mútuos	
	Ativo	Passivo
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	-	2.925
Outros	490	1.146
Total em 31 de dezembro de 2018	<u>490</u>	<u>4.071</u>

Os mútuos contratados possuem prazos indeterminados, não contêm cláusulas de remuneração e são realizados em função de necessidades ou sobras temporárias de caixa da Sociedade, de controladas e de coligadas.

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	Operações comerciais				
	A receber ⁽¹⁾	A pagar ⁽¹⁾	Vendas e serviços prestados	Compras	Despesas
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	-	1.546	1	162	-
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	189.390	-	247.198	-
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	3.740	-	1.202	42	-
LA'7 Participações e Empreend. Imob. Ltda. (a)	-	124	-	-	304
Total em 31 de março de 2019	3.740	191.060	1.203	247.402	304

	Operações comerciais				
	A receber ⁽¹⁾	A pagar ⁽¹⁾	Vendas e serviços prestados	Compras	Despesas
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	-	567	2	4.305	-
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	24.630	-	251.851	-
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	1.042	136	1.431	720	-
LA'7 Participações e Empreend. Imob. Ltda. (a)	-	117	-	-	375
Total em 31 de dezembro de 2018	1.042	25.450			
Total em 31 de março de 2018			1.433	256.876	375

⁽¹⁾ Incluídas nas rubricas de “contas a receber de clientes nacionais”, “fornecedores nacionais” e “fornecedores convênio”, respectivamente.

(a) Referem-se a contratos de aluguéis de 15 drogarias de propriedade da LA'7 em 31 de março de 2019 (15 drogarias em 31 de dezembro de 2018), empresa dos ex-acionistas da Extrafarma e atuais acionistas da Ultrapar.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

As operações comerciais de compra e venda referem-se, substancialmente, à aquisição de matéria-prima, insumos e serviços de transporte e armazenagem, efetuada com base em preços e condições usuais de mercado, considerando fornecedores e clientes com igual capacidade operacional. As operações da ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. (“ConectCar”) acima referem-se à serviços prestados. Na avaliação da administração da Sociedade e de suas controladas, as operações comerciais com partes relacionadas não apresentam risco de liquidação, razão pela qual não apresentam provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, nem são objeto de prestação de garantias. As garantias prestadas pela Sociedade em financiamentos de controladas e coligadas estão mencionadas na nota explicativa nº 16.j.

b. Pessoal-chave da administração (Consolidado)

A estratégia de remuneração para o pessoal-chave da administração combina elementos de curto e longo prazo seguindo os princípios de alinhamento de interesses e manutenção de uma remuneração competitiva, visando reter os executivos e remunerá-los adequadamente conforme as responsabilidades atribuídas e o valor criado para a Sociedade e seus acionistas.

A remuneração de curto prazo é composta de: a) remuneração fixa mensal paga com o objetivo de remunerar a experiência de cada profissional e a responsabilidade e complexidade inerentes ao cargo incluindo salários e plano de benefícios composto de plano de saúde, check-up médico, seguro de vida, entre outros; b) remuneração variável anual paga com o objetivo de alinhar os interesses dos executivos aos da Sociedade, atrelada: (i) ao desempenho dos negócios, medido através da métrica de criação de valor econômico, e (ii) ao atingimento de metas individuais anuais estabelecidas com base no planejamento estratégico e focadas em projetos de expansão e excelência operacional, desenvolvimento de pessoas e posicionamento de mercado, entre outros. Maiores detalhes sobre remuneração em ações estão descritos na nota explicativa nº 8.c e sobre benefícios pós-emprego na nota explicativa nº 20.b.

A despesa com remuneração do pessoal-chave (conselheiros de administração e diretores estatutários da Sociedade), está demonstrado abaixo:

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2018</u>
Remuneração de curto prazo	11.315	10.588
Remuneração em ações	1.711	1.558
Benefício pós-emprego	<u>580</u>	<u>547</u>
Total	<u>13.606</u>	<u>12.693</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Plano de ações (Consolidado)

A Ultrapar adota, desde 2003, um plano de ações em que o executivo detém o usufruto de ações mantidas em tesouraria, até a efetiva transferência da propriedade plena das ações, em períodos de cinco a sete anos, condicionada à não-interrupção do vínculo entre o executivo e a Sociedade e/ou suas controladas. O volume de ações e os executivos beneficiados são determinados pelo CA, não havendo obrigatoriedade de outorga anual. O número total de ações a serem utilizadas no plano está sujeito à existência de tais ações em tesouraria. O CA da Ultrapar não possui plano de ações. Os valores das concessões foram determinados na data da outorga, com base no valor de mercado dessas ações na B3 e estão sendo amortizados pelo prazo de cinco a sete anos a partir da concessão.

O quadro a seguir apresenta um resumo das ações outorgadas aos administradores da Sociedade e suas controladas:

Data da outorga	Saldo de ações restritas outorgadas	Prazo para transferência da propriedade das ações	Valor de mercado das ações na data da outorga (em R\$)	Custos totais das outorgas, incluindo impostos	Custos reconhecidos acumulados das outorgas	Custos não reconhecidos das outorgas
13 de março de 2017	100.000	2022 a 2024	67,99	9.378	(3.318)	6.060
4 de março de 2016	190.000	2021 a 2023	65,43	17.147	(8.980)	8.167
9 de dezembro de 2014	400.000	2019 a 2021	50,64	27.939	(20.563)	7.376
5 de março de 2014	55.600	2019 a 2021	52,15	5.999	(5.146)	853
7 de novembro de 2012	76.664	2017 a 2019	42,90	16.139	(15.761)	378
	<u>822.264</u>			<u>76.602</u>	<u>(53.768)</u>	<u>22.834</u>

No período de três meses findo em 31 de março de 2019, a amortização de R\$ 2.696 (R\$ 3.591 no período de três meses findo em 31 de março de 2018) foi registrada como despesa geral e administrativa.

O quadro a seguir apresenta a movimentação do número de ações restritas outorgadas:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	850.064
Ações transferidas aos administradores	<u>(27.800)</u>
Saldo em 31 de março de 2019	<u><u>822.264</u></u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Adicionalmente, os acionistas da Ultrapar aprovaram, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGOE”) realizada em 19 de abril de 2017, novo plano de incentivo baseado em ações (“Plano”), que estabelece os termos e condições gerais para a concessão de ações ordinárias de emissão da Sociedade mantidas em tesouraria, podendo ou não envolver a outorga de usufruto de parte destas ações para posterior transferência da nua-propriedade, com períodos de três a seis anos, a diretores ou empregados da Sociedade ou de controladas.

Poderão ser entregues aos participantes, em decorrência do Plano, ações ordinárias representativas de, no máximo, 1% do capital social da Sociedade, o que correspondia, na data da aprovação de referido Plano, a 5.564.051 ações ordinárias.

O quadro a seguir apresenta um resumo dos programas de ações restritas e de performance outorgados:

Programa	Data da outorga	Saldo de ações restritas outorgadas	Prazo para transferência da nua-propriedade das ações	Valor de mercado das ações na data da outorga (em R\$)	Custos totais das outorgas, incluindo impostos	Custos reconhecidos acumulados das outorgas	Custos não reconhecidos das outorgas
Restritas	1 de outubro de 2017	120.000	2023	76,38	12.642	(3.161)	9.481
Restritas e performance	8 de novembro de 2017	37.938	2020 a 2022	76,38	5.014	(1.874)	3.140
Restritas e performance	9 de abril de 2018	92.038	2021 a 2023	68,70	12.066	(3.186)	8.880
Restritas	19 de setembro de 2018	80.000	2024	39,16	4.321	(360)	3.961
Restritas	24 de setembro de 2018	40.000	2024	36,80	2.030	(170)	1.860
		<u>369.976</u>			<u>36.073</u>	<u>(8.751)</u>	<u>27.322</u>

No período de três meses findo em 31 de março de 2019, foi registrada uma despesa geral e administrativa de R\$ 1.902 em relação ao Plano (R\$ 912 no período de três meses findo em 31 de março de 2018).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

9 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Sociedade e suas controladas reconhecem créditos e débitos tributários, os quais não estão sujeitos a prazos prescricionais, decorrentes de prejuízos fiscais, adições temporárias, bases negativas e reavaliação de ativo imobilizado, entre outros. Os créditos estão consubstanciados na continuidade da rentabilidade de suas operações. O IRPJ e CSLL diferidos estão apresentados pelas seguintes principais categorias:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Ativo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Provisões para perda de ativos	-	-	115.663	116.191
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	-	157.114	154.516
Provisão para benefícios pós-emprego	-	-	84.076	85.575
Provisão para diferenças caixa vs. competência	-	-	166.281	147.376
Parcela referente ao ágio sobre investimentos	-	-	11.462	12.258
Combinação de negócios – base fiscal vs. base contábil do ágio	-	-	75.167	75.838
Provisão para retirada de tanques	-	-	15.952	15.801
Demais provisões	8.201	14.034	135.928	144.354
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social a compensar (d)	1.458	-	233.359	208.036
Total	9.659	14.034	995.002	959.945
Compensações de saldos passivos	(114)	-	(494.157)	(445.758)
Saldos líquidos apresentados no ativo	9.545	14.034	500.845	514.187
Passivo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Reavaliação de imobilizado	-	-	1.948	1.981
Operações de arrendamento mercantil	-	-	2.732	2.858
Provisão para diferenças caixa vs. competência	-	-	184.970	138.332
Parcela referente ao ágio/deságio sobre investimentos	-	-	201.109	187.845
Combinação de negócios – mais valia de ativos	-	-	115.009	117.352
Diferenças temporárias de controladas no exterior	114	-	1.024	-
Demais provisões	-	-	7.298	6.687
Total	114	-	514.090	455.055
Compensações de saldos ativos	(114)	-	(494.157)	(445.758)
Saldos líquidos apresentados no passivo	-	-	19.933	9.297

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A movimentação do saldo líquido de IRPJ e CSLL diferidos está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
Saldo inicial	14.034	29.158	504.890	530.419
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos no resultado do período	(4.489)	322	(28.782)	92.531
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos em outros resultados abrangentes	-	-	4.684	3.510
Outros	-	-	120	1.446
Saldo final	<u>9.545</u>	<u>29.480</u>	<u>480.912</u>	<u>627.906</u>

A estimativa de recuperação do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL é assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Até 1 ano	-	185.089
De 1 a 2 anos	2.310	120.087
De 2 a 3 anos	852	177.082
De 3 a 5 anos	1.659	178.487
De 5 a 7 anos	2.419	224.004
De 7 a 10 anos	<u>2.419</u>	<u>110.253</u>
Total do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL	<u>9.659</u>	<u>995.002</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Conciliação de imposto de renda e contribuição social no resultado

Os encargos de IRPJ e CSLL são conciliados com as alíquotas oficiais como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
Lucro (prejuízo) antes da tributação e equivalência patrimonial	12.453	(868)	417.692	105.364
Alíquotas oficiais de imposto - %	34	34	34	34
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(4.234)	295	(142.015)	(35.824)
Ajustes dos encargos à taxa efetiva:				
Despesas indedutíveis (i)	(203)	(79)	(21.596)	(17.829)
Receitas não tributáveis (ii)	11	11	7.866	3.596
Ajuste do lucro presumido (iii)	-	-	2.762	2.655
Prejuízos fiscais e bases negativas sem ativo fiscal diferido reconhecido (iv)	-	-	(23.604)	-
Demais ajustes	(63)	6	(5.130)	1.398
Imposto de renda e contribuição social antes dos incentivos fiscais	(4.489)	233	(181.717)	(46.004)
Incentivos fiscais – SUDENE	-	-	13.548	16.472
Imposto de renda e contribuição social na demonstração do resultado	(4.489)	233	(168.169)	(29.532)
Corrente	-	(89)	(139.387)	(122.063)
Diferido	(4.489)	322	(28.782)	92.531
Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL - %	36,0	26,8	40,3	28,0

- (i) Trata-se de dispêndios que não podem ser deduzidos para efeitos fiscais, nos termos da legislação tributária aplicável, tais como despesas com multas, doações, brindes, perdas de ativos, resultados negativos em controladas no exterior e certas provisões;
- (ii) Consistem em certos ganhos e rendimentos que não são tributáveis nos termos da legislação fiscal aplicável, como o reembolso de impostos e a reversão de certas provisões;
- (iii) A legislação tributária brasileira prevê um método alternativo de tributação para as empresas que auferiram receita bruta de até R\$ 78 milhões em seu ano fiscal anterior, denominado lucro presumido. Algumas controladas da Sociedade adotaram essa forma alternativa de tributação, segundo a qual o IRPJ e CSLL foram calculados sobre uma base igual a 32% das receitas da operação, em vez de ser calculado com base no lucro real efetivo dessas controladas. O ajuste do lucro presumido representa a diferença entre a tributação sob esse método alternativo e o que teria sido devido com base na alíquota oficial aplicada ao lucro real dessas controladas;
- (iv) Vide nota explicativa nº 9.d.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Incentivos fiscais – SUDENE

As seguintes sociedades controladas gozam de isenção parcial de IRPJ, em virtude do programa do governo para o desenvolvimento do nordeste brasileiro operado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (“SUDENE”), conforme quadro abaixo:

<u>Controlada</u>	<u>Unidades</u>	<u>Incentivo - %</u>	<u>Término</u>
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.	Base de Aracaju ⁽¹⁾	75	2027
	Base de Suape ⁽²⁾	75	2018
	Base de Mataripe	75	2024
	Base de Caucaia	75	2025
	Base de Juazeiro	75	2026
Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar	Terminal de Suape	75	2020
	Terminal de Aratu	75	2022
	Terminal de Itaqui	75	2025
Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.	Planta de Camaçari	75	2021
Oxitenor Nordeste S.A. Indústria e Comércio	Planta de Camaçari	75	2026
Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A.	Planta de Camaçari	75	2026

⁽¹⁾ A controlada Bahiana Distribuidora de Gás Ltda. (“Bahiana”) teve reconhecida pela SUDENE, por meio de laudo constitutivo emitido em 22 de outubro de 2018, a redução do IRPJ em 75% até 2027, em virtude da modernização na planta de Aracaju - Sergipe. Em 22 de outubro de 2018, foi protocolado o Pedido de Reconhecimento do Direito à Redução do IRPJ na Receita Federal do Brasil, a qual possui o prazo de 120 dias para manifestação a contar da data da apresentação do pedido. Em virtude do decurso do prazo sem que houvesse manifestação expressa, configurando a homologação tácita do pedido, a controlada reconheceu o benefício fiscal no resultado de 2019, retroativo a janeiro de 2018, no montante de R\$ 1.067.

⁽²⁾ A controlada Bahiana teve reconhecida pela SUDENE, por meio de laudo constitutivo emitido em 14 de janeiro de 2019, a redução do IRPJ em 75% até 2027, em virtude da modernização na planta de Suape - Pernambuco. Foi protocolado em 23 de janeiro de 2019 na Receita Federal do Brasil o Pedido de Reconhecimento do Direito à Redução do IRPJ, com prazo de homologação de 120 dias contados a partir da apresentação do pedido.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

d. Prejuízos fiscais (IRPJ) e base negativa de CSLL a compensar

Em 31 de março de 2019, a Sociedade e certas controladas possuíam prejuízos fiscais (IRPJ) no montante de R\$ 1.012.442 (R\$ 873.718 em 31 de dezembro de 2018) e bases negativas de CSLL no montante de R\$ 1.014.008 (R\$ 876.315 em 31 de dezembro de 2018), cujas compensações são limitadas a 30% do lucro tributável do exercício, sem prazo de prescrição.

Ademais, certas controladas do exterior possuem prejuízos fiscais no montante de R\$ 674.582 (R\$ 620.906 em 31 de dezembro de 2018).

Em 31 de março de 2019 o saldo constituído de tributos diferidos é R\$ 233.359. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de R\$ 208.036 foi suportado pelo estudo técnico sobre a projeção de lucros tributáveis para a realização de ativos fiscais diferidos, examinado pelo Conselho Fiscal (“CF”) e aprovado pelo CA da Sociedade.

O montante do diferido ativo não constituído devido à incerteza de sua efetiva realização é de R\$ 253.975 em 31 de março de 2019 (R\$ 220.832 em 31 de dezembro de 2018).

10 Despesas antecipadas (Consolidado)

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Aluguéis ⁽¹⁾	92.006	413.799
Propaganda e publicidade	68.426	54.011
Plano de outorga de ações, líquido (vide nota explicativa nº 8.c)	20.378	22.737
Prêmios de seguros	45.827	52.607
Manutenção de <i>software</i>	20.957	21.667
Demais despesas antecipadas	<u>28.152</u>	<u>21.844</u>
	<u>275.746</u>	<u>586.665</u>
Circulante	163.159	187.570
Não circulante	112.587	399.095

⁽¹⁾ Com a adoção do IFRS16 / CPC 06 (R2), alguns contratos foram transferidos para rubrica ativos de direito de uso (vide nota explicativa nº 2.y).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

11 Ativos de contratos com clientes – direitos de exclusividade (Consolidado)

Refere-se aos desembolsos de direitos de exclusividade previstos nos contratos com clientes da Ipiranga registrados no momento de sua ocorrência e reconhecidos como redutor da receita de vendas no resultado conforme as condições estabelecidas no contrato (prazo médio ponderado de amortização de cinco anos), sendo revistos à medida que ocorrem mudanças nos termos dos contratos.

A movimentação é demonstrada abaixo:

	<u>31/03/2019</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.518.477
Adições	64.056
Amortizações	(83.608)
Transferências	(1.448)
Saldo em 31 de março de 2019	<u>1.497.477</u>
Circulante	489.634
Não circulante	1.007.843
	<u>31/03/2018</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.502.360
Adições	95.866
Amortizações	(104.513)
Transferências	213
Saldo em 31 de março de 2018	<u>1.493.926</u>
Circulante	456.811
Não circulante	1.037.115

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

12 Investimentos

a. Sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto (Controladora)

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado das sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto:

	31/03/2019				
	Controladas				Empreendimento controlado em conjunto
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiten S.A. Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Ultrapar International S.A.	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.
Quantidade de ações ou cotas possuídas	11.839.764	35.102.127	224.467.228.244	49.995	5.078.888
Ativo	1.259.565	5.974.035	18.294.135	2.960.758	478.297
Passivo	2.532	3.260.095	12.681.092	2.950.617	419.636
Patrimônio líquido	1.257.033	2.713.940(*)	5.613.043(*)	10.141	58.661
Receita líquida de vendas e serviços	-	336.579(*)	16.963.584(*)	-	501.070
Lucro (prejuízo) líquido	29.591	2.721	193.528	551	(2.067)
Participação no capital social - %	100	100	100	100	33
	31/12/2018				
	Controladas				Empreendimento controlado em conjunto
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiten S.A. Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Ultrapar International S.A.	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.
Quantidade de ações ou cotas possuídas	11.839.764	35.102.127	224.467.228.244	49.995	5.078.888
Ativo	1.279.932	6.222.795	17.850.422	2.904.188	517.304
Passivo	2.509	3.416.140	12.434.610	2.894.598	456.714
Patrimônio líquido	1.277.423	2.806.655(*)	5.415.812(*)	9.590	60.590
Participação no capital social - %	100	100	100	100	33

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	31/03/2018				Empreendimento controlado em conjunto
	Controladas				
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiteno S.A. Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Ultrapar International S.A.	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.
Quantidade de ações ou cotas possuídas	11.839.764	35.102.127	224.467.228.244	49.995	5.078.888
Receita líquida de vendas e serviços	-	287.631	16.992.310	-	458.656
Lucro líquido	23.341	20.415(*)	29.828(*)	395	6.822
Participação no capital social - %	100	100	100	100	33

(*) ajustado pelos lucros não realizados entre controladas.

Os percentuais acima estão arredondados.

As informações financeiras dos segmentos de negócios encontram-se detalhadas na nota explicativa nº 33.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A composição e movimentação dos investimentos em sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto estão demonstradas abaixo:

	Investimentos em controladas					Empreendimento controlado em conjunto	
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiten S.A. - Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Ultrapar International S.A.	Total	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.277.423	2.806.655	5.415.812	9.590	9.509.480	20.118	9.529.598
Equivalência patrimonial	29.591	2.721	193.520	551	226.383	(686)	225.697
Dividendos e juros sobre capital próprio (bruto)	(50.016)	(91.489)	-	-	(141.505)	-	(141.505)
Encargos tributários sobre reserva de reavaliação reflexa	-	-	3	-	3	-	3
Instrumento patrimonial outorgado	19	83	900	-	1.002	-	1.002
Ajustes de avaliação patrimonial	16	(8.513)	2.808	-	(5.689)	46	(5.643)
Ajustes de conversão de controladas no exterior	-	4.543	-	-	4.543	-	4.543
Saldo em 31 de março de 2019	1.257.033	2.714.000	5.613.043	10.141	9.594.217	19.478	9.613.695

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	Investimentos em controladas					Empreendimento controlado em conjunto	
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiteno S.A. - Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Ultrapar International S.A.	Total	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.165.426	2.682.015	5.407.699	13.121	9.268.261	54.739	9.323.000
Equivalência patrimonial	23.341	20.415	29.813	395	73.964	526	74.490
Dividendos	-	(97.849)	(353.824)	-	(451.673)	-	(451.673)
Encargos tributários sobre reserva de reavaliação reflexa	-	-	(1)	-	(1)	-	(1)
Instrumento patrimonial outorgado	7	20	586	-	613	-	613
Ajustes de avaliação patrimonial	(154)	(8.214)	(1.612)	-	(9.980)	686	(9.294)
Ajustes de conversão de controladas no exterior	-	(19.116)	(280)	-	(19.396)	-	(19.396)
Saldo em 31 de março de 2018	1.188.620	2.577.271	5.082.381	13.516	8.861.788	55.951	8.917.739

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Empreendimentos controlados em conjunto (Consolidado)

A Sociedade participa da Refinaria de Petróleo Riograndense (“RPR”), que tem como atividade principal o refino de petróleo.

A controlada Ultracargo – Operações Logísticas e Participações Ltda. (“Ultracargo Participações”) participa da União Vopak – Armazéns Gerais Ltda. (“União Vopak”), que tem como atividade principal a armazenagem de grânéis líquidos no porto de Paranaguá.

A controlada IPP participa da ConectCar, que tem como atividade principal a atuação no segmento de pagamento automático de pedágios e estacionamento nos Estados da Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, além do Distrito Federal.

Esses investimentos estão avaliados pelo método da equivalência patrimonial com base nas suas informações trimestrais de 31 de março de 2019.

A composição e movimentação dos investimentos em empreendimentos controlados em conjunto é demonstrada abaixo:

	<u>União Vopak</u>	<u>RPR</u>	<u>ConectCar</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	7.446	20.118	74.390	101.954
Ajuste de avaliação patrimonial	-	46	-	46
Equivalência patrimonial	474	(686)	(7.162)	(7.374)
Saldo em 31 de março de 2019	<u>7.920</u>	<u>19.478</u>	<u>67.228</u>	<u>94.626</u>
	<u>União Vopak</u>	<u>RPR</u>	<u>ConectCar</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	6.096	54.739	61.226	122.061
Aporte de capital	-	-	8.000	8.000
Ajuste de avaliação patrimonial	-	686	-	686
Equivalência patrimonial	634	526	(4.679)	(3.519)
Saldo em 31 de março de 2018	<u>6.730</u>	<u>55.951</u>	<u>64.547</u>	<u>127.228</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado dos empreendimentos controlados em conjunto:

	31/03/2019		
	União Vopak	RPR	ConectCar
Ativo circulante	9.124	331.468	121.097
Ativo não circulante	8.378	146.829	153.282
Passivo circulante	1.498	348.286	138.894
Passivo não circulante	166	71.350	1.031
Patrimônio líquido	15.838	58.661	134.454
Receita líquida	3.484	501.070	17.464
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(2.465)	(505.215)	(32.515)
Resultado financeiro e IRPJ e CSLL	(71)	2.078	726
Lucro (prejuízo) líquido	948	(2.067)	(14.325)
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	5.078.888	193.768.000
Participação no capital social - %	50	33	50
	31/12/2018		
	União Vopak	RPR	ConectCar
Ativo circulante	8.432	370.250	129.152
Ativo não circulante	8.552	147.054	150.054
Passivo circulante	1.814	385.079	130.414
Passivo não circulante	280	71.635	14
Patrimônio líquido	14.890	60.590	148.778
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	5.078.888	193.768.000
Participação no capital social - %	50	33	50
	31/03/2018		
	União Vopak	RPR	ConectCar
Receita líquida	4.448	458.656	13.450
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(2.629)	(449.488)	(27.977)
Resultado financeiro e IRPJ e CSLL	(550)	(2.346)	5.170
Lucro (prejuízo) líquido	1.269	6.822	(9.357)
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	5.078.888	193.768.000
Participação no capital social - %	50	33	50

Os percentuais acima estão arredondados.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Sociedades coligadas (Consolidado)

A controlada IPP participa da Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A., que tem como atividade principal a prestação de serviço de transporte de gás natural.

A controlada Oxiteno S.A. participa da Oxicap Indústria de Gases Ltda. (“Oxicap”), que tem como atividade principal o fornecimento de nitrogênio e oxigênio para as suas sócias no polo petroquímico de Mauá.

A controlada Oxiteno Nordeste participa da Química da Bahia Indústria e Comércio S.A., que tem como atividade principal a industrialização, comércio e processamento de produtos químicos. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

A controlada Cia. Ultragaz participa da Metalúrgica Plus S.A., que tem como atividade principal a fabricação e comercialização de vasilhames de acondicionamento de GLP. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

A controlada IPP participa da Plenogás Distribuidora de Gás S.A., que tem como atividade principal a comercialização de GLP. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

O investimento da controlada Oxiteno S.A. na coligada Oxicap está avaliado pelo método da equivalência patrimonial com base nas suas informações de 28 de fevereiro de 2019, enquanto as demais coligadas estão avaliadas com base nas informações trimestrais de 31 de março de 2019.

A composição e movimentação dos investimentos em sociedades coligadas é demonstrada abaixo:

	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.689	15.366	3.590	228	465	24.338
Dividendos	-	-	-	-	31	31
Equivalência patrimonial	386	10	(9)	(24)	41	404
Saldo em 31 de março de 2019	5.075	15.376	3.581	204	537	24.773

	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	6.348	14.458	3.618	340	577	25.341
Dividendos	(245)	-	-	-	(100)	(345)
Equivalência patrimonial	217	291	-	(50)	80	538
Saldo em 31 de março de 2018	6.320	14.749	3.618	290	557	25.534

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado das sociedades coligadas:

	31/03/2019				
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.
Ativo circulante	9.907	39.539	47	26	155
Ativo não circulante	14.949	84.156	10.226	919	2.790
Passivo circulante	3.947	9.171	-	29	42
Passivo não circulante	602	9.016	3.110	302	1.292
Patrimônio líquido	20.307	105.508	7.163	614	1.611
Receita líquida	2.986	7.421	-	-	-
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(1.170)	(7.353)	(22)	(59)	130
Resultado financeiro e imposto de renda	(55)	(5)	5	(14)	(7)
Lucro (prejuízo) líquido	1.761	63	(17)	(73)	123
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	1.987	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	15	50	33	33
	31/12/2018				
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.
Ativo circulante	7.803	38.714	51	19	64
Ativo não circulante	15.254	85.395	10.238	990	2.791
Passivo circulante	3.963	9.777	-	21	123
Passivo não circulante	332	8.888	3.109	302	1.334
Patrimônio líquido	18.762	105.444	7.180	686	1.398
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	1.987	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	15	50	33	33

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	31/03/2018				
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.
Receita líquida	2.585	13.082	-	-	-
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(1.567)	(10.083)	(5)	(155)	242
Resultado financeiro e imposto de renda	(56)	(1.079)	6	5	(1)
Lucro (prejuízo) líquido	962	1.920	1	(150)	241
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	1.987	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	15	50	33	33

Os percentuais acima estão arredondados.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

13 Ativos de direito de uso e arrendamentos a pagar (Consolidado)

Algumas controladas da Sociedade possuem contratos de arrendamento de imóveis, substancialmente relacionados a: (i) Ipiranga: postos de combustíveis e centro de distribuição; (ii) Extrafarma: farmácias e centro de distribuição; (iii) Ultragaz: pontos de venda e base de engarrafamento; (iv) Ultracargo: áreas portuárias; e (v) Oxiteno: planta industrial. Algumas controladas possuem também contratos de arrendamento de veículos.

a. Ativos de direito de uso

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Adoção IFRS 16 / CPC 06 (R2)	Adições e remensurações	Amortizações	Saldo em 31/03/2019
Custo:					
Imóveis	7	1.861.954	26.964	-	1.888.918
Veículos	3	81.887	-	-	81.887
Outros	4	28.671	-	-	28.671
		<u>1.972.512</u>	<u>26.964</u>	<u>-</u>	<u>1.999.476</u>
Amortização acumulada:					
Imóveis		-	-	(69.343)	(69.343)
Veículos		-	-	(7.011)	(7.011)
Outros		-	-	(1.795)	(1.795)
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(78.149)</u>	<u>(78.149)</u>
Custo líquido		<u>1.972.512</u>	<u>26.964</u>	<u>(78.149)</u>	<u>1.921.327</u>

b. Arrendamentos a pagar

A movimentação dos arrendamentos a pagar é demonstrada abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	46.066
Adoção IFRS 16/CPC 06 (R2)	1.604.888
Apropriação de juros	21.122
Pagamento de contraprestação de arrendamentos	(76.845)
Adições e remensurações	<u>26.964</u>
Saldo em 31 de março de 2019	<u>1.622.195</u>
Circulante	226.684
Não circulante	1.395.511

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Os desembolsos futuros (contraprestações), assumidos em decorrência dos contratos de arrendamento mercantil, estão apresentados abaixo:

	31/03/2019
Até 1 ano	308.738
De 1 a 2 anos	535.014
De 2 a 3 anos	385.092
De 3 a 4 anos	314.155
De 4 a 5 anos	218.630
Mais de 5 anos	<u>283.289</u>
	<u><u>2.044.918</u></u>

Os contratos relacionados aos arrendamentos a pagar são indexados substancialmente pelo IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado, calculado pela Fundação Getúlio Vargas).

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***14 Imobilizado (Consolidado)**

A composição e movimentação do imobilizado é demonstrada abaixo:

	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)	Saldo em 31/12/2018	Adições	Depreciações	Transfe-rências (i)	Baixas	Variação cambial	Saldo em 31/03/2019
Custo:								
Terrenos		620.879	-	-	4.785	-	1.134	626.798
Edificações	32	1.801.073	974	-	31.882	(387)	8.142	1.841.684
Benfeitorias em imóveis de terceiros	8	1.015.640	2.386	-	33.106	(10.669)	3	1.040.466
Máquinas e equipamentos	13	5.219.256	24.185	-	54.802	(496)	56.001	5.353.748
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis								
claros/lubrificantes	13	2.864.333	27.567	-	60.044	(14.550)	-	2.937.394
Tanques e vasilhames para GLP	8	743.016	9.296	-	-	(9.507)	-	742.805
Veículos	6	308.756	3.505	-	358	(7.647)	388	305.360
Móveis e utensílios	8	279.016	3.266	-	920	(1.347)	1.420	283.275
Obras em andamento		922.799	129.685	-	(182.458)	-	1.311	871.337
Adiantamentos a fornecedores		14.088	1.973	-	(6.022)	-	-	10.039
Importações em andamento		41	118	-	(136)	-	-	23
Equipamentos de informática	5	395.063	2.423	-	(96)	(1.354)	57	396.093
		<u>14.183.960</u>	<u>205.378</u>	<u>-</u>	<u>(2.815)</u>	<u>(45.957)</u>	<u>68.456</u>	<u>14.409.022</u>

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	Saldo em 31/12/2018	Adições	Depreciações	Transfe- rências (i)	Baixas	Varição cambial	Saldo em 31/03/2019
Depreciação acumulada:							
Edificações	(743.117)	-	(13.695)	-	319	(6.451)	(762.944)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(558.042)	-	(20.773)	-	10.453	-	(568.362)
Máquinas e equipamentos	(2.969.209)	-	(72.944)	-	334	(49.997)	(3.091.816)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis							
claros/lubrificantes	(1.657.608)	-	(40.649)	-	13.540	-	(1.684.717)
Tanques e vasilhames para GLP	(401.056)	-	(17.182)	-	5.096	-	(413.142)
Veículos	(123.650)	-	(6.925)	-	4.399	(385)	(126.561)
Móveis e utensílios	(155.339)	-	(4.406)	-	1.318	(1.247)	(159.674)
Equipamentos de informática	(288.083)	-	(8.620)	-	1.293	(54)	(295.464)
	<u>(6.896.104)</u>	<u>-</u>	<u>(185.194)</u>	<u>-</u>	<u>36.752</u>	<u>(58.134)</u>	<u>(7.102.680)</u>
Provisão para perdas:							
Adiantamento a fornecedores	(83)	-	-	-	-	-	(83)
Edificações	(306)	-	-	-	-	-	(306)
Terrenos	(827)	-	-	-	-	-	(827)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(1.385)	(2.097)	-	-	-	(3)	(3.485)
Máquinas e equipamentos	(6.117)	-	-	-	-	(12)	(6.129)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis							
claros/lubrificantes	(165)	-	-	-	46	-	(119)
Obras em andamento	(38)	-	-	-	-	-	(38)
Móveis e utensílios	(70)	-	-	-	-	-	(70)
	<u>(8.991)</u>	<u>(2.097)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>46</u>	<u>(15)</u>	<u>(11.057)</u>
Custo líquido	<u>7.278.865</u>	<u>203.281</u>	<u>(185.194)</u>	<u>(2.815)</u>	<u>(9.159)</u>	<u>10.307</u>	<u>7.295.285</u>

(i) Refere-se a valores transferidos para o intangível e estoques.

As obras em andamento referem-se substancialmente às ampliações, reformas, construções e modernizações dos parques industriais, terminais, lojas, postos de serviços e bases de distribuição.

Os adiantamentos a fornecedores referem-se basicamente à fabricação sob encomenda de bens para expansão das unidades industriais, terminais, lojas e bases e aquisição de imóveis operacionais.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

15 Intangível (Consolidado)

A composição e movimentação do ativo intangível é demonstrada abaixo:

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 31/12/2018	Adoção do IFRS 16 / CPC 06 (R2)	Adições	Amortizações	Transferências (i)	Baixas	Variação cambial	Saldo em 31/03/2019
Custo:									
Ágio (a)	-	1.525.088	-	-	-	-	-	-	1.525.088
Software (b)	5	1.062.486	-	12.046	-	2.815	(18)	1.100	1.078.429
Tecnologia (c)	5	32.617	-	-	-	-	-	-	32.617
Direitos de propriedade comercial	10	64.032	(56.813)	1.455	-	-	(461)	-	8.213
Fundo de comércio	8	142.989	-	170	-	-	-	-	143.159
Marcas (d)	-	120.571	-	-	-	-	-	272	120.843
Direito de uso de marcas (d)	39	114.792	-	-	-	-	-	-	114.792
Outros (e)	10	43.281	-	1.214	-	-	-	(100)	44.395
		<u>3.105.856</u>	<u>(56.813)</u>	<u>14.885</u>	<u>-</u>	<u>2.815</u>	<u>(479)</u>	<u>1.272</u>	<u>3.067.536</u>
Amortização acumulada:									
Software		(537.438)	-	-	(23.734)	-	12	(870)	(562.030)
Tecnologia		(32.613)	-	-	(3)	-	-	-	(32.616)
Direitos de propriedade comercial		(23.931)	16.885	-	(1)	-	461	-	(6.586)
Fundo de comércio		(106.597)	-	-	(2.006)	-	-	-	(108.603)
Direito de uso de marcas		(3.182)	-	-	(734)	-	-	-	(3.916)
Outros		(32.740)	-	-	(31)	-	-	-	(32.771)
		<u>(736.501)</u>	<u>16.885</u>	<u>-</u>	<u>(26.509)</u>	<u>-</u>	<u>473</u>	<u>(870)</u>	<u>(746.522)</u>
Custo líquido		<u>2.369.355</u>	<u>(39.928)</u>	<u>14.885</u>	<u>(26.509)</u>	<u>2.815</u>	<u>(6)</u>	<u>402</u>	<u>2.321.014</u>

(i) Refere-se a valores transferidos para o imobilizado e contas a receber.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

As despesas de amortização foram reconhecidas nas informações trimestrais, conforme demonstrado abaixo:

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2018</u>
Estoques e custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	3.121	2.911
Despesas com vendas e comerciais	738	3.199
Despesas gerais e administrativas	<u>22.650</u>	<u>16.011</u>
	<u>26.509</u>	<u>22.121</u>

a. *Ágio*

O saldo líquido remanescente do ágio é testado anualmente para fins de análise de recuperabilidade e representam as seguintes aquisições:

	Segmento	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Ágio na aquisição de:			
Extrafarma	Extrafarma	661.553	661.553
Ipiranga ⁽¹⁾	Ipiranga	276.724	276.724
União Terminais	Ultracargo	211.089	211.089
Texaco	Ipiranga	177.759	177.759
CBLSA	Ipiranga	69.807	69.807
Oxiten Uruguay	Oxiten	44.856	44.856
Temmar	Ultracargo	43.781	43.781
DNP	Ipiranga	24.736	24.736
Repsol	Ultragaz	13.403	13.403
TEAS	Ultracargo	797	797
Outros	Oxiten	<u>583</u>	<u>583</u>
		<u>1.525.088</u>	<u>1.525.088</u>

⁽¹⁾ Inclui R\$ 246.163 na Ultrapar.

Em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade realizou os testes de recuperabilidade dos saldos de ágios demonstrados na tabela acima. O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento dos fluxos de caixa futuros são baseadas no plano de negócios dos segmentos da Sociedade, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da administração acerca das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes UGCs às quais os ágios estão relacionados.

As principais premissas-chaves utilizadas pela Sociedade para o cálculo do valor em uso estão descritas abaixo:

Período de avaliação: a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de cinco anos (exceto segmento Extrafarma), e a partir de então considera-se a perpetuidade das premissas, tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. Para o segmento Extrafarma foi utilizado um período de dez anos devido ao prazo de quatro anos para maturidade de novas lojas.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Taxa de desconto e taxa de crescimento real: as taxas de desconto e de crescimento real utilizadas para extrapolar as projeções em 31 de dezembro de 2018 variaram de 8,4% a 13,9% e 0% a 1% a.a., respectivamente, dependendo da UGC analisada.

Receita de vendas, custos e despesas e margem bruta: considera o orçamento de 2019 e o plano estratégico de longo prazo elaborado pela administração e aprovado pelo CA.

A Sociedade efetuou uma análise de sensibilidade das variáveis taxa de desconto e taxa de crescimento da perpetuidade, dado seus impactos importantes nos fluxos de caixas e no valor em uso. Um acréscimo de 0,5 ponto percentual na taxa de desconto ou um decréscimo de 0,5 ponto percentual da taxa de crescimento da perpetuidade do fluxo de caixa de cada segmento de negócio não resultaria na necessidade de reconhecimento de perda.

b. Software

Inclui as licenças de uso e gastos com a implantação dos diversos sistemas utilizados pela Sociedade e suas controladas, tais como: sistemas integrados de gestão e controle, administração financeira, comércio exterior, automação industrial, gerenciamento operacional de armazenagem, informações contábeis, entre outros.

c. Tecnologia

As controladas Oxiteno S.A., Oxiteno Nordeste e Oleoquímica registram como tecnologia certos direitos de uso por elas detidos. Tais licenciamentos abrangem a produção de óxido de eteno, etilenoglicóis, etanolaminas, éteres glicólicos, etoxilados, solventes, ácidos graxos de óleos vegetais, álcoois graxos e especialidades químicas, produtos estes que atendem diversos segmentos da economia.

d. Marcas e direito de uso de marcas

Marcas representam os custos de aquisição da marca 'am/pm' no Brasil e da marca Extrafarma, adquirida na combinação de negócios, e direitos de uso das marcas Chevron e Texaco.

e. Outros intangíveis

Referem-se principalmente ao programa de fidelidade Clube Extrafarma.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

16 Empréstimos, financiamentos e debêntures

a. Composição

a.1 Controladora

Descrição	31/03/2019	31/12/2018	Índice/ Moeda	Encargos financeiros médios ponderados em 31/03/2019 - % a.a.	Vencimento
Moeda nacional:					
Debêntures –6ª emissão (g.5)	<u>1.729.537</u>	<u>1.756.954</u>	CDI	105,3	2023
Circulante	6.903	34.504			
Não circulante	1.722.634	1.722.450			

a.2 Consolidado

Descrição	31/03/2019	31/12/2018	Índice/ Moeda	Encargos financeiros médios ponderados em 31/03/2019 - % a.a.	Vencimento
Moeda estrangeira:					
Notas no mercado externo (b) (*)	2.945.959	2.889.631	US\$	+5,3	2026
Financiamento externo (c.1) (*)	989.713	985.268	US\$	+3,9	2021 a 2023
Instituições financeiras (e)	623.714	620.605	US\$ + LIBOR (1)	+2,1	2019 a 2023
Financiamento externo (c.1) (*)	588.100	582.106	US\$ + LIBOR (1)	+0,9	2022 a 2023
Financiamento externo (c.2)	235.886	234.363	US\$+ LIBOR (1)	+2,0	2020
Instituições financeiras (e)	128.689	127.288	US\$	+3,0	2019 a 2022
Instituições financeiras (e)	24.219	27.845	MX\$ (2)	+9,6	2019
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio	21.476	11.702	US\$	+3,5	< 12 dias
Instituições financeiras (e)	18.167	3.950	MX\$+TIE (2)	+1,5	2019
BNDES (d)	2.009	2.596	US\$	+6,5	2019 a 2020
Adiantamento de Cambiais Entregues	<u>90</u>	<u>1.485</u>	US\$	+3,5	< 33 dias
Total moeda estrangeira	<u>5.578.022</u>	<u>5.486.839</u>			

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

Descrição	31/03/2019	31/12/2018	Índice/ Moeda	Encargos financeiros	Vencimento
				médios ponderados em 31/03/2019 - % a.a.	
Moeda nacional:					
Banco do Brasil pós-fixado (f)	2.469.754	2.614.704	CDI	106,8	2019 a 2022
Debêntures – Ipiranga (g.1 e g.3)	2.072.812	2.039.743	CDI	105,0	2019 a 2022
Debêntures – CRA (g.2, g.4 e g.6)	2.061.938	2.029.545	CDI	95,8	2022 a 2023
Debêntures – 6ª emissão (g.5)	1.729.537	1.756.954	CDI	105,3	2023
Debêntures – CRA (g.2, g.4 e g.6) (*)	864.398	833.213	IPCA	+4,6	2024 a 2025
BNDES (d)	125.880	147.922	TJLP (3)	+2,2	2019 a 2023
FINEP	50.269	53.245	TJLP (3)	+1,5	2019 a 2023
BNDES (d)	46.472	51.467	SELIC (5)	+2,3	2019 a 2023
Cédula de Crédito Bancário	51.018	50.075	CDI	124,0	2019
FINEP	19.289	22.553	R\$	+4,0	2019 a 2021
Banco do Nordeste do Brasil	14.342	15.776	R\$ (4)	+8,5	2019 a 2021
BNDES (d)	11.148	14.071	R\$	+6,1	2019 a 2022
FINAME	29	32	TJLP (3)	+5,7	2019 a 2022
Total moeda nacional	<u>9.516.886</u>	<u>9.629.300</u>			
Total moeda estrangeira e nacional	<u>15.094.908</u>	<u>15.116.139</u>			
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros (**)	<u>17.100</u>	<u>43.944</u>			
Total	<u>15.112.008</u>	<u>15.160.083</u>			
Circulante	2.245.775	2.271.148			
Não circulante	12.866.233	12.888.935			

(*) Essas operações foram designadas para *hedge accounting* (vide nota explicativa nº 34.h).

(**) Perdas acumuladas (vide nota explicativa nº 34.g).

- (1) LIBOR = London Interbank Offered Rate.
- (2) MX\$ = peso mexicano; TIIIE = taxa mexicana de juros interbancários de equilíbrio.
- (3) TJLP = fixada pelo Conselho Monetário Nacional, a TJLP é o custo básico de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”). Em 31 de março de 2019, a TJLP estava fixada em 7,03% a.a.
- (4) Contrato vinculado à taxa do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (“FNE”), que tem como objetivo fomentar o desenvolvimento do setor industrial, administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil. Em 31 de março de 2019, a taxa de juros do FNE estava em 10% a.a., sobre a qual incide bônus de adimplência de 15%.
- (5) SELIC = Sistema Especial de Liquidação e Custódia.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures é demonstrada abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	15.116.139
Captações com efeito caixa	60.067
Apropriação de juros	217.914
Pagamento de principal	(247.405)
Pagamento de juros	(113.813)
Variação monetária e cambial	41.192
Variação de valor justo	20.814
	<u>15.094.908</u>
Saldo em 31 de março de 2019	<u>15.094.908</u>

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
De 1 a 2 anos	949.857	960.038
De 2 a 3 anos	1.619.155	1.548.092
De 3 a 4 anos	4.947.593	3.216.293
De 4 a 5 anos	1.594.717	3.428.130
Mais de 5 anos	3.754.911	3.736.382
	<u>12.866.233</u>	<u>12.888.935</u>

Os custos de transação e os prêmios de emissão associados às operações de captações financeiras foram agregados aos respectivos passivos financeiros, conforme demonstrado na nota explicativa nº 16.h.

Para algumas dívidas, a administração contratou instrumentos de proteção à exposição cambial e à taxa de juros (vide nota explicativa nº 34.h).

b. Notas no mercado externo

Em 6 de outubro de 2016, a controlada Ultrapar International S.A. (“Ultrapar International”) emitiu US\$ 750 milhões (equivalente a R\$ 2.922,5 em 31 de março de 2019) em notas no mercado externo com vencimento em outubro de 2026 e encargo financeiro de 5,25% ao ano, pagos semestralmente. O preço da emissão foi de 98,097% do valor de face da nota. As notas foram garantidas pela Sociedade e pela controlada IPP. A Sociedade designou relações de *hedge* para esta operação (vide nota explicativa nº 34.h.3).

Em decorrência da emissão de notas no mercado externo, a Sociedade e suas controladas, estão sujeitas a certos compromissos, entre eles:

- Restrição de alienação da totalidade ou da quase totalidade dos ativos da Sociedade e das controladas Ultrapar International e IPP.
- Restrição de gravames em ativos superior a US\$ 150 milhões (equivalente a R\$ 584,5 em 31 de março de 2019) ou 15% do valor dos ativos tangíveis consolidados.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A Sociedade e suas controladas mantêm os níveis de *covenants* requeridos por este empréstimo. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

c. Financiamentos externos

c.1 A controlada IPP possui financiamentos externos no montante de US\$ 395 milhões (equivalente a R\$ 1.539,2 em 31 de março de 2019). A IPP contratou instrumentos de proteção à taxa de juros flutuante em dólar e à variação cambial, trocando os encargos dos financiamentos externos para, na média, 104,4% do CDI. A IPP designou os instrumentos de proteção como *hedge* de valor justo (vide nota explicativa nº 34.h.1), desta forma, tanto os financiamentos quanto os instrumentos de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado. Os financiamentos externos são garantidos pela Sociedade.

Os financiamentos externos têm seus vencimentos distribuídos conforme abaixo:

Vencimento	US\$ (milhões)	R\$ (milhões)	Custo em % do CDI
Encargos ⁽¹⁾	9,5	38,6	-
jun/2021	100,0	389,7	105,0
jul/2021	60,0	233,8	101,8
jul/2023	50,0	194,8	104,8
set/2023	60,0	233,8	105,0
set/2023	65,0	253,3	104,7
nov/2023	60,0	233,8	104,5
Total / custo médio	<u>404,5</u>	<u>1.577,8</u>	<u>104,4</u>

⁽¹⁾ Considera juros, custo de transação, marcação a mercado e reconhecimento inicial de *hedge*.

Durante a vigência destes contratos, a Sociedade deverá manter os seguintes índices financeiros, apurados com base nas suas demonstrações financeiras consolidadas auditadas:

- Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre dívida líquida e lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA consolidados, menor ou igual a 3,5.
- Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre LAJIDA consolidado e despesas financeiras líquidas consolidadas, maior ou igual a 1,5.

A Sociedade mantém os níveis de *covenants* requeridos por estes empréstimos. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c.2 A controlada Global Petroleum Products Trading Corporation possui financiamento externo no montante de US\$ 60 milhões (equivalente a R\$ 233,8 em 31 de março de 2019), com vencimento em 22 de junho de 2020 e encargo financeiro de LIBOR + 2,0% a.a., pago trimestralmente. A Sociedade, através da controlada Cia. Ultragaz, contratou instrumento de proteção à taxa de juros flutuante em dólar e à variação cambial, trocando os encargos financeiros do financiamento externo para 105,9% do CDI. O financiamento externo é garantido pela Sociedade e pela controlada Oxiteno Nordeste.

d. BNDES

As controladas possuem financiamentos junto ao BNDES para alguns de seus investimentos realizados e para capital de giro.

Durante a vigência destes contratos, a Sociedade deverá manter os seguintes níveis de capitalização e de liquidez corrente, apurados em balanço anual consolidado auditado:

- nível de capitalização: patrimônio líquido / ativo total igual ou superior a 0,3; e
- nível de liquidez corrente: ativo circulante / passivo circulante igual ou superior a 1,3.

A Sociedade mantém os níveis de *covenants* requeridos por estes empréstimos. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

e. Instituições financeiras

As controladas Oxiteno México S.A. de C.V., Oxiteno USA LLC (“Oxiteno USA”) e Oxiteno Uruguay possuem empréstimos para investimentos e capital de giro.

A controlada Oxiteno USA possui financiamentos com custo médio de LIBOR + 2,1% e vencimentos distribuídos conforme abaixo:

Vencimento	US\$ milhões	R\$ milhões
Encargos ⁽¹⁾	0,1	0,3
ago/2019	10,0	39,0
fev/2020	10,0	39,0
ago/2020	10,0	39,0
set/2020	20,0	77,9
fev/2021	10,0	39,0
mar/2022	30,0	116,9
out/2022	40,0	155,8
mar/2023	30,0	116,8
Total	160,1	623,7

⁽¹⁾ Considera juros e custo de transação.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Os recursos foram utilizados no financiamento do capital de giro e na construção de uma nova planta de alcoxilação no Texas.

f. Banco do Brasil

A controlada IPP possui empréstimos pós-fixados junto ao Banco do Brasil destinados à comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos de origem agropecuária (etanol).

Os empréstimos têm vencimentos distribuídos conforme abaixo (inclui juros até 31 de março de 2019):

Vencimento	
mai/2019	1.456.372
mai/2020	337.794
mai/2021	337.794
mai/2022	<u>337.794</u>
Total	<u>2.469.754</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

g. Debêntures

- g.1.** Em maio de 2016, a controlada IPP efetuou sua quarta emissão pública de debêntures em série única de 500 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, nominativas e escriturais, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000.000,00
Vencimento final:	25 de maio de 2021
Pagamento do valor nominal:	Anual a partir de maio de 2019
Remuneração:	105,0% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

- g.2.** Em abril de 2017, a controlada IPP efetuou sua quinta emissão de debêntures em duas séries, sendo uma de 660.139 e outra de 352.361 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, escriturais e quirografárias, colocadas de forma privada pela Eco Consult – Consultoria de Operações Financeiras Agropecuárias Ltda. Os recursos foram destinados exclusivamente para a compra de etanol pela controlada IPP.

As debêntures foram posteriormente cedidas e transferidas para Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., a qual adquiriu esses direitos creditórios do agronegócio com o objetivo de vincular a emissão de Certificado de Recebíveis de Agronegócio (CRA). As debêntures contam com garantia adicional da Ultrapar e as principais características são as seguintes:

Quantidade:	660.139
Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	18 de abril de 2022
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	95,0% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

Quantidade:	352.361
Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	15 de abril de 2024
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	IPCA + 4,68%
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

A controlada IPP contratou instrumentos de proteção a variações do IPCA, trocando os encargos financeiros das debêntures atreladas ao IPCA para 93,9% do CDI. A IPP designou o instrumento de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto as debêntures quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

g.3. Em julho de 2017, a controlada IPP efetuou sua sexta emissão pública de debêntures em série única de 1.500.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	28 de julho de 2022
Pagamento do valor nominal:	Anual a partir de julho de 2021
Remuneração:	105,0% do CDI
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

g.4. Em outubro de 2017, a controlada IPP efetuou sua sétima emissão de debêntures no montante total de R\$ 944.077, em duas séries, sendo uma de 730.384 e outra de 213.693 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, escriturais e quirografárias, colocadas de forma privada pela Vert Companhia Securitizadora. Os recursos foram destinados exclusivamente para a compra de etanol pela controlada IPP.

As debêntures foram posteriormente cedidas e transferidas para Vert Créditos Ltda., a qual adquiriu esses direitos creditórios do agronegócio com o objetivo de vincular a emissão de CRA. A liquidação financeira ocorreu em 1 de novembro de 2017. As debêntures contam com garantia adicional da Ultrapar e as principais características são as seguintes:

Quantidade:	730.384
Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	24 de outubro de 2022
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	95,0% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

Quantidade:	213.693
Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	24 de outubro de 2024
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	IPCA + 4,34%
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

A IPP contratou instrumentos de proteção a variações do IPCA, trocando os encargos financeiros das debêntures atreladas ao IPCA para 97,3% do CDI. A IPP designou o instrumento de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto as debêntures quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

g.5. Em março de 2018, a Sociedade efetuou sua sexta emissão de debêntures, em série única de 1.725.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	5 de março de 2023
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	105,25% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

g.6. Em dezembro de 2018, a controlada IPP efetuou sua oitava emissão de debêntures no montante total de R\$ 900.000, em duas séries, sendo uma de 660.000 e outra de 240.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, escriturais e quirografárias, colocadas de forma privada pela Vert Companhia Securitizadora. Os recursos estão sendo destinados exclusivamente para a compra de etanol pela controlada IPP. A liquidação financeira ocorreu em 21 de dezembro de 2018. As debêntures contam com garantia adicional da Ultrapar e as principais características são as seguintes:

Quantidade:	660.000
Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	18 de dezembro de 2023
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	97,5% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

Quantidade:	240.000
Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	15 de dezembro de 2025
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	IPCA + 4,61%
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

A IPP contratou instrumentos de proteção a variações do IPCA, trocando os encargos financeiros das debêntures atreladas ao IPCA para 97,1% do CDI. A IPP designou o instrumento de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto as debêntures quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

As debêntures têm vencimentos distribuídos conforme abaixo (inclui juros até 31 de março de 2019).

Vencimento	
mai/2019	177.039
mai/2020	165.933
mai/2021	165.933
abr/2022	667.831
jul/2022	1.563.908
out/2022	738.636
mar/2023	1.729.537
dez/2023	655.470
abr/2024	391.744
out/2024	226.067
dez/2025	<u>246.587</u>
Total	<u>6.728.685</u>

h. Custos de transação

Os custos de transação incorridos na captação de recursos financeiros foram deduzidos do valor do instrumento financeiro contratado e apropriados ao resultado de acordo com a taxa efetiva, conforme abaixo:

	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Saldo em 31/12/2018	Custos incorridos	Amortizações	Saldo em 31/03/2019
Debêntures (g)	0,2	56.376	-	(3.311)	53.065
Notas no mercado externo (b)	0,0	13.881	-	(330)	13.551
Banco do Brasil (f)	0,2	3.437	-	(1.233)	2.204
Financiamentos externos (c)	0,1	331	-	(48)	283
Outros	0,2	<u>2.432</u>	-	<u>(271)</u>	<u>2.161</u>
Total		<u>76.457</u>	-	<u>(5.193)</u>	<u>71.264</u>

O montante a apropriar ao resultado nos próximos exercícios tem a seguinte composição:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Debêntures (g)	13.223	13.314	13.137	8.269	4.306	816	53.065
Notas no mercado externo (b)	1.484	1.567	1.654	1.747	1.844	5.255	13.551
Banco do Brasil (f)	1.262	548	326	68	-	-	2.204
Financiamento externo (c)	204	79	-	-	-	-	283
Outros	<u>1.047</u>	<u>707</u>	<u>310</u>	<u>93</u>	<u>4</u>	-	<u>2.161</u>
Total	<u>17.220</u>	<u>16.215</u>	<u>15.427</u>	<u>10.177</u>	<u>6.154</u>	<u>6.071</u>	<u>71.264</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

i. Garantias

Para os financiamentos são mantidas garantias reais no montante de R\$ 70.551 em 31 de março de 2019 (R\$ 69.822 em 31 de dezembro de 2018) e avais, fianças e notas promissórias no montante de R\$ 10.770.811 em 31 de março de 2019 (R\$ 10.667.175 em 31 de dezembro de 2018).

A Sociedade e suas controladas oferecem avais em cartas de fianças de processos judiciais e comerciais no montante de R\$ 297.801 em 31 de março de 2019 (R\$ 271.162 em 31 de dezembro de 2018). Adicionalmente, a Sociedade presta garantias relacionadas ao fornecimento de GLP pela Petrobras no montante de até R\$ 45 milhões.

Algumas controladas da Oxiteno emitem garantias para instituições financeiras relacionadas às quantias devidas a essas instituições por alguns de seus clientes (financiamento de “*vendor*”). Caso alguma controlada venha a ser instada a realizar pagamento relativo a essas garantias, a controlada poderá recuperar o montante pago diretamente de seus clientes através de cobrança comercial. O montante máximo de pagamentos futuros relacionados a essas garantias é de R\$ 3.029 em 31 de março de 2019 (R\$ 2.750 em 31 de dezembro de 2018), com vencimentos de até 90 dias. Até 31 de março de 2019, as controladas não tiveram perdas relacionadas a essas garantias. O valor justo das garantias outorgadas reconhecido na rubrica “*demais contas a pagar*” no passivo circulante é de R\$ 75 em 31 de março de 2019 (R\$ 68 em 31 de dezembro de 2018), sendo reconhecido no resultado à medida que os clientes liquidam a sua obrigação com as instituições financeiras.

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***17 Fornecedores (Consolidado)**

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Fornecedores nacionais	1.291.813	2.079.010
Fornecedores nacionais - convênio (i)	448.652	73.169
Fornecedores estrangeiros	229.185	472.597
Fornecedores estrangeiros - convênio (i)	113.759	106.901
	<u>2.083.409</u>	<u>2.731.677</u>

(i) Fornecedores convênio: Algumas controladas da Sociedade realizaram convênio com instituição financeira, que consiste na antecipação de recebimento dos títulos por parte do fornecedor, no qual a instituição financeira antecipa um determinado montante para o fornecedor e recebe na data de vencimento o montante devido pelas controladas da Sociedade. A decisão de aderir a essa operação é única e exclusivamente do fornecedor. O convênio não altera substancialmente as principais características das condições comerciais anteriormente estabelecidas com o fornecedor. Assim essas operações são apresentadas na demonstração do fluxo de caixa como fluxo das atividades operacionais.

Algumas controladas da Sociedade adquirem combustíveis e GLP da Petrobras e de suas controladas e eteno da Braskem S.A. Esses fornecedores possuem praticamente a totalidade dos mercados destes produtos no Brasil.

18 Salários e encargos sociais (Consolidado)

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Provisões sobre folha de pagamento	183.854	186.200
Participação nos lucros, bônus e prêmios	47.614	147.170
Encargos sociais	77.555	67.043
Outros	17.508	27.779
	<u>326.531</u>	<u>428.192</u>

19 Obrigações tributárias (Consolidado)

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
ICMS	156.954	166.038
PIS e COFINS	22.156	38.055
ISS	22.964	22.339
IVA das controladas no exterior	17.666	21.306
Outros	20.058	20.267
	<u>239.798</u>	<u>268.005</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

20 Benefícios a empregados e plano de previdência privada (Consolidado)

a. ULTRAPREV - Associação de Previdência Complementar

Em fevereiro de 2001, o CA da Sociedade aprovou a adoção de um plano de previdência privada na modalidade de contribuição definida, patrocinado pela Sociedade e suas controladas. Desde agosto de 2001, empregados participantes contribuem para este plano, administrado pela Ultraprev - Associação de Previdência Complementar (“Ultraprev”). Nos termos do plano, a contribuição básica de cada empregado participante é calculada por meio da multiplicação de um percentual, até o limite de 11%, o qual é anualmente definido pelo participante, com base no seu salário. As sociedades patrocinadoras contribuem, em nome do participante, com um valor idêntico ao da contribuição básica deste. À medida que os participantes se aposentam, eles optam entre receber: (i) uma quantia mensal, que varia entre 0,5% e 1,0% sobre o fundo acumulado em seu nome na Ultraprev; ou (ii) um valor fixo mensal que esgotará o fundo acumulado em nome do participante em um prazo que varia entre 5 e 25 anos. Assim sendo, a Sociedade e suas controladas não assumem responsabilidade por garantir valores e prazos de recebimento de aposentadoria. No período de três meses findo em 31 de março de 2019, as controladas contribuíram com R\$ 5.471 (R\$ 6.166 no período de três meses findo em 31 de março de 2018) à Ultraprev, valor contabilizado como despesa no resultado do exercício. O total de empregados vinculados ao plano em 31 de março de 2019 atingiu 7.915 participantes ativos e 292 participantes aposentados. Adicionalmente, a Ultraprev possuía 26 ex-funcionários recebendo benefícios conforme as regras de plano anterior cujas reservas estão plenamente constituídas.

b. Benefícios pós-emprego

As controladas reconhecem provisão para benefício pós-emprego, principalmente relacionada a gratificação por tempo de serviço, indenização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (“FGTS”), plano de assistência médica e odontológica e seguro de vida para aposentados elegíveis.

Os valores relacionados a esses benefícios foram apurados em avaliação conduzida por atuário independente e revisados pela administração em 31 de dezembro de 2018.

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Plano de Assistência Médica e Odontológica ⁽¹⁾	114.992	112.628
Indenização do FGTS	79.952	83.781
Gratificação por tempo de serviço	34.551	37.397
Seguro de vida ⁽¹⁾	<u>16.340</u>	<u>16.009</u>
Total	<u>245.835</u>	<u>249.815</u>
Circulante	45.655	45.655
Não circulante	200.180	204.160

⁽¹⁾ somente aplicável a IPP e CBLSA.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

21 Provisão para retirada de tanques (Consolidado)

Esta provisão corresponde à obrigação legal de retirar tanques subterrâneos da controlada IPP localizados em postos de sua marca após determinado prazo de utilização (vide nota explicativa nº 2.n).

A tabela a seguir indica a movimentação da provisão para retirada de tanques:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	54.667
Adições (novos tanques)	133
Gastos com tanques retirados	(179)
Despesa com atualização	493
Saldo em 31 de março de 2019	<u>55.114</u>
Circulante	3.954
Não circulante	51.160

22 Provisões e contingências (Consolidado)

a. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Sociedade e suas controladas são partes em ações tributárias, cíveis, ambientais, regulatórias e trabalhistas em andamento tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são baseadas na opinião dos departamentos jurídicos da Sociedade e de seus assessores legais externos e são estimadas e atualizadas pela administração.

O quadro a seguir demonstra a composição das provisões por natureza e sua movimentação:

Provisões	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Pagamentos	Atualizações	Saldo em 31/03/2019
IRPJ e CSLL (a.1.1)	532.341	-	-	-	3.969	536.310
PIS e COFINS	26.271	-	-	-	177	26.448
ICMS	100.823	1.204	(501)	(141)	104	101.489
Cíveis, ambientais e regulatórias (a.2.1)	90.932	336	(2.208)	(596)	621	89.085
Trabalhistas (a.3.1)	101.173	5.435	(961)	(4.774)	1.566	102.439
Outras	91.531	784	-	-	821	93.136
Total	943.071	7.759	(3.670)	(5.511)	7.258	948.907
Circulante	77.822					84.880
Não circulante	865.249					864.027

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Algumas das provisões acima apresentadas possuem no todo, ou em parte, depósitos judiciais a elas relacionados.

A composição dos depósitos judiciais por natureza está demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Tributários	734.141	727.493
Trabalhistas	70.570	69.978
Cíveis e outros	<u>88.229</u>	<u>84.036</u>
Total – ativo não circulante	<u><u>892.940</u></u>	<u><u>881.507</u></u>

a.1 Provisões tributárias e previdenciárias

a.1.1 Em 7 de outubro de 2005, as controladas Cia. Ultragas e Bahiana ingressaram com mandado de segurança e obtiveram liminar para realizar a compensação de créditos de PIS e COFINS sobre compras de GLP com outros tributos administrados pela SRF, notadamente IRPJ e CSLL. A decisão foi confirmada em sentença favorável de 1ª instância em 16 de maio de 2008. Diante da liminar concedida, as controladas realizaram depósitos judiciais cujo saldo atual totaliza R\$ 504.292 em 31 de março de 2019 (R\$ 500.260 em 31 de dezembro de 2018). Em 18 de julho de 2014, foi publicada decisão de 2ª instância desfavorável e as controladas suspenderam os depósitos, voltando a recolher tais tributos. Para reestabelecer o direito à realização dos depósitos, foi apresentada medida cautelar que foi indeferida em 30 de dezembro de 2014, e as controladas recorreram desta decisão em 3 de fevereiro de 2015. Em relação ao mérito, foram apresentados recursos aos respectivos tribunais superiores – Superior Tribunal de Justiça (“STJ”) e Supremo Tribunal Federal (“STF”) cujo julgamento definitivo encontra-se pendente.

a.2 Provisões cíveis, ambientais e regulatórias

a.2.1 A Sociedade e suas controladas possuem provisões para litígios sobre cláusulas de contratos com clientes e ex-prestadores de serviços, indenizações, bem como para questões ambientais e regulatórias, no montante de R\$ 89.085 em 31 de março de 2019 (R\$ 90.932 em 31 de dezembro de 2018).

a.3 Provisões trabalhistas

a.3.1 A Sociedade e suas controladas mantêm provisão de R\$ 102.439 em 31 de março de 2019 (R\$ 101.173 em 31 de dezembro de 2018) para fazer face a processos de cunho trabalhista, que consistem, basicamente, em ações ajuizadas por empregados e prestadores de serviços, questionando, principalmente, parcelas decorrentes da relação de trabalho e suposto vínculo trabalhista.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Passivos contingentes (possíveis)

A Sociedade e suas controladas são partes em ações tributárias, cíveis, ambientais, regulatórias e trabalhistas cujo prognóstico de perda é avaliado como possível (chances de perda maior que 25% e menor ou igual a 50%) pelos departamentos jurídicos da Sociedade e suas controladas, baseado na opinião de seus assessores legais externos e, com base nesta avaliação, não se encontram provisionados nas informações trimestrais. O montante estimado relativo aos passivos contingentes avaliados com probabilidade de perda possível é R\$ 2.892.697 em 31 de março de 2019 (R\$ 2.839.219 em 31 de dezembro de 2018).

b.1 Passivos contingentes tributários e previdenciários

A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza tributária e previdenciária no valor de R\$ 1.976.739 em 31 de março de 2019 (R\$ 1.941.749 em 31 de dezembro de 2018), dos quais se destacam:

b.1.1 A controlada IPP e suas controladas discutem a não homologação de compensação de créditos de Imposto sobre Produtos Industrializados (“IPI”) apropriados em entradas de insumos tributados cujas saídas posteriores se deram sob o abrigo da imunidade. O montante referente a esta contingência é R\$ 169.767 em 31 de março de 2019 (R\$ 168.391 em 31 de dezembro de 2018).

b.1.2 A controlada IPP e suas controladas possuem processos relacionados ao ICMS cujo valor total envolvido é de R\$ 847.517 em 31 de março de 2019 (R\$ 836.393 em 31 de dezembro de 2018). Decorrem em sua maioria de créditos considerados indevidos no valor de R\$ 327.604 em 31 de março de 2019 (R\$ 318.550 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$ 128.032 (R\$ 126.639 em 31 de dezembro de 2018) se referem à exigência de estorno proporcional de créditos de ICMS relacionados às aquisições de álcool hidratado; de suposta falta de recolhimento do imposto no valor de R\$ 126.913 em 31 de março de 2019 (R\$ 125.703 em 31 de dezembro de 2018); de fruição condicionada de incentivo fiscal no valor de R\$ 122.828 em 31 de março de 2019 (R\$ 121.745 em 31 de dezembro de 2018); e de diferenças de estoque no valor de R\$ 185.699 em 31 de março de 2019 (R\$ 185.512 em 31 de dezembro de 2018) relacionadas às sobras ou faltas ocorridas em função de diferenças de temperatura ou manuseio do produto.

b.1.3 A Sociedade e suas controladas também são parte em ações administrativas e judiciais envolvendo IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, substancialmente envolvendo indeferimento de compensações e glosa de créditos no valor de R\$ 718.449 em 31 de março de 2019 (R\$ 674.126 em 31 de dezembro de 2018) dos quais se destaca a seguinte:

b.1.3.1 A controlada IPP recebeu uma autuação fiscal referente a IRPJ e CSLL decorrentes da suposta amortização indevida do ágio pago na aquisição de investimentos, no valor de R\$ 202.297 em 31 de março de 2019 (R\$ 193.771 em 31 de dezembro de 2018), que inclui o montante dos tributos, juros e penalidade. A administração avaliou como “possível” a probabilidade de perda dessa causa, apoiada pelo parecer de seus consultores jurídicos, e, portanto, não reconheceu provisão para esse passivo contingente.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b.2 Passivos contingentes cíveis, ambientais e regulatórias

A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza cível, ambiental e regulatória no valor de R\$ 628.628 totalizando 3.440 processos em 31 de março de 2019 (R\$ 624.457 totalizando 3.520 processos em 31 de dezembro de 2018), dos quais se destacam:

b.2.1 A controlada Cia. Ultragaz respondeu a processo administrativo junto ao CADE, sob alegação de prática anticoncorrencial em municípios da região do Triângulo Mineiro em 2001, no qual foi condenada à multa em valor atualizado de R\$ 33.144 em 31 de março de 2019 (R\$ 32.983 em 31 de dezembro de 2018). Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial.

b.2.2 Em 2016, a controlada Cia. Ultragaz tornou-se parte em dois processos administrativos junto ao CADE, relativos a alegações de práticas anticompetitivas: i) um dos processos trata de supostas práticas na Paraíba e outros Estados do Nordeste, e nele a controlada Bahiana é parte juntamente com a Cia. Ultragaz. Neste processo, a Cia. Ultragaz e a Bahiana firmaram Termo de Compromisso de Cessação (“TCC”) com o CADE, homologado em 22 de novembro de 2017, no valor de R\$ 95.987, a ser pago em 8 (oito) parcelas iguais atualizadas pela SELIC, de periodicidade semestral, com vencimento da primeira em 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de publicação da homologação. Três funcionários e um ex-funcionário celebraram TCC no valor total de R\$ 1.100. Com a celebração do TCC, o processo administrativo ficará suspenso em relação à Cia. Ultragaz e à Bahiana até seu julgamento final; ii) o segundo processo trata de supostas práticas no Distrito Federal e entorno, e nele apenas a Cia. Ultragaz é parte. Neste processo, a Cia. Ultragaz também firmou TCC com o CADE, homologado em 6 de setembro de 2017, no valor de R\$ 2.154, pago em uma única parcela em 8 de março de 2018. Dois ex-funcionários celebraram TCC no valor de R\$ 50 cada um. Com a celebração do TCC, o processo administrativo ficará suspenso em relação à Cia. Ultragaz até seu julgamento final.

b.2.3 A controlada IPP é parte em dois processos administrativos perante o CADE baseados em supostas práticas anticompetitivas no município de Joinville em Santa Catarina e na região metropolitana de Belo Horizonte em Minas Gerais, sendo que, para este último, houve a aplicação de multa administrativa por suposta indução ao comportamento uniforme de preços na revenda de combustíveis, no montante de R\$ 40.693 (vide nota explicativa nº 36.c). A controlada IPP continuará a exercer a sua defesa recorrendo em todas as instâncias administrativas e judiciais. Suportada na opinião dos advogados externos, que classificam a probabilidade de perda como remota, a administração não reconheceu provisão para essas contingências em 31 de março de 2019.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b.2.4 Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer técnico pelo Centro de Apoio Operacional à Execução – CAEX, órgão vinculado ao Ministério Público Estadual de São Paulo (“MPE”), apresentando proposta de cálculo de indenização para os supostos danos ambientais decorrentes do incêndio ocorrido em 2 de abril de 2015 no Terminal de Santos da controlada Tequimar. O trabalho não possui efeito vinculante, caráter condenatório ou sancionatório e ainda será avaliado pelas autoridades e partes envolvidas. A controlada discorda da metodologia e das premissas adotadas na proposta e está negociando acordo com o MPE e Ministério Público Federal (“MPF”), não havendo, neste momento, no âmbito cível, ação ajuizada a respeito do assunto. As negociações estão direcionadas à reparação *in natura* dos eventuais danos. Caso as negociações com o MPE e MPF sejam concluídas de maneira desfavorável para as partes envolvidas, os desembolsos correspondentes ao custo dos projetos poderão afetar as demonstrações financeiras da Sociedade futuramente, em adição aos valores já reconhecidos. No âmbito criminal, o MPF ofereceu denúncia em face da controlada Tequimar, que foi citada e apresentou resposta à denúncia em 19 de junho de 2018. Adicionalmente, em 31 de março de 2019 existem passivos contingentes não reconhecidos referentes às ações judiciais e pleitos extrajudiciais no montante de R\$ 61.119 e R\$ 3.426 (R\$ 62.930 e R\$ 3.426 em 31 de dezembro de 2018), respectivamente. Para maiores informações vide nota explicativa nº 23.

b.3 Passivos contingentes trabalhistas

A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza trabalhista no valor de R\$ 287.330 totalizando 1.672 processos em 31 de março de 2019 (R\$ 273.013 totalizando 1.726 processos em 31 de dezembro de 2018), dos quais destaca-se:

b.3.1 O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Petroquímicas (Sindiquímica), ao qual são filiados os empregados de controladas situadas no Polo Petroquímico de Camaçari, Oxiteno Nordeste e EMCA, ajuizou, em 1990, ações individuais contra as controladas, pleiteando o cumprimento da cláusula quarta da Convenção Coletiva de Trabalho, que previa reajuste salarial, em detrimento das políticas salariais efetivamente praticadas. No mesmo ano houve também o ajuizamento da ação coletiva de natureza declaratória pelo Sindicato Patronal (SINPEQ), contra o Sindiquímica, com pedido de reconhecimento de perda de eficácia da mesma cláusula quarta. As ações individuais, que já transitaram em julgado, foram julgadas de forma favorável às controladas Oxiteno Nordeste e EMCA e a ação coletiva permanece aguardando julgamento no STF. Em 2010, algumas empresas do Polo de Camaçari firmaram acordo com o Sindiquímica e noticiaram o fato na ação coletiva em trâmite no STF. Em outubro de 2015, o Sindiquímica ajuizou ações de cumprimento em face de todas as empresas que não celebraram acordo, entre elas a Oxiteno Nordeste e a EMCA. As decisões de 1ª instância foram favoráveis às empresas, e estão aguardando julgamento do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região. Além das ações coletivas, ações individuais contendo o mesmo objeto têm sido ajuizadas.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Operação de lubrificantes entre IPP e Chevron

No processo da transação da operação de lubrificantes no Brasil entre a Chevron e a controlada IPP (vide nota explicativa nº 3.c), ficou acordado que cada acionista fica responsável por quaisquer demandas decorrentes de atos, fatos ou omissões antes da transação. As provisões de responsabilidade do acionista Chevron no montante de R\$ 3.662 (R\$ 3.609 em 31 de dezembro de 2018) estão refletidas na consolidação dessas informações trimestrais. Adicionalmente, em conexão com a combinação de negócios, uma provisão no montante de R\$ 198.900 foi reconhecida em 1 de dezembro de 2017 relacionados aos passivos contingentes, com saldo de R\$ 191.110 em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018. Os montantes de provisões e passivos contingentes reconhecidos na combinação de negócios e de responsabilidade da acionista Chevron serão ressarcidos à controlada Iconic em caso de perdas, sendo constituído dessa forma um ativo de indenização no mesmo montante sem necessidade de constituir provisão para valores incobráveis.

d. Ativos contingentes

d.1 Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS

Todas as controladas, cuja tese jurídica de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS é aplicável, possuem ações visando a obtenção desse direito. Para as controladas Oxiteno S.A. e Extrafarma há ação transitada em julgado e os respectivos subsídios de comprovação dos valores a restituir foram devidamente confirmados pela administração. Os valores a recuperar das demais controladas serão reconhecidos na medida em que houver, concomitantemente, o trânsito em julgado da ação individual e a confirmação dos subsídios comprobatórios pela administração.

23 Contas a pagar - indenização a clientes e terceiros

Em abril de 2015 ocorreu um incêndio nas instalações operadas pela Ultracargo em Santos, que atingiu seis tanques, representativos de 4% da capacidade total da controlada em 31 de dezembro de 2014. O acidente e seus impactos foram investigados pelas Polícias Civil e Federal, que concluíram não ser possível determinar a causa origem do acidente e tão pouco individualizar conduta ativa ou passiva relacionada à causa, não havendo imputação penal de qualquer indivíduo ou da controlada, por ambas as autoridades. Não obstante, o MPF ofereceu denúncia em face da controlada Tequimar, que foi citada e apresentou resposta à denúncia em 19 de junho de 2018.

Dos 150 mil m³ que estavam paralisados, em junho de 2017, foram obtidas as licenças necessárias para a volta da operação do equivalente a 67,5 mil m³. A tancagem remanescente permanece paralisada e em processo de recuperação para posterior licenciamento e início da operação.

O saldo remanescente de indenizações a clientes e terceiros em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é R\$ 3.501.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

24 Receita diferida (Consolidado)

As controladas da Sociedade têm reconhecidas as seguintes receitas diferidas:

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Taxa inicial de franquia <i>am/pm</i> e <i>Jet Oil</i> (a)	17.757	18.668
Programa de fidelidade Km de Vantagens (b)	25.393	18.465
Programa de fidelidade Clube Extrafarma (b)	<u>1.375</u>	<u>1.289</u>
	<u>44.525</u>	<u>38.422</u>
Circulante	33.495	26.572
Não circulante	11.030	11.850

a. Taxa inicial de franquia

A *am/pm* é a rede de lojas de conveniências dos postos Ipiranga, que em 31 de março de 2019 eram representadas por 2.492 lojas (2.493 lojas em 31 de dezembro de 2018). A *Jet Oil* é a rede especializada em troca de óleo e serviços automotivos dos postos Ipiranga, que em 31 de março de 2019 eram representadas por 1.772 lojas (1.772 lojas em 31 de dezembro de 2018).

b. Programas de fidelidade

A controlada IPP possui um programa de fidelidade chamado Km de Vantagens (www.kmdevantagens.com.br) que recompensa os clientes cadastrados com pontos quando estes compram produtos nos postos Ipiranga ou em seus parceiros. O cliente pode trocar os pontos, durante o período de um ano, por descontos em produtos e serviços oferecidos pela Ipiranga e pelos seus parceiros. Os pontos recebidos por clientes da Ipiranga e passíveis de utilização no parceiro Multiplus Fidelidade e por descontos no posto virtual da Ipiranga na internet (www.postoipiranganaweb.com.br) são reconhecidos como redutor da receita de vendas.

A controlada Extrafarma possui um programa de fidelidade chamado Clube Extrafarma (www.clubeextrafarma.com.br) que recompensa os clientes cadastrados com pontos obtidos na compra de produtos em sua rede de drogarias. O cliente pode trocar os pontos, durante o período de seis meses, por descontos em produtos na rede de drogarias, recarga de crédito em telefonia celular e prêmios oferecidos pelos parceiros Multiplus Fidelidade e Ipiranga, por meio do Km de Vantagens. Os pontos recebidos por clientes da Extrafarma são reconhecidos como redutor da receita de vendas.

A receita diferida é estimada com base no valor justo dos pontos emitidos, que leva em consideração o valor dos prêmios e a expectativa de resgate desses pontos.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

25 Bônus de subscrição – indenização

Em virtude da associação entre a Sociedade e a Extrafarma em 31 de janeiro de 2014, foram emitidos 7 bônus de subscrição – indenização, correspondentes a até 3.205.622 ações da Sociedade. Os bônus de subscrição - indenização poderão ser exercidos a partir de 2020 pelos ex-acionistas de Extrafarma e são ajustados conforme as variações dos montantes de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e passivos contingentes relativos ao período anterior a 31 de janeiro de 2014. Os bônus de subscrição – indenização foram valorizados conforme o preço das ações da Ultrapar (UGPA3) e reduzidos pelo *dividend yield* até 2020, uma vez que o seu exercício somente é possível a partir de 2020, não tendo até então direito a dividendos. Em 31 de março de 2019, os bônus de subscrição - indenização eram representados por 2.319.865 ações e totalizavam R\$ 106.025 (2.412.119 ações que totalizavam R\$ 123.095 em 31 de dezembro de 2018). Devido à decisão desfavorável definitiva de alguns desses processos, em 31 de março de 2019 o número máximo de ações que poderão ser emitidas no futuro referentes aos bônus de subscrição - indenização é de até 2.983.822 (2.988.158 ações em 31 de dezembro de 2018).

26 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de março de 2019, o capital social subscrito e integralizado estava representado por 556.405.096 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo vedadas as emissões de ações preferenciais e de partes beneficiárias. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

O preço das ações de emissão da Sociedade na B3 em 31 de março de 2019 era de R\$ 47,00 (R\$ 53,20 em 31 de dezembro de 2018).

Em 31 de março de 2019, a Sociedade estava autorizada a aumentar o capital social até o limite de 800.000.000 ações ordinárias, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do CA.

Em 31 de março de 2019, estavam em circulação no exterior 24.096.083 ações ordinárias na forma de ADRs (27.862.987 ações em 31 de dezembro de 2018).

Para informações sobre o desdobramento de ações aprovado em 10 de abril de 2019, vide nota explicativa nº 36.a). Os números de ações apresentados na nota explicativa nº 26 estão sem os efeitos do desdobramento de ações.

b. Instrumento patrimonial outorgado

A Sociedade possui plano de incentivo baseado em ações, que estabelece os termos e condições gerais para a concessão de ações ordinárias de emissão da Sociedade mantidas em tesouraria (vide nota explicativa nº 8.c).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Ações em tesouraria

A Sociedade adquiriu ações de sua emissão a preços de mercado, sem redução do capital social, para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, nos termos das Instruções CVM 10, de 14 de fevereiro de 1980, e 268, de 13 de novembro de 1997.

Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 eram mantidas em tesouraria pela Sociedade, 13.390.149 ações ordinárias adquiridas ao custo médio de R\$ 36,25.

d. Reserva de capital

A reserva de capital reflete o ganho com a alienação de ações a preço de mercado para concessão de usufruto a executivos das controladas da Sociedade, conforme mencionado na nota explicativa nº 8.c.

Por conta da associação com a Extrafarma ocorrida em 2014, houve um aumento da reserva de capital no montante de R\$ 498.812, devido à diferença do valor atribuído ao capital social e o valor de mercado da ação da Ultrapar na data da emissão, deduzido de R\$ 2.260 de custos na emissão dessas ações.

e. Reserva de reavaliação

A reserva de reavaliação, constituída anteriormente à adoção das normas internacionais de contabilidade (CPC/IFRS) instituídas pela Lei 11.638/07, reflete a reavaliação de ativos de controladas e é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados das controladas, considerando-se, ainda, os efeitos tributários constituídos por essas controladas.

f. Reservas de lucros

f.1 Reserva legal

Conforme a Lei das Sociedades por Ações, a Sociedade destina 5% do seu lucro líquido anual para reserva legal, até esta atingir 20% do valor do capital social. Essa reserva pode ser usada para aumento de capital ou para absorção de prejuízos, porém não pode ser usada para distribuição de dividendos.

f.2 Reserva estatutária para investimentos

Constituída em conformidade com o artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações e o artigo 55.c) do Estatuto Social com a finalidade de preservar a integridade do patrimônio social e reforçar o capital da Sociedade, permitindo a realização de novos investimentos. Como previsto no estatuto, a Sociedade pode alocar até 45% do lucro líquido anual à reserva estatutária para investimentos, até esta atingir o limite de 100% do capital social.

A reserva estatutária para investimentos é livre para distribuição aos acionistas e totalizava R\$ 3.412.427 em 31 de março de 2019 e em 31 de dezembro de 2018.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

g. Ajustes de avaliação patrimonial e ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira

g.1 Ajustes de avaliação patrimonial

- (i) Os ganhos e perdas atuariais referentes a benefícios pós-emprego, apurados em avaliação conduzida por atuário independente, são reconhecidos no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido não serão reclassificados subsequentemente para o resultado.
- (ii) Os ganhos e perdas com os instrumentos de proteção de taxa de câmbio referentes a compromissos firmes e transações futuras altamente prováveis designados como *hedge* de fluxo de caixa, são reconhecidos no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados como custo inicial do ativo não financeiro.
- (iii) As diferenças entre o valor justo das aplicações financeiras mensuradas a valor justo através de outros resultados abrangentes e o valor inicial da aplicação acrescido dos rendimentos auferidos e das variações cambiais são reconhecidas no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado caso ocorra a liquidação da aplicação financeira.
- (iv) A Sociedade também reconhece nesta rubrica o efeito das mudanças na participação de não controladores em controladas que não resultam na perda de controle. Esse valor correspondente à diferença entre o montante pelo qual a participação dos não controladores tenha sido ajustada e o valor justo da contraprestação recebida ou paga e representa uma transação com acionistas.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A composição e movimentação dos ajustes de avaliação patrimonial da Controladora são demonstradas conforme a seguir:

	<u>Valor justo dos instrumentos de hedge de fluxo de caixa</u>	<u>Valor justo de aplicações financeiras</u>	<u>Ganhos/ (perdas) atuariais de benefícios pós-emprego</u>	<u>Mudança de participação de não controladores</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2018	(243.336)	(273)	(17.749)	197.369	(63.989)
Variação de valor justo dos instrumentos financeiros	(10.439)	73	-	-	(10.366)
IRPJ e CSLL sobre valor justo	4.492	-	-	-	4.492
Ganhos atuariais em benefícios pós-emprego	-	-	238	-	238
Em 31 de março de 2019	<u>(249.283)</u>	<u>(200)</u>	<u>(17.511)</u>	<u>197.369</u>	<u>(69.625)</u>

	<u>Valor justo dos instrumentos de hedge de fluxo de caixa</u>	<u>Valor justo de aplicações financeiras</u>	<u>Ganhos/ (perdas) atuariais de benefícios pós-emprego</u>	<u>Mudança de participação de não controladores</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2017	(27.364)	-	(15.181)	202.188	159.643
Efeito retrospectivo da combinação de negócios da Chevron ⁽¹⁾	-	-	-	(4.819)	(4.819)
Em 31 de dezembro de 2017 - reapresentado	<u>(27.364)</u>	<u>-</u>	<u>(15.181)</u>	<u>197.369</u>	<u>154.824</u>
Variação de valor justo dos instrumentos financeiros	(8.011)	(6.232)	-	-	(14.243)
IRPJ e CSLL sobre valor justo	2.957	-	-	-	2.957
Perdas atuariais em benefícios pós-emprego	-	-	(299)	-	(299)
Em 31 de março de 2018 - reapresentado	<u>(32.418)</u>	<u>(6.232)</u>	<u>(15.480)</u>	<u>197.369</u>	<u>143.239</u>

⁽¹⁾ Para maiores detalhes da combinação de negócios da Chevron, vide nota explicativa nº 3.c das demonstrações financeiras arquivadas na CVM em 20 de fevereiro de 2019.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

g.2 Ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira

A variação de taxas de câmbio sobre os ativos, passivos e resultados de controladas no exterior com moeda funcional diferente da moeda funcional da Sociedade e administração própria (vide nota explicativa nº 2.s.1) e a variação de taxas de câmbio sobre notas no mercado externo (vide nota explicativa nº 34.h.3) é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. Esse efeito acumulado é revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.

A composição e movimentação dos ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira da Controladora são demonstradas conforme a seguir:

	<u>31/03/2019</u>
Em 31 de dezembro de 2018	65.857
Conversão de moeda estrangeira de controladas no exterior, líquido de IRPJ e CSLL	4.543
Em 31 de março de 2019	<u>70.400</u>
	<u>31/03/2018</u>
Em 31 de dezembro de 2017	53.061
Conversão de moeda estrangeira de controladas no exterior, líquido de IRPJ e CSLL	<u>(19.396)</u>
Em 31 de março de 2018	<u>33.665</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

h. Dividendos e destinação do resultado do exercício

Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, um dividendo mínimo anual de 50% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos e juros sobre o capital próprio propostos acima da obrigação estatutária são reconhecidos no patrimônio líquido até sua aprovação em assembleia de acionistas. Os dividendos propostos a pagar em 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$ 380.324 (R\$ 0,70 – setenta centavos de Real por ação), foram aprovados pelo CA em 20 de fevereiro de 2019, e pagos a partir de 13 de março de 2019.

A movimentação dos dividendos a pagar está demonstrada abaixo:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	282.334	284.024
Provisões	109.355	111.063
Pagamentos	<u>(378.445)</u>	<u>(380.587)</u>
Saldo em 31 de março de 2019	<u>13.244</u>	<u>14.500</u>

27 Receita líquida de vendas e serviços (Consolidado)

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2018</u>
Receita de vendas bruta	21.940.145	21.440.614
Receita de serviços prestados bruta	193.659	179.250
Impostos sobre vendas	(905.726)	(550.072)
Devoluções e abatimentos	(399.872)	(214.094)
Amortização dos ativos de contrato (vide nota explicativa nº 11)	(83.608)	(104.513)
Receita diferida (vide nota explicativa nº 24)	<u>(5.345)</u>	<u>(63)</u>
Receita líquida de vendas e serviços	<u>20.739.253</u>	<u>20.751.122</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

28 Despesas por natureza (Consolidado)

A Sociedade apresenta a demonstração do resultado consolidado por função e apresenta a seguir o detalhamento por natureza:

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2018</u>
Matérias-primas e materiais de uso e consumo	18.933.386	18.882.407
Gastos com pessoal	594.845	604.400
Fretes e armazenagens	279.551	287.540
Depreciação e amortização	210.644	194.243
Amortização de ativos de direito de uso	78.149	-
Propaganda e marketing	53.393	45.156
Serviços prestados por terceiros	71.133	87.888
Outras despesas	135.919	172.206
Total	<u>20.357.020</u>	<u>20.273.840</u>
Classificado como:		
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	19.294.673	19.229.825
Despesas com vendas e comerciais	678.502	671.447
Despesas gerais e administrativas	383.845	372.568
Total	<u>20.357.020</u>	<u>20.273.840</u>

29 Resultado na venda de bens (Consolidado)

O resultado na venda de bens é apurado pela diferença entre o valor da venda e o valor residual contábil do investimento, imobilizado ou intangível. O resultado foi uma perda de R\$ 2.082 no período de três meses findo em 31 de março de 2019 (perda de R\$ 2.230 no período de três meses findo em 31 de março de 2018) representado principalmente pelo resultado da venda de ativo imobilizado.

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***30 Outros resultados operacionais, líquidos (Consolidado)**

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2018</u>
Parceria comercial ⁽¹⁾	13.738	5.108
Merchandising ⁽²⁾	5.306	5.885
Programa de fidelidade ⁽³⁾	88	11.010
Sinistro Ultracargo – incêndio em Santos ⁽⁴⁾	-	(724)
Multa por aquisição de empresa não efetivada ⁽⁵⁾	-	(286.160)
Créditos extraordinários de PIS e COFINS - exclusão do ICMS na base de cálculo ⁽⁶⁾	8.841	-
Outros	<u>8.740</u>	<u>2.158</u>
Outros resultados operacionais, líquidos	<u><u>36.713</u></u>	<u><u>(262.723)</u></u>

⁽¹⁾ Refere-se a contratos com prestadores de serviços e fornecedores que estabelecem acordos comerciais para as lojas de conveniência e postos de combustíveis.

⁽²⁾ Refere-se a contratos com fornecedores de produtos das lojas de conveniência, onde são estabelecidos, dentre outros acordos, campanhas promocionais.

⁽³⁾ Refere-se a venda de km de vantagens para parceiros do programa de fidelidade, sendo a receita reconhecida no momento em que os parceiros concedem os pontos aos seus clientes.

⁽⁴⁾ Para maiores informações sobre o sinistro da Ultracargo vide notas explicativas nº 22.b.2.4 e 23.

⁽⁵⁾ Refere-se a multa contratual paga em 2018 pela controlada Cia. Ultragas, em benefício da Petrobras, pela não consumação da transação de compra da Liquigás Distribuidora S.A. (“Liquigás”) rejeitada pelo Tribunal do CADE.

⁽⁶⁾ Refere-se aos créditos da Extrafarma (vide nota explicativa nº 7.a.2).

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***31 Resultado financeiro**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
Receitas financeiras:				
Juros sobre aplicações financeiras	24.593	19.613	90.060	79.879
Juros de clientes	-	-	34.461	31.343
Atualização dos bônus de subscrição (vide nota explicativa nº 25)	16.574	-	16.574	-
Outras receitas	-	-	3.054	1.222
	<u>41.167</u>	<u>19.613</u>	<u>144.149</u>	<u>112.444</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre financiamentos	-	-	(106.327)	(118.803)
Juros sobre debêntures	(28.078)	(18.806)	(113.090)	(104.118)
Juros sobre operações de arrendamento mercantil	-	-	(21.122)	(655)
Encargos bancários, impostos sobre operações financeiras e outros impostos	(1.067)	(551)	(19.085)	(23.795)
Variações cambiais, líquidas de resultado de instrumentos de proteção	-	-	101.205	27.897
Atualização dos bônus de subscrição (vide nota explicativa nº 25)	-	(1.156)	-	(1.156)
Atualizações de provisões, líquidas, e outras despesas	-	-	15.098	1.221
	<u>(29.145)</u>	<u>(20.513)</u>	<u>(143.321)</u>	<u>(219.409)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>12.022</u>	<u>(900)</u>	<u>828</u>	<u>(106.965)</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

32 Lucro por ação (Controladora e Consolidado)

A tabela a seguir apresenta a conciliação dos numeradores e denominadores utilizados no cálculo do lucro por ação. A Sociedade possui plano de remuneração em ações e bônus de subscrição, conforme mencionados nas notas explicativas nº 8.c e 25, respectivamente.

Lucro básico por ação	31/03/2019	31/03/2018
Lucro líquido da Sociedade	233.661	73.855
Média ponderada das ações em circulação (em milhares)	1.058.012	1.083.762
Lucro básico por ação - R\$	0,2208	0,0681
Lucro diluído por ação		
Lucro líquido da Sociedade	233.661	73.855
Média ponderada das ações em circulação (em milhares), incluindo os efeitos de diluição	1.065.048	1.091.490
Lucro diluído por ação - R\$	0,2194	0,0677
Média ponderada das ações (em milhares)		
Média ponderada da quantidade de ações para o lucro básico por ação	1.058.012	1.083.762
Efeito da diluição		
Bônus de subscrição	4.782	5.028
Plano de ações	2.254	2.700
Média ponderada da quantidade de ações para o lucro diluído por ação	<u>1.065.048</u>	<u>1.091.490</u>

As informações do lucro por ação foram ajustadas retrospectivamente conforme desdobramento de ações divulgado na nota explicativa nº 36.a.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

33 Informações por segmento

A Sociedade possui cinco segmentos de negócios relevantes: distribuição de gás, distribuição de combustíveis, químico, armazenagem e drogarias. O segmento de distribuição de gás (Ultragaz) distribui GLP a consumidores residenciais, comerciais e industriais, principalmente nas Regiões Sul, Sudeste e Nordeste do País. O segmento de distribuição de combustíveis (Ipiranga) opera na distribuição e venda de gasolina, etanol, diesel, óleo combustível, querosene, gás natural para veículos, lubrificantes e atividades relacionadas, em todo território nacional. O segmento químico (Oxiten) produz óxido de eteno e seus principais derivados e álcoois graxos, que são matérias-primas para os segmentos de cosméticos e detergentes, agroquímicos, e de tintas e vernizes, entre outros. O segmento de armazenagem (Ultracargo) opera terminais para grãos líquidos, principalmente nas Regiões Sudeste e Nordeste do País. O segmento de drogarias (Extrafarma) comercializa medicamentos e produtos de higiene pessoal, beleza e cosméticos, no varejo e no atacado, principalmente por meio de rede própria de drogarias estabelecidas nas Regiões Norte, Nordeste e Sudeste do País. Os segmentos apresentados nas informações trimestrais são unidades de negócio estratégicas que oferecem produtos e serviços distintos. As vendas entre segmentos são feitas a preços semelhantes àqueles que poderiam ser praticados com terceiros.

a. Informações financeiras relativas aos segmentos

As principais informações financeiras sobre cada um dos segmentos da Sociedade podem ser assim demonstradas:

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2018</u>
Receita líquida de vendas e serviços:		
Ultragaz	1.640.223	1.625.848
Ipiranga	17.427.989	17.516.292
Oxiten	1.055.690	999.294
Ultracargo	126.524	115.984
Extrafarma	516.330	511.554
	<u>20.766.756</u>	<u>20.768.972</u>
Outros ⁽¹⁾	8.487	12.002
Vendas entre segmentos	<u>(35.990)</u>	<u>(29.852)</u>
Total	<u>20.739.253</u>	<u>20.751.122</u>
Vendas entre segmentos:		
Ultragaz	809	438
Ipiranga	289	198
Oxiten	6.076	-
Ultracargo	20.352	17.237
Extrafarma	-	-
	<u>27.526</u>	<u>17.873</u>
Outros ⁽¹⁾	8.464	11.979
Total	<u>35.990</u>	<u>29.852</u>

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2018</u>
Receita líquida de vendas e serviços, excluindo vendas entre segmentos:		
Ultragas	1.639.414	1.625.410
Ipiranga	17.427.700	17.516.094
Oxiten	1.049.614	999.294
Ultracargo	106.172	98.747
Extrafarma	516.330	511.554
	<u>20.739.230</u>	<u>20.751.099</u>
Outros ⁽¹⁾	23	23
Total	<u>20.739.253</u>	<u>20.751.122</u>
Lucro (prejuízo) operacional:		
Ultragas	50.856	(223.452)
Ipiranga	394.900	413.919
Oxiten	(14.774)	10.111
Ultracargo	38.042	27.844
Extrafarma	(38.045)	(17.209)
Corporativo ⁽²⁾	(15.494)	-
	<u>415.485</u>	<u>211.213</u>
Outros ⁽¹⁾	1.379	1.116
Total	<u>416.864</u>	<u>212.329</u>
Equivalência patrimonial de empreendimentos controlados em conjunto e coligadas:		
Ultragas	17	30
Ipiranga	(6.776)	(4.462)
Oxiten	1	291
Ultracargo	474	634
	<u>(6.284)</u>	<u>(3.507)</u>
Outros ⁽¹⁾	(686)	526
Total	<u>(6.970)</u>	<u>(2.981)</u>
Lucro antes do resultado financeiro, do imposto de renda e da contribuição social	409.894	209.348
Resultado financeiro, líquido	828	(106.965)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>410.722</u>	<u>102.383</u>

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2018</u>
Adições ao imobilizado e intangível (excluindo transações entre segmentos):		
Ultragaz	35.253	65.874
Ipiranga	66.302	115.280
Oxiten	61.732	138.040
Ultracargo	38.663	22.796
Extrafarma	15.911	16.139
	<u>217.861</u>	<u>358.129</u>
Outros ⁽¹⁾	2.402	1.955
Total de adições ao imobilizado e intangível (vide notas explicativas nº 14 e 15)	220.263	360.084
Provisão para retirada de tanques (vide nota explicativa nº 21)	(133)	(104)
Juros capitalizados	(6.025)	(4.618)
Total de investimentos em imobilizado e intangível (fluxo de caixa)	<u>214.105</u>	<u>355.362</u>
Pagamento de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade (vide nota explicativa nº 11):		
Ipiranga	<u>64.056</u>	<u>95.866</u>
Depreciação e amortização no resultado:		
Ultragaz	49.335	53.410
Ipiranga	73.224	66.713
Oxiten	51.176	40.803
Ultracargo	14.273	12.510
Extrafarma	18.837	17.017
	<u>206.845</u>	<u>190.453</u>
Outros ⁽¹⁾	3.799	3.790
Total	<u>210.644</u>	<u>194.243</u>
Amortização de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade (vide nota explicativa nº 11):		
Ipiranga	<u>83.608</u>	<u>104.513</u>
Amortização de ativos de direito de uso:		
Ultragaz	7.985	-
Ipiranga	41.762	-
Oxiten	2.154	-
Ultracargo	6.446	-
Extrafarma	19.802	-
	<u>78.149</u>	<u>-</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Ativos totais (excluindo transações entre segmentos):		
Ultragaz	2.870.143	2.719.425
Ipiranga	15.997.811	15.381.887
Oxiteno	7.121.813	7.452.331
Ultracargo	1.559.051	1.478.697
Extrafarma	<u>2.627.653</u>	<u>2.107.901</u>
	30.176.471	29.140.241
Outros ⁽¹⁾	<u>1.010.394</u>	<u>1.359.154</u>
Total	<u>31.186.865</u>	<u>30.499.395</u>

⁽¹⁾ A linha “Outros” é formada pela controladora Ultrapar (incluindo ágio de certas aquisições) e pelas controladas Serma - Associação dos Usuários de Equipamentos de Processamento de Dados e Serviços Correlatos (“Serma”) e Imaven Imóveis Ltda.

⁽²⁾ Despesas referentes à estrutura de holding da Ultrapar, incluindo, a Presidência, os CA e CF, os comitês de assessoria ao CA e as diretorias de Capital Humano e Auditoria e *Compliance*.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Informações relativas à área geográfica

Os ativos imobilizados e intangíveis da Sociedade e suas controladas estão localizados no Brasil, exceto aqueles referentes às plantas da Oxiteno no exterior, conforme demonstrado abaixo:

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Estados Unidos	876.593	857.049
México	122.269	124.037
Uruguai	71.913	72.345
Venezuela	5.699	2.427
	<u>1.076.474</u>	<u>1.055.858</u>

As controladas geram receitas em suas operações no Brasil, nos Estados Unidos, no México, no Uruguai e na Venezuela, bem como através da exportação de produtos a clientes estrangeiros, conforme demonstrado abaixo:

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2018</u>
Receita líquida de vendas e serviços:		
Brasil	20.373.842	20.405.131
México	57.875	44.456
Uruguai	12.650	9.586
Venezuela	603	7.472
Outros países da América Latina	109.431	93.135
Estados Unidos e Canadá	112.283	117.986
Extremo Oriente	22.910	20.518
Europa	29.815	38.467
Outros	19.844	14.371
	<u>20.739.253</u>	<u>20.751.122</u>
Total	<u>20.739.253</u>	<u>20.751.122</u>

As vendas para o mercado externo são realizadas substancialmente pelo segmento Oxiteno.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

34 Riscos e instrumentos financeiros (Consolidado)

a. Gestão de riscos e instrumentos financeiros - Governança

Os principais fatores de risco a que a Sociedade e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica e mudanças relevantes na estrutura da indústria) são endereçados pelo modelo de gestão da Sociedade. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Sociedade e suas controladas utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

A Sociedade possui uma política de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros aprovada pelo seu CA (“Política”). De acordo com a Política, a administração financeira tem como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados na Política são riscos de moedas, juros, crédito e seleção de instrumentos financeiros. A governança da gestão dos riscos e instrumentos financeiros segue a segregação de responsabilidades abaixo:

- A execução da gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros é feita pela diretoria financeira, através da tesouraria, com acompanhamento das áreas fiscal e contábil.
- A supervisão e monitoramento do cumprimento dos princípios, diretrizes e parâmetros da Política é de responsabilidade do Comitê de Riscos e Aplicações Financeiras, composto por membros da Diretoria Executiva da Sociedade (“Comitê”). O Comitê se reúne regularmente e tem como atribuições, entre outras, a discussão e acompanhamento das estratégias financeiras, das exposições existentes e das operações relevantes que envolvam aplicação, captação de recursos ou mitigação de riscos. O Comitê monitora mensalmente os parâmetros de risco estabelecidos pela Política através de um mapa de acompanhamento.
- As alterações da Política ou revisões dos seus parâmetros são sujeitas à aprovação do CA da Sociedade.
- O contínuo aprimoramento da Política é responsabilidade conjunta do CA, do Comitê e da diretoria financeira.
- A auditoria interna audita o cumprimento dos parâmetros da Política.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Risco de moedas

A maior parte das operações da Sociedade, através das suas controladas, se localiza no Brasil e, portanto, a moeda de referência para a gestão do risco de moedas é o Real. A gestão do risco de moedas é guiada pela neutralidade de exposições cambiais e considera os riscos transacional, contábil e operacional da Sociedade e suas controladas às mudanças nas taxas de câmbio. A Sociedade considera como suas principais exposições cambiais os ativos e passivos em moeda estrangeira e o fluxo de curto prazo das vendas líquidas em moeda estrangeira da Oxiteno.

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos de proteção cambial (principalmente entre o Real e o dólar norte-americano) disponíveis no mercado financeiro para proteger seus ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira e investimentos líquidos em entidades no exterior, com o objetivo de reduzir os efeitos da variação cambial em seus resultados e fluxo de caixa em Reais, dentro dos limites de exposição de sua Política. Tais instrumentos de proteção cambial possuem montantes, prazos e índices substancialmente equivalentes aos dos ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira aos quais se encontram vinculados.

Estão demonstrados a seguir os ativos e passivos em moeda estrangeira, convertidos para Reais:

b.1 Ativos e passivos em moeda estrangeira

em milhões de Reais	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Ativos em moeda estrangeira		
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras em moeda estrangeira (exceto instrumentos de proteção)	274,4	254,2
Contas a receber de clientes no exterior, líquidas de provisão para perda e de adiantamentos de clientes no exterior	250,9	235,1
Outros ativos líquidos no exterior (exceto caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, financiamentos e contas a pagar)	<u>1.364,2</u>	<u>1.384,9</u>
	<u>1.889,5</u>	<u>1.874,2</u>
Passivos em moeda estrangeira		
Financiamentos em moeda estrangeira bruto de custo de transação e deságio	(5.598,2)	(5.515,6)
Contas a pagar decorrentes de importações, líquidas de adiantamentos a fornecedores estrangeiros	<u>(363,3)</u>	<u>(567,7)</u>
	<u>(5.961,5)</u>	<u>(6.083,3)</u>
Saldo (bruto) da ponta em moeda estrangeira de instrumentos de proteção cambial	<u>2.472,8</u>	<u>2.483,0</u>
Posição líquida passiva – total	<u>(1.599,2)</u>	<u>(1.726,1)</u>
Posição líquida ativa (passiva) – efeito no resultado	370,8	282,7
Posição líquida passiva – efeito no patrimônio líquido	(1.970,0)	(2.008,8)

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b.2 Análise de sensibilidade dos ativos e passivos em moeda estrangeira

Para os cenários I, II e III são aplicadas as variações de 10%, 25% e 50%, respectivamente, sobre a posição líquida da Sociedade exposta ao risco cambial, simulando os efeitos de apreciação e depreciação do Real no resultado e no patrimônio líquido.

A tabela abaixo demonstra, em três cenários, os efeitos da variação do câmbio sobre a posição líquida passiva de R\$ 1.599,2 milhões em moeda estrangeira em 31 de março de 2019:

em milhões de Reais	<u>Risco</u>	<u>Cenário I</u> Provável	<u>Cenário II</u> 25%	<u>Cenário III</u> 50%
(1) Efeito no resultado	Depreciação do Real	37,1	92,7	185,4
(2) Efeito no patrimônio líquido		(197,0)	(492,5)	(985,0)
(1) + (2)	Efeito	<u>(159,9)</u>	<u>(399,8)</u>	<u>(799,6)</u>
(3) Efeito no resultado	Apreciação do Real	(37,1)	(92,7)	(185,4)
(4) Efeito no patrimônio líquido		197,0	492,5	985,0
(3) + (4)	Efeito	<u>159,9</u>	<u>399,8</u>	<u>799,6</u>

A tabela abaixo demonstra, em três cenários, os efeitos da variação do câmbio sobre a posição líquida passiva de R\$ 1.726,1 milhões em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2018:

em milhões de Reais	<u>Risco</u>	<u>Cenário I</u> Provável	<u>Cenário II</u> 25%	<u>Cenário III</u> 50%
(1) Efeito no resultado	Depreciação do Real	28,3	70,7	141,4
(2) Efeito no patrimônio líquido		(200,9)	(502,2)	(1.004,4)
(1) + (2)	Efeito	<u>(172,6)</u>	<u>(431,5)</u>	<u>(863,0)</u>
(3) Efeito no resultado	Apreciação do Real	(28,3)	(70,7)	(141,4)
(4) Efeito no patrimônio líquido		200,9	502,2	1.004,4
(3) + (4)	Efeito	<u>172,6</u>	<u>431,5</u>	<u>863,0</u>

O efeito no patrimônio líquido refere-se aos ajustes acumulados de conversão das variações cambiais sobre o patrimônio líquido das controladas sediadas no exterior (vide notas explicativas nº 2.s.1 e 26.g.2), *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior, *hedge* de fluxo de caixa de compromissos firmes e *hedge* de transações altamente prováveis (vide nota explicativa nº 2.c e h. Contabilidade de proteção abaixo).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Risco de juros

A Sociedade e suas controladas adotam políticas de captação e aplicação de recursos financeiros e de minimização do custo de capital. As aplicações financeiras da Sociedade e de suas controladas são mantidas principalmente em operações vinculadas ao CDI, conforme divulgado na nota explicativa nº 4. As captações são principalmente oriundas de financiamentos do Banco do Brasil, debêntures e captações em moeda estrangeira, conforme divulgado na nota explicativa nº 16.

A Sociedade procura manter seus ativos e passivos financeiros de juros em taxas flutuantes.

c.1 Ativos e passivos financeiros expostos a juros flutuantes

Os ativos e passivos financeiros expostos a taxas de juros pós-fixadas estão demonstrados a seguir:

em milhões de Reais	Nota explicativa	31/03/2019	31/12/2018
CDI			
Equivalentes de caixa	4.a	3.233,6	3.722,3
Aplicações financeiras	4.b	2.399,3	2.537,3
Saldo (bruto) da ponta ativa dos instrumentos de proteção cambial - CDI	34.g	32,8	33,9
Financiamentos e debêntures	16.a	(8.385,1)	(8.440,9)
Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de proteção cambial - CDI	34.g	(2.071,2)	(2.205,5)
Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de taxa de juros pré-fixada + IPCA - CDI	34.g	(835,5)	(823,5)
Posição líquida passiva em CDI		<u>(5.626,1)</u>	<u>(5.176,4)</u>
TJLP			
Empréstimos e financiamentos - TJLP	16.a	(176,2)	(201,2)
Posição líquida passiva em TJLP		<u>(176,2)</u>	<u>(201,2)</u>
LIBOR			
Saldo (bruto) da ponta ativa dos instrumentos de proteção cambial - LIBOR	34.g	835,3	811,6
Empréstimos e financiamentos - LIBOR	16.a	(1.447,7)	(1.437,1)
Posição líquida passiva em LIBOR		<u>(612,4)</u>	<u>(625,5)</u>
TIE			
Empréstimos e financiamentos – TIE	16.a	(18,2)	(4,0)
Posição líquida passiva em TIE		<u>(18,2)</u>	<u>(4,0)</u>
SELIC			
Empréstimos e financiamentos – SELIC	16.a	(46,5)	(51,5)
Posição líquida passiva em SELIC		<u>(46,5)</u>	<u>(51,5)</u>
Posição líquida passiva total exposta a juros pós-fixados		<u>(6.479,4)</u>	<u>(6.058,6)</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c.2 Análise de sensibilidade dos riscos de juros flutuantes

Para análise de sensibilidade dos riscos de juros flutuantes a Sociedade utilizou como cenário base o valor acumulado dos índices de referência (CDI, TJLP, LIBOR, TIE e SELIC). Os cenários I, II e III foram estimados com uma variação de 10%, 25% e 50%, respectivamente, nas taxas de juros flutuantes do cenário base.

As tabelas abaixo demonstram a despesa e a receita incremental que teria sido reconhecida no resultado financeiro, devido aos efeitos da variação das taxas de juros flutuantes nos diferentes cenários:

Em milhões de Reais	<u>Risco</u>	<u>31/03/2019</u>		
		<u>Cenário I</u> <u>Provável</u>	<u>Cenário II</u> <u>25%</u>	<u>Cenário III</u> <u>50%</u>
<u>Exposição a juros flutuantes</u>				
Efeito nos juros dos equivalentes de caixa e das aplicações financeiras	Elevação CDI	9,0	22,5	45,0
Efeito no resultado das pontas ativas em CDI dos instrumentos de proteção cambial	Elevação CDI	-	-	0,1
Efeito nos juros da dívida em CDI	Elevação CDI	(13,2)	(32,9)	(65,8)
Efeito no resultado das pontas passivas em CDI dos instrumentos de proteção a dívidas	Elevação CDI	(7,3)	(17,7)	(35,1)
Despesa incremental		<u>(11,5)</u>	<u>(28,1)</u>	<u>(55,8)</u>
Efeito nos juros da dívida em TJLP	Elevação TJLP	(0,3)	(0,8)	(1,7)
Despesa incremental		<u>(0,3)</u>	<u>(0,8)</u>	<u>(1,7)</u>
Efeito no resultado das pontas ativas em LIBOR dos instrumentos de proteção cambial	Elevação LIBOR	0,5	1,3	2,7
Efeito nos juros da dívida em LIBOR	Elevação LIBOR	(1,0)	(2,4)	(4,8)
Despesa incremental		<u>(0,5)</u>	<u>(1,1)</u>	<u>(2,1)</u>
Efeito nos juros da dívida em TIE	Elevação TIE	(0,01)	(0,03)	(0,06)
Despesa incremental		<u>(0,01)</u>	<u>(0,03)</u>	<u>(0,06)</u>
Efeito nos juros da dívida em SELIC	Elevação SELIC	(0,3)	(0,8)	(1,6)
Despesa incremental		<u>(0,3)</u>	<u>(0,8)</u>	<u>(1,6)</u>

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

Em milhões de Reais	Risco	31/12/2018		
		Cenário I Provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
<u>Exposição a juros flutuantes</u>				
Efeito nos juros dos equivalentes de caixa e das aplicações financeiras	Elevação CDI	32,7	81,7	163,3
Efeito no resultado das pontas ativas em CDI dos instrumentos de proteção cambial	Elevação CDI	0,1	0,2	0,5
Efeito nos juros da dívida em CDI	Elevação CDI	(55,0)	(137,4)	(274,9)
Efeito no resultado das pontas passivas em CDI dos instrumentos de proteção a dívidas	Elevação CDI	(33,7)	(73,4)	(139,6)
Despesa incremental		<u>(55,9)</u>	<u>(128,9)</u>	<u>(250,7)</u>
Efeito nos juros da dívida em TJLP	Elevação TJLP	(1,7)	(4,2)	(8,3)
Despesa incremental		<u>(1,7)</u>	<u>(4,2)</u>	<u>(8,3)</u>
Efeito no resultado das pontas ativas em LIBOR dos instrumentos de proteção cambial	Elevação LIBOR	2,8	6,9	13,9
Efeito nos juros da dívida em LIBOR	Elevação LIBOR	(3,6)	(9,1)	(18,1)
Despesa incremental		<u>(0,8)</u>	<u>(2,2)</u>	<u>(4,2)</u>
Efeito nos juros da dívida em TIIE	Elevação TIIE	(0,1)	(0,3)	(0,5)
Despesa incremental		<u>(0,1)</u>	<u>(0,3)</u>	<u>(0,5)</u>
Efeito nos juros da dívida em SELIC	Elevação SELIC	(0,4)	(1,0)	(2,0)
Despesa incremental		<u>(0,4)</u>	<u>(1,0)</u>	<u>(2,0)</u>

d. Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade e suas controladas a riscos de crédito da contraparte são representados, basicamente, pelas disponibilidades (caixa e bancos), aplicações financeiras, instrumentos de proteção (vide nota explicativa nº 4) e contas a receber (vide nota explicativa nº 5).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

d.1 Risco de crédito de instituições financeiras

Tal risco decorre da incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Sociedade ou suas controladas por insolvência. A Sociedade e suas controladas executam regularmente análise de crédito das instituições nas quais mantêm disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção através de diversas metodologias que avaliam liquidez, solvência, alavancagem, qualidade da carteira, etc. As disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são mantidos somente em instituições com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e solidez. O volume de disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são objeto de limites máximos por instituição, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

d.2 Risco de crédito de governos

A Política da Sociedade permite aplicação em títulos públicos federais de países classificados como grau de investimento AAA ou aaa por agências de risco especializadas (S&P, Moody's e Fitch) e em títulos do governo brasileiro. O volume de aplicações financeiras é objeto de limites máximos por país, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

O risco de crédito de saldo de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras está sumarizado abaixo:

Rating de crédito da contraparte	Valor justo	
	31/03/2019	31/12/2018
AAA	5.286.170	5.933.671
AA	789.737	707.358
A	294.517	262.553
BBB	121.554	90.824
Total	6.491.978	6.994.406

d.3 Risco de crédito de clientes

A política de crédito estabelece a análise do perfil de cada novo cliente, individualmente, quanto à sua condição financeira. A revisão efetuada pelas controladas da Sociedade inclui a avaliação de *ratings* externos, quando disponíveis, demonstrações financeiras, informações de agências de crédito, informações da indústria e, quando necessárias, referências bancárias. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e revisados periodicamente, em um prazo mais curto quanto maior o risco, dependendo de aprovação da área responsável em casos de vendas que excedam esses limites.

No monitoramento do risco de crédito, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito e a depender do negócio, o agrupamento leva em consideração, por exemplo, se são clientes pessoas físicas ou jurídicas, se são atacadistas, revendedores ou clientes finais, considerando também sua área geográfica.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

As estimativas de perda de crédito são calculadas com base nas taxas de probabilidade de perda por inadimplência. As taxas de perda são calculadas com base na probabilidade média de um valor a receber avançar por estágios sucessivos de inadimplemento até a baixa completa. A apuração da probabilidade de perda leva em consideração uma pontuação de risco de crédito para cada exposição, com base em dados considerados capazes de prever o risco de perda (classificações externas, demonstrações financeiras auditadas, projeções de fluxo de caixa, informações sobre os clientes disponíveis na imprensa, por exemplo), além da avaliação de crédito com base na experiência.

Tais riscos de crédito são administrados por cada unidade de negócio por meio de critérios específicos de aceitação de clientes e análise de crédito, além de serem mitigados pela diversificação de vendas. Nenhum cliente individual ou grupo representa mais de 10% da receita total.

As controladas da Sociedade mantiveram os seguintes saldos de provisões para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa de suas contas a receber:

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Ipiranga	457.002	442.486
Ultragaz	76.445	61.975
Oxiten	12.543	12.371
Extrafarma	6.241	5.858
Ultracargo	<u>2.067</u>	<u>2.089</u>
Total	<u><u>554.298</u></u>	<u><u>524.779</u></u>

Para maiores informações sobre a provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa vide notas explicativas nº 5.a e 5.b.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

e. Risco de liquidez

As principais fontes de liquidez da Sociedade e suas controladas derivam (i) do saldo de caixa e aplicações financeiras, (ii) do fluxo de caixa gerado por suas operações e (iii) de empréstimos. A Sociedade e suas controladas acreditam que essas fontes são adequadas para atender aos seus atuais usos de fundos, o que inclui, mas não se limita a capital de giro, capital de investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos.

A Sociedade e suas controladas examinam, de tempos em tempos, oportunidades de aquisições e investimentos. Consideram diferentes tipos de investimentos, tanto diretamente quanto através de “joint ventures”, ou empresas coligadas, e financiam esses investimentos com o caixa gerado pelas suas operações, com captação de dívida, com aporte de capital, ou pela combinação desses métodos.

A Sociedade e suas controladas acreditam possuir capital de giro e fontes de financiamentos suficientes para atender às suas necessidades atuais. O endividamento bruto a vencer nos próximos 12 meses, incluindo juros estimados sobre financiamento totaliza R\$ 2.824,4 milhões (para informações quantitativas, vide nota explicativa nº 16.a). Adicionalmente, o plano de investimentos para 2019 totaliza R\$ 1.762 milhões, tendo sido realizados até o primeiro trimestre R\$ 267,8 milhões. Em 31 de março de 2019, a Sociedade e suas controladas possuíam R\$ 6.237,4 milhões em caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo (para informações quantitativas, vide nota explicativa nº 4).

A tabela abaixo apresenta um resumo dos passivos financeiros em 31 de março de 2019 da Sociedade e suas controladas, por faixas de vencimento. Os valores divulgados nesta tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados, portanto esses valores podem ser diferentes dos saldos do balanço patrimonial.

Passivos financeiros	em milhões de Reais				
	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos
Financiamentos e juros estimados sobre financiamentos ⁽¹⁾⁽²⁾	19.165,9	2.824,4	4.229,5	7.534,8	4.577,2
Instrumentos de proteção ⁽³⁾	360,8	57,9	158,5	133,0	11,4
Fornecedores	2.083,4	2.083,4	-	-	-
Arrendamentos a pagar	2.044,9	308,7	920,1	532,8	283,3

⁽¹⁾ Para calcular os juros estimados sobre financiamentos utiliza-se algumas premissas macroeconômicas, incluindo, na média para o período: (i) CDI de 6,48% de 2019 a 2020, 7,38% de 2021 a 2022, 8,52% de 2023 a 2024 (ii) taxa de câmbio do Real frente ao dólar de R\$ 3,95 em 2019, R\$ 4,06 em 2020, R\$ 4,26 em 2021, R\$ 4,50 em 2022, R\$ 4,77 em 2023, R\$ 5,07 em 2024, R\$ 5,37 em 2025 e R\$ 5,69 em 2026 (iii) TJLP de 7,03% (iv) IGP-M de 5,23% em 2019, 4,00% em 2020, 3,78% em 2021, 3,75% de 2022 a 2033, e (v) IPCA de 4,06% de 2019 a 2025 (fonte: B3, Boletim Focus e instituições financeiras).

⁽²⁾ Inclui pagamentos de juros estimados sobre a dívida de curto e longo prazo até os respectivos pagamentos.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

⁽³⁾ Os instrumentos de proteção foram estimados com base nos contratos futuros de dólar norte-americano e nas curvas futuras dos contratos DI x Pré e Pré x IPCA, cotados na B3 em 29 de março de 2019, na curva futura de LIBOR (ICE – *IntercontinentalExchange*) e contratos das *commodities heating oil* e RBOB cotados na *New York Mercantile Exchange* (“NYMEX”) em 29 de março de 2019. Na tabela acima foram considerados apenas os instrumentos de proteção com resultado negativo projetado no instante da liquidação.

f. Gestão de capital

A Sociedade administra sua estrutura de capital com base em indicadores e *benchmarks*. Os indicadores-chave relacionados ao objetivo de gestão da estrutura de capital são o custo médio ponderado do capital, endividamento líquido / LAJIDA, índice de cobertura de juros e relação dívida / patrimônio líquido. O endividamento líquido é formado pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras (vide nota explicativa nº 4) e empréstimos e financiamentos, incluindo debêntures (vide nota explicativa nº 16). A Sociedade pode alterar sua estrutura de capital conforme as condições econômico-financeiras, visando otimizar sua alavancagem financeira e sua gestão de dívida. A Sociedade procura também melhorar o seu retorno sobre capital empregado através da implementação de uma gestão eficiente de capital de giro e de um programa seletivo de investimentos.

g. Seleção e utilização de instrumentos financeiros

Na seleção de aplicações financeiras e instrumentos de proteção são analisados os retornos estimados, riscos envolvidos, liquidez, metodologia de cálculo do valor contábil e do valor justo e documentação aplicável ao instrumento financeiro. Os instrumentos financeiros utilizados para a gestão dos recursos financeiros disponíveis da Sociedade e suas controladas visam preservar valor e liquidez.

A Política prevê a utilização de instrumentos financeiros derivativos somente para a cobertura de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Os riscos identificados na Política estão descritos nas seções acima nesta nota explicativa e, portanto, são objeto da gestão de risco. De acordo com a Política, a Sociedade e suas controladas podem utilizar contratos a termo, *swaps*, opções e contratos futuros para a gestão de riscos identificados. Instrumentos alavancados em derivativos não são permitidos. Como a utilização de instrumentos financeiros derivativos é limitada à cobertura de riscos identificados, a Sociedade e suas controladas utilizam a terminologia “instrumentos de proteção” quando se referem a instrumentos financeiros derivativos.

Conforme mencionado na seção a. Gestão de riscos e instrumentos financeiros – Governança desta nota explicativa, o Comitê monitora mensalmente a aderência aos parâmetros de risco estabelecidos pela Política, através de um mapa de acompanhamento de riscos, incluindo a utilização de instrumentos de proteção. Em adição, a auditoria interna audita o cumprimento dos parâmetros da Política.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A tabela abaixo sumariza a posição dos instrumentos de proteção contratados pela Sociedade e suas controladas:

Designados - Hedge Accounting

Produto	Objeto de proteção	Taxas Contratadas		Vencimento	Valor de referência (nocial) ¹		Valor justo	
		Ativo	Passivo		31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019 R\$ milhões	31/12/2018 R\$ milhões
Swap cambial	Dívida	USD + 4,33%	104,0% CDI	nov/2023	USD 245,0	USD 245,0	21,2	(10,3)
		USD + LIBOR-3M +						
Swap cambial	Dívida	1,1100%	105,0% CDI	jul/2023	USD 150,0	USD 150,0	63,0	45,6
Swap de Juros	Dívida	4,57% + IPCA	95,8% CDI	out/2024	R\$ 806,1	R\$ 806,1	55,5	35,6
	Margem		Call USD					
Opções (ZCC)	Operacional	Put USD 3,60	4,60	dez/2019	USD 112,1	USD 149,4	(0,4)	0,3
Non-deliverable forward (NDF)	Compromissos firmes	BRL	USD	abr/2019	USD 19,4	-	1,1	-
Termo de Mercadorias	Compromissos firmes	BRL	Heating Oil / RBOB	mai/2019	USD 95,6	-	0,4	-
							140,8	71,2

Não Designados - Hedge Accounting

Produto	Objeto de proteção	Taxas Contratadas		Vencimento	Valor de referência (nocial) ¹		Valor justo	
		Ativo	Passivo		31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019 R\$ milhões	31/12/2018 R\$ milhões
Swap cambial	Dívida	USD + 5,58%	72,7% CDI	out/2026	USD 753,0	USD 758,3	300,7	246,5
Swap cambial	Dívida	LIBOR-3M + 2,0% = 4,44%	105,9% CDI	jun/2020	USD 60,0	USD 60,0	44,6	38,0
Swap cambial	Compromissos firmes	USD + 0,00%	52,2% CDI	ago/2019	USD 65,9	USD 98,5	5,2	(8,6)
	Margem		USD +					
Swap cambial	Operacional	34,7% CDI	0,00%	jun/2019	USD 8,6	USD 8,9	(1,0)	0,1
							349,5	276,0

¹ Em milhões. Moeda conforme indicado.

Todas as operações acima foram devidamente registradas na CETIP S.A.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

h. Contabilidade de proteção (hedge accounting)

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos e não derivativos como parte de sua estratégia de contabilidade de proteção e verificam, ao longo de toda a duração do *hedge*, a sua eficácia, bem como suas alterações de valor justo.

h.1 Hedge de valor justo

A Sociedade e suas controladas designam como *hedge* de valor justo instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar variações decorrentes de mudanças de taxas de juros e câmbio, no valor de mercado de dívidas contratadas em Reais e dólares norte-americanos.

Os instrumentos de proteção de taxa de câmbio designados como *hedge* de valor justo são:

Em milhões, exceto % do CDI	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Valor nocional – US\$	395,0	395,0
Resultado dos instrumentos de proteção - receita/(despesa) – R\$	38,9	149,2
Ajuste de valor justo da dívida – R\$	(7,5)	(28,5)
Resultado financeiro da dívida – R\$	(25,4)	(215,9)
Custo médio efetivo - % do CDI	104,4	104,4

Para maiores informações, vide nota explicativa nº 16.c.1.

Os instrumentos de proteção de taxa de juros designados como *hedge* de valor justo são:

Em milhões, exceto % do CDI	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Valor nocional – R\$	806,1	806,1
Resultado dos instrumentos de proteção - receita/(despesa) – R\$	19,9	25,8
Ajuste de valor justo da dívida – R\$	(13,1)	(13,3)
Resultado financeiro da dívida – R\$	(17,6)	(50,2)
Custo médio efetivo - % do CDI	95,8	95,8

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

h.2 Hedge de fluxo de caixa

A Sociedade e suas controladas designam, como *hedge* de fluxo de caixa de compromisso firme e transações altamente prováveis, instrumentos financeiros derivativos para proteção dos “compromissos firmes” e instrumentos financeiros não derivativos para proteção das “transações futuras altamente prováveis”, para proteção contra variações decorrentes de mudanças da taxa de câmbio.

Em 31 de março de 2019, a Sociedade possuía US\$ 115,0 milhões em instrumentos de proteção de taxa de câmbio e *commodities* de compromissos firmes designados como *hedge* de fluxo de caixa em aberto. Para os instrumentos de proteção de taxa de câmbio e *commodities* liquidados em 2019, foi reconhecida no resultado em 2019 uma despesa de R\$ 8,2 milhões (uma despesa de R\$ 10,5 milhões em 31 de março de 2018), sendo reconhecida uma receita não realizada em “Outros resultados abrangentes” de R\$ 1,0 milhão em 31 de março de 2019, líquida de IRPJ e CSLL diferidos.

Em 31 de março de 2019, os instrumentos de proteção de taxa de câmbio de transações futuras altamente prováveis designados como *hedge* de fluxo de caixa, referente às notas no mercado externo, totalizavam US\$ 570,0 milhões (US\$ 570,0 milhões em 31 de dezembro de 2018), sendo reconhecida uma perda não realizada em “Outros resultados abrangentes” de R\$ 251,9 milhões em 31 de março de 2019 (perda de R\$ 243,7 milhões em 31 de dezembro de 2018), líquida de IRPJ e CSLL diferidos.

Em 31 de março de 2019 os instrumentos de proteção de taxa de câmbio de transações futuras altamente prováveis designados como *hedge* de fluxo de caixa, referente às vendas futuras da Oxiteno (*zero cost collar*), totalizavam US\$ 112,1 milhões (US\$ 149,4 milhões em 31 de dezembro de 2018), sendo reconhecida uma despesa não realizada em “Outros resultados abrangentes” de R\$ 0,3 milhão em 31 de março de 2019 (ganho de R\$ 0,2 milhão em 31 de dezembro de 2018), líquida de IRPJ e CSLL diferidos.

h.3 Hedge de investimentos líquidos em entidades no exterior

A Sociedade e suas controladas designam, como *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior, as notas no mercado externo, utilizados para proteção dos investimentos realizados nas entidades no exterior, para compensar variações decorrentes de mudanças da taxa de câmbio.

Em 31 de março de 2019, o saldo das notas no mercado externo designadas como *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior, referentes à parte dos investimentos realizados em entidades que possuem moeda funcional diferente do Real, totalizavam US\$ 96,0 milhões (US\$ 96,0 milhões em 31 de dezembro de 2018), sendo reconhecida uma perda em “Outros resultados abrangentes” de R\$ 47,3 milhões em 31 de março de 2019 (perda de R\$ 45,9 milhões em 31 de dezembro de 2018), líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Os efeitos da variação cambial dos investimentos e das notas no mercado externo se compensaram no patrimônio líquido.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

i. Ganhos (perdas) de instrumentos de proteção

As tabelas abaixo resumizam os valores dos ganhos (perdas) que afetaram o patrimônio líquido e a demonstração de resultado da Sociedade e suas controladas:

	R\$ milhões	
	31/03/2019	
	Resultado	Patrimônio líquido
a - <i>Swaps</i> cambiais ativos em dólares norte-americanos (i) e (ii)	107,3	1,0
b - <i>Swaps</i> cambiais passivos em dólares norte-americanos (ii)	(0,7)	(0,3)
c - <i>Swaps</i> de juros em Reais (iii)	6,8	-
d - Instrumento financeiro não derivativo (iv)	(40,4)	(299,2)
Total	<u>73,0</u>	<u>(298,5)</u>

	R\$ milhões	
	31/03/2018	31/12/2018
	Resultado	Patrimônio líquido
a - <i>Swaps</i> cambiais ativos em dólares norte-americanos (i) e (ii)	26,8	-
b - <i>Swaps</i> cambiais passivos em dólares norte-americanos (ii)	0,1	0,2
c - <i>Swaps</i> de juros em Reais (iii)	(5,9)	-
d - Instrumento financeiro não derivativo (iv)	21,5	(289,6)
Total	<u>42,5</u>	<u>(289,4)</u>

(i) não considera o efeito da variação cambial nos *swaps* cambiais ativos em dólares norte-americanos, quando tal efeito é compensado no resultado do objeto protegido (dívida/compromissos firmes);

(ii) considera o efeito da designação dos *hedges* cambiais;

(iii) considera o efeito da designação dos *hedges* de juros em Reais; e

(iv) considera o resultado das notas no mercado externo (para maiores informações vide nota explicativa nº 16.b).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

j. Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e de juros, estão demonstrados a seguir:

Categoria	Nota explicativa	31/03/2019		31/12/2018		
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa						
Caixa e bancos	Custo amortizado	4.a	183.409	183.409	205.482	205.482
	Mens. ao valor justo por					
	outros resultados					
Títulos de renda fixa em	abrangentes	4.a	3.233.581	3.233.581	3.722.308	3.722.308
moeda nacional						
Títulos de renda fixa em	Mens. ao valor justo por					
moeda estrangeira	meio do resultado	4.a	29.328	29.328	11.161	11.161
Aplicações financeiras						
Títulos e fundos de renda	Mens. ao valor justo por					
fixa em moeda nacional	meio do resultado	4.b	2.322.990	2.322.990	2.462.018	2.462.018
	Mens. ao valor justo					
	outros resultados					
Títulos e fundos de renda	abrangentes	4.b	2.286	2.286	2.208	2.208
fixa em moeda nacional						
Títulos e fundos de renda	Mens. pelo custo					
fixa em moeda nacional	amortizado	4.b	73.976	73.976	73.089	73.089
Títulos e fundos de renda	Mens. ao valor justo por					
fixa em moeda	outros resultados					
estrangeira	abrangentes	4.b	176.217	176.217	154.811	154.811
Instrumentos de proteção						
cambial, juros e	Mens. ao valor justo por					
commodities	meio do resultado	4.b	470.191	470.191	363.329	363.329
Financiamentos a clientes	Custo amortizado	5.b	717.509	753.947	715.530	752.471
Total			<u>7.209.487</u>	<u>7.245.925</u>	<u>7.709.936</u>	<u>7.746.877</u>
Passivos financeiros:						
Financiamentos	Mens. ao valor justo por					
	meio do resultado	16.a	1.577.813	1.577.813	1.567.374	1.567.374
Financiamentos	Mens. pelo custo					
	amortizado	16.a	6.788.410	6.701.697	6.889.310	6.840.079
Debêntures	Mens. pelo custo					
	amortizado	16.a	5.864.287	5.835.173	5.826.242	5.770.979
Debêntures	Mens. ao valor justo por					
	meio do resultado	16.a	864.398	864.398	833.213	833.213
	Mens. pelo custo					
	amortizado	13	1.622.195	1.622.195	46.066	46.066
Arrendamentos a pagar						
Instrumentos de proteção	Mens. ao valor justo por					
cambial, juros e	meio do resultado	16.a	17.100	17.100	43.944	43.944
commodities						
Bônus de subscrição -	Mens. ao valor justo por					
indenização	meio do resultado	25	106.025	106.025	123.095	123.095
Total			<u>16.840.228</u>	<u>16.724.401</u>	<u>15.329.244</u>	<u>15.224.750</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e juros, foi determinado conforme descrito a seguir:

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.
- As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data-base das informações trimestrais, que corresponde ao seu valor justo.
- As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e a Sociedade calcula seu valor justo por meio de metodologias comumente utilizadas para marcação a mercado.
- Os saldos contábeis de contas a receber e fornecedores são próximos aos seus valores justos.
- Os saldos de bônus de subscrição - indenização foram mensurados utilizando-se o preço das ações da Ultrapar (UGPA3) na data-base das informações trimestrais, ajustado pelo *dividend yield*, uma vez que seu exercício é possível somente a partir de 2020, não tendo até então direito a dividendos. A quantidade de ações dos bônus de subscrição - indenização também é ajustada conforme a variação dos montantes de provisões e passivos contingentes para riscos tributários, cíveis e trabalhistas relativos ao período anterior a 31 de janeiro de 2014 (vide nota explicativa nº 25).
- Para cálculo do valor justo das notas no mercado externo da Ultrapar International foi utilizado o preço observado desses títulos em mercado ativo (vide nota explicativa nº 16.b).

O valor justo de outras aplicações financeiras, instrumentos de proteção, financiamentos e arrendamentos a pagar, foi apurado através de metodologias de cálculo comumente utilizadas para marcação a mercado, que consistem em calcular os fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, trazendo-os a valor presente pelas taxas de mercado na data-base das informações trimestrais. Para alguns casos, onde não há mercado ativo para o instrumento financeiro, a Sociedade e suas controladas podem utilizar-se de cotações fornecidas pelas contrapartes das operações.

A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Os instrumentos financeiros foram classificados como ativos ou passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, com exceção de (i) todos os instrumentos de proteção cambial e de juros, que estão mensurados ao valor justo por meio do resultado, aplicações financeiras classificadas como mensuradas a valor justo por meio do resultado e aplicações financeiras classificadas como mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (vide nota explicativa nº 4.b), (ii) financiamentos mensurados ao valor justo por meio do resultado (vide nota explicativa nº 16.a); (iii) garantias de clientes que possuem *vendor* (vide nota explicativa nº 16.i), que estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado e (iv) bônus de subscrição - indenização, que estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado (vide nota explicativa nº 25). Caixa, bancos, contas a receber de clientes e financiamentos a clientes estão classificados como ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Fornecedores e demais contas a pagar estão classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

j.1 Hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados de acordo com as seguintes categorias:

- (a) Nível 1 - preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- (b) Nível 2 - *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- (c) Nível 3 - *inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A tabela abaixo demonstra em resumo os ativos financeiros e passivos financeiros mensurados a valor justo da Sociedade e de suas controladas:

	Categoria	Nota explicativa	31/03/2019	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa						
Caixa e bancos	Custo amortizado	4.a	183.409	183.409	-	-
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	4.a	3.233.581	-	3.233.581	-
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4.a	29.328	29.328	-	-
Aplicações financeiras						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4.b	2.322.990	2.322.990	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	4.b	2.286	-	2.286	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. pelo custo amortizado	4.b	73.976	-	73.976	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	4.b	176.217	4.598	171.619	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4.b	470.191	-	470.191	-
Financiamentos a clientes	Custo amortizado	5.b	753.947	-	753.947	-
Total			<u>7.245.925</u>	<u>2.540.325</u>	<u>4.705.600</u>	<u>-</u>
Passivos financeiros:						
Financiamentos	Mens. ao valor justo por meio do resultado	16.a	1.577.813	-	1.577.813	-
Financiamentos	Mens. pelo custo amortizado	16.a	6.701.697	2.845.360	3.856.337	-
Debêntures	Mens. pelo custo amortizado	16.a	5.835.173	-	5.835.173	-
Debêntures	Mens. ao valor justo por meio do resultado	16.a	864.398	-	864.398	-
Arrendamentos a pagar	Mens. pelo custo amortizado	13	1.622.195	-	1.622.195	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	16.a	17.100	-	17.100	-
Bônus de subscrição – indenização ⁽¹⁾	Mens. ao valor justo por meio do resultado	25	106.025	-	106.025	-
Total			<u>16.724.401</u>	<u>2.845.360</u>	<u>13.879.041</u>	<u>-</u>

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	Categoria	Nota explicativa	31/12/2018	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa						
Caixa e bancos	Custo amortizado	4.a	205.482	205.482	-	-
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	4.a	3.722.308	-	3.722.308	-
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4.a	11.161	11.161	-	-
Aplicações financeiras						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4.b	2.462.018	2.462.018	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	4.b	2.208	-	2.208	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. pelo custo amortizado	4.b	73.089	-	73.089	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	4.b	154.811	1.666	153.145	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4.b	363.329	-	363.329	-
Financiamentos a clientes	Custo amortizado	5.b	752.471	-	752.471	-
Total			7.746.877	2.680.327	5.066.550	-
Passivos financeiros:						
Financiamentos	Mens. ao valor justo por meio do resultado	16.a	1.567.374	-	1.567.374	-
Financiamentos	Mens. pelo custo amortizado	16.a	6.840.079	2.841.436	3.998.643	-
Debêntures	Mens. pelo custo amortizado	16.a	5.770.979	-	5.770.979	-
Debêntures	Mens. ao valor justo por meio do resultado	16.a	833.213	-	833.213	-
Arrendamentos a pagar	Mens. pelo custo amortizado	13	46.066	-	46.066	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	16.a	43.944	-	43.944	-
Bônus de subscrição – indenização ⁽¹⁾	Mens. ao valor justo por meio do resultado	25	123.095	-	123.095	-
Total			15.224.750	2.841.436	12.383.314	-

⁽¹⁾ Refere-se aos bônus de subscrição emitidos na aquisição da Extrafarma.

As contas a receber de clientes e os fornecedores são classificados como nível 2.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

k. Análise de sensibilidade de instrumentos financeiros derivativos

A Sociedade e suas controladas utilizam-se de instrumentos financeiros derivativos somente para a proteção de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Desta forma, para fins de análise de sensibilidade, conforme exigida pela Instrução CVM nº 475/08, para riscos de mercado originados por instrumentos financeiros, a Sociedade analisa conjuntamente o instrumento de proteção e o objeto de proteção, conforme demonstrado nos quadros abaixo.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção cambial, a administração adotou como cenário provável as taxas de câmbio Real/dólar norte-americano para o vencimento de cada derivativo, utilizando os contratos futuros de dólar norte-americano, cotados na B3 em 31 de março de 2019. Como referência, a taxa de câmbio para o último vencimento de instrumentos de proteção cambial é de R\$ 5,77 (R\$ 5,86 em 31 de dezembro de 2018) no cenário provável. Os cenários II e III foram estimados com uma apreciação ou depreciação adicional de 25% e 50% do Real em relação ao cenário provável, respeitando o risco ao qual o objeto protegido está exposto.

Com base nos saldos dos instrumentos de proteção e dos objetos protegidos em 31 de março de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, foram substituídas as taxas de câmbio e calculadas as variações entre o novo saldo em Reais e o saldo em Reais em cada um dos três cenários. A tabela abaixo demonstra a variação dos valores dos principais instrumentos derivativos e seus objetos de proteção, considerando-se as variações da taxa de câmbio nos diferentes cenários:

31/03/2019	Risco	Cenário I Provável	Cenário II	Cenário III
Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos				
(1) Swaps dólar norte-americano/Real	Apreciação do dólar	366.545	1.007.579	1.648.613
(2) Dívidas/compromissos firmes em dólar norte-americano		<u>(366.537)</u>	<u>(1.007.555)</u>	<u>(1.648.573)</u>
(1)+(2)	Efeito líquido	<u>8</u>	<u>24</u>	<u>40</u>
Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos				
(3) Swaps Real/dólar norte-americano	Depreciação do dólar	64	(10.409)	(20.882)
(4) Margem bruta da Oxiteno		<u>(64)</u>	<u>10.409</u>	<u>20.882</u>
(3)+(4)	Efeito líquido	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Opções				
(5) Opções Real/dólar norte-americano	Depreciação do dólar	-	71.228	181.945
(6) Margem bruta da Oxiteno		<u>-</u>	<u>(71.228)</u>	<u>(181.945)</u>
(5)+(6)	Efeito líquido	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

31/12/2018	Risco	Cenário I Provável	Cenário II	Cenário III
Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos				
(1) Swaps dólar norte-americano/Real		372.022	1.039.669	1.707.316
(2) Dívidas/compromissos firmes em dólar norte-americano	Apreciação do dólar	<u>(372.019)</u>	<u>(1.039.661)</u>	<u>(1.707.303)</u>
(1)+(2)	Efeito líquido	<u><u>3</u></u>	<u><u>8</u></u>	<u><u>13</u></u>
Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos				
(3) Swaps Real/dólar norte-americano	Depreciação do dólar	(65)	8.545	17.154
(4) Margem bruta da Oxiteno		<u>65</u>	<u>(8.545)</u>	<u>(17.154)</u>
(3)+(4)	Efeito líquido	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>
Opções				
(5) Opções Real/dólar norte-americano	Depreciação do dólar	-	97.938	244.572
(6) Margem bruta da Oxiteno		<u>-</u>	<u>(97.938)</u>	<u>(244.572)</u>
(5)+(6)	Efeito líquido	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção à taxa de juros em Reais em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a Sociedade utilizou a curva futura do contrato DI x Pré da B3 em 29 de março de 2019 para os vencimentos de cada *swap* e de cada dívida (objeto de proteção), para fins de definição do cenário provável. Os cenários II e III foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, da estimativa de taxa pré-fixada do cenário provável.

Com base nos três cenários de taxas de juros em Reais, a Sociedade estimou os valores de suas dívidas e dos instrumentos de proteção conforme o risco que está sendo protegido (variações nas taxas de juros pré-fixadas em Reais), levando-os a valor futuro pelas taxas contratadas e trazendo-os a valor presente pelas taxas de juros dos cenários projetados. O resultado está demonstrado na tabela abaixo:

31/03/2019	Risco	Cenário I Provável	Cenário II	Cenário III
Swap de taxa de juros (em Reais) – Debêntures - CRA				
(1) Swap taxa fixa - CDI	Redução da taxa pré-fixada	(325.649)	(270.935)	(208.471)
(2) Dívida a taxa fixa		<u>325.649</u>	<u>270.935</u>	<u>208.471</u>
(1) + (2)	Efeito líquido	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>
31/12/2018				
Swap de taxa de juros (em Reais) – Debêntures - CRA				
(1) Swap taxa fixa - CDI	Redução da taxa pré-fixada	(311.993)	(254.409)	(188.047)
(2) Dívida a taxa fixa		<u>311.993</u>	<u>254.409</u>	<u>188.047</u>
(1) + (2)	Efeito líquido	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção à oscilações ao preço de commodities em 29 de março de 2019, a Sociedade utilizou os contratos futuros de diesel (*heating oil*) e gasolina (RBOB) negociados na NYMEX. Os cenários II e III foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, da estimativa do preço das *commodities* cenário provável.

Com base nos saldos dos instrumentos de proteção e dos objetos protegidos em 29 de março de 2019, foram substituídos os preços e calculadas as variações entre o novo saldo em Reais e o saldo em Reais na data-base das informações trimestrais em cada um dos três cenários. A tabela abaixo demonstra a variação dos valores dos instrumentos derivativos e seus objetos de proteção, considerando-se as variações nos preços das commodities nos diferentes cenários:

31/03/2019	<u>Risco</u>	<u>Cenário I</u> <u>Provável</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
NDF <i>Commodities</i>				
(1) NDF de <i>Commodities</i>	Redução Preço	3.045	936.346	1.869.647
(2) Margem Bruta da Ipiranga	<i>Commodities</i>	<u>(3.045)</u>	<u>(936.346)</u>	<u>(1.869.647)</u>
(1) + (2)	Efeito líquido	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

35 Compromissos (Consolidado)

a. Contratos

a.1. A controlada Tequimar possui contratos com a CODEBA e com o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, relacionados com suas instalações portuárias em Aratu e Suape, respectivamente. Esses contratos estabelecem uma movimentação mínima de carga, conforme tabela abaixo:

Porto	Movimentação mínima em toneladas por ano	Vencimento
Aratu	397.000	2031
Aratu	900.000	2022
Suape	250.000	2027
Suape	400.000	2029

Se a movimentação anual for menor que o mínimo exigido, a controlada deverá pagar a diferença entre a movimentação real e a mínima estabelecida nos contratos, com base nas tarifas portuárias em vigor na data definida para pagamento. Em 31 de março de 2019, essas tarifas eram de R\$ 8,37 e R\$ 2,54 por tonelada para Aratu e Suape, respectivamente. A controlada tem cumprido os limites mínimos de movimentação de carga desde o início dos contratos.

a.2. A controlada Oxiteno Nordeste possui contrato de fornecimento com a Braskem S.A., que estabelece consumo anual mínimo de eteno e regula condições de fornecimento de eteno até 2021. A cláusula de compromisso mínimo de compra prevê em 2019 um consumo anual mínimo de 205 mil toneladas. No caso de descumprimento do compromisso mínimo de compra, a controlada obriga-se a pagar multa baseada no preço corrente do eteno, na extensão da quantidade não cumprida. Conforme condições e tolerâncias contratuais, não existem pendências materiais no que se refere aos limites mínimos de compra do contrato.

a.3. A controlada Oxiteno S.A. possui contrato de fornecimento de eteno com a Braskem S.A., com vencimento em 2023, que prevê e regula as condições do fornecimento de eteno à Oxiteno tendo como base o mercado internacional deste produto. A quantidade mínima de compra é de 44.100 toneladas de eteno anuais. Em caso de descumprimento do compromisso mínimo de compra, a controlada obriga-se a pagar multa baseada no preço corrente do eteno, na extensão da quantidade não cumprida. Conforme condições e tolerâncias contratuais, não existem pendências materiais no que se refere aos limites mínimos de compra do contrato.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Cobertura de seguros

A Sociedade contrata apólices de seguro, visando cobrir diversos riscos aos quais está exposta, incluindo lucros cessantes, perdas e danos causados por incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza, vendaval, queda de aeronave e danos elétricos, entre outros, garantindo as plantas industriais, bases de distribuição e filiais de todas as controladas. Os valores máximos indenizáveis, com base na análise de risco de determinados locais, são assim demonstrados:

Valor máximo indenizável (*)

Oxitenio	US\$ 1.142 (equivalentes a R\$ 4.450 em 31/03/2019) (*)
Ipiranga	R\$ 1.032
Ultracargo	R\$ 949
Ultragaz	R\$ 266
Extrafarma	R\$ 160

(*) em milhões. Conforme condições das apólices.

O programa de Seguro de Responsabilidade Civil Geral atende à Sociedade e suas controladas, com valor de cobertura global máximo de US\$ 400 milhões (equivalentes a R\$ 1.559 milhões em 31 de março de 2019), cobrindo os prejuízos que eventualmente possam ser causados a terceiros decorrentes de acidentes relacionados às operações comerciais e industriais e/ou à distribuição e comercialização de produtos e serviços.

São mantidas apólices de responsabilidade civil de diretores e administradores para indenizar os membros do CA, CF, diretores e executivos da Ultrapar e de suas controladas (“Segurados”) no valor total de US\$ 80 milhões (equivalentes a R\$ 312 milhões em 31 de março de 2019), que cobrem qualquer dos Segurados pelas responsabilidades resultantes de atos danosos, incluindo qualquer ato, omissão ou qualquer reclamação, contra os mesmos apenas em razão de sua função, salvo se o ato, omissão ou a reclamação for consequência de negligência ou dolo.

São contratados, também, seguros nas modalidades de vida e acidentes pessoais, saúde, transportes nacionais e internacionais, entre outros.

As coberturas e limites segurados nas apólices contratadas são baseados em criterioso estudo de riscos e perdas realizado por consultores independentes de seguros, sendo a modalidade de seguro contratada considerada, pela administração, suficiente para cobrir os eventuais sinistros que possam ocorrer, tendo em vista a natureza das atividades realizadas pelas empresas.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Concessões portuárias

Em 22 de março de 2019, a Sociedade, através da controlada IPP, conquistou as concessões portuárias de três áreas com capacidade mínima de armazenagem de 64 mil m³ no porto de Cabedelo, no Estado da Paraíba, e uma área com capacidade mínima de armazenamento de 66 mil m³ no porto de Vitória, no Estado do Espírito Santo, que serão destinados à movimentação, armazenamento e distribuição de combustíveis. Estas concessões foram realizadas por dois consórcios, dos quais o IPP detém um terço da participação total. O total de investimentos relacionados à participação da IPP é de até R\$ 160 milhões para um prazo de concessão de 25 anos. Estas concessões não tiveram efeitos nas posições patrimoniais, de resultados e fluxos de caixa destas informações trimestrais.

36 Eventos subsequentes

a. Aprovação do desdobramento de ações

Em 10 de abril de 2019, a AGOE da Sociedade aprovou o desdobramento das ações ordinárias de emissão da Ultrapar, na proporção de uma ação atualmente existente para duas ações da mesma classe e espécie, bem como a modificação da quantidade de ações em que se divide o capital social. O desdobramento de ações não implicou em qualquer alteração no capital social da Ultrapar. As novas ações e ADRs decorrentes do desdobramento são da mesma classe e espécie e concederam aos seus titulares os mesmos direitos das ações e ADRs previamente existentes. O lucro por ação na nota explicativa nº 32 foi ajustado retrospectivamente.

b. Concessões portuárias

Em 5 de abril de 2019, a Ultrapar, por meio de suas controladas IPP e Ultracargo, conquistou três concessões. A IPP venceu duas licitações no porto de Miramar, em Belém, Estado do Pará, sendo: (i) lote BEL02A, via consórcio em que detém 50% de participação e que terá capacidade mínima de armazenamento de 41 mil m³ e (ii) lote BEL04A, atualmente operado pela IPP, e que terá capacidade mínima de armazenamento de 23 mil m³. Essas áreas serão operadas pelo prazo mínimo de 15 anos, de acordo com o aviso do leilão. A Ultracargo venceu a licitação do lote VDC12 no porto de Vila do Conde, em Barcarena, no Estado do Pará. A capacidade mínima de armazenamento será de 59 mil m³. A área será operada pela Ultracargo por pelo menos 25 anos, conforme aviso do leilão. Os investimentos estimados em relação à participação da IPP e da Ultracargo totalizam, aproximadamente, R\$ 450 milhões a serem desembolsados ao longo dos próximos cinco anos, incluindo os valores relativos à outorga e aos investimentos mínimos das áreas licitadas.

c. Decisão administrativa do CADE

Em 10 de abril de 2019, o CADE concluiu processo administrativo envolvendo a controlada IPP, que questionou supostas condutas anticoncorrenciais no mercado de distribuição e revenda de combustíveis nas cidades de Belo Horizonte, Contagem e Betim, no Estado de Minas Gerais, entre outubro de 2006 e julho de 2008. Esta decisão imputou à IPP multa de R\$ 40,7 milhões (vide nota explicativa nº 22.b.2.3). A Ipiranga continuará a exercer a sua defesa recorrendo em todas as instâncias administrativas e judiciais, a fim de afastar as interpretações que embasaram essa condenação.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Ultrapar Participações S.A.

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Ultrapar Participações S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 15 de maio de 2019

KPMG Auditores Independentes

CRC SP014428/O-6

Márcio Serpejante Peppe

Contador CRC 1SP233011/O-8

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, e ao artigo 29, parágrafo 1º, inciso II, da Instrução Normativa CVM nº 480/09, os Diretores da Ultrapar Participações S.A. ("Ultrapar"), abaixo assinados, declaram que:

- (i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório sobre a revisão de informações trimestrais da KPMG Auditores Independentes relativo às informações trimestrais da Ultrapar referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2019; e
- (ii) reviram, discutiram e concordam com as informações trimestrais da Ultrapar referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2019.

São Paulo, 15 de maio de 2019.

Frederico Pinheiro Fleury Curado - Diretor Presidente

André Pires de Oliveira Dias - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

João Benjamin Parolin - Diretor

Marcelo Pereira Malta de Araújo - Diretor

Rodrigo de Almeida Pizzinatto – Diretor

Ricardo Isaac Catran - Diretor

Tabajara Bertelli Costa - Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, e ao artigo 29, parágrafo 1º, inciso II, da Instrução Normativa CVM nº 480/09, os Diretores da Ultrapar Participações S.A. ("Ultrapar"), abaixo assinados, declaram que:

- (i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório sobre a revisão de informações trimestrais da KPMG Auditores Independentes relativo às informações trimestrais da Ultrapar referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2019; e
- (ii) reviram, discutiram e concordam com as informações trimestrais da Ultrapar referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2019.

São Paulo, 15 de maio de 2019.

Frederico Pinheiro Fleury Curado - Diretor Presidente

André Pires de Oliveira Dias - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

João Benjamin Parolin - Diretor

Marcelo Pereira Malta de Araújo - Diretor

Rodrigo de Almeida Pizzinatto – Diretor

Ricardo Isaac Catran - Diretor

Tabajara Bertelli Costa - Diretor